



ISSN 2175-9278

Boletim Regional 2023

Volume 18



Boletim Regional 2023

Volume 18

ISSN 2175-9278
CNPJ 00.038.166/0001-05

Boletim Regional

Publicação anual do do Banco Central do Brasil/Departamento Econômico.

Os textos, as tabelas e os gráficos são de responsabilidade do **Departamento Econômico (Depec)** (*e-mail*: depec@bcb.gov.br).

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, v. 18.

Convenções estatísticas

- ... dados desconhecidos.
- dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0** ou **0,0** menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- * dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (2004-2006) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (2004/2006) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Atendimento ao Cidadão

Banco Central do Brasil
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo
70074-900 Brasília – DF
Telefone: 145 (custo de ligação local)
Internet: <<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/faleconosco>>



Sumário

Apresentação	5
Sumário executivo	6
1 Atividade econômica	7
2 Mercado de Trabalho	14
3 Crédito	19
4 Balança Comercial	24
5 Inflação	28
Boxes	
Decomposição das diferenças regionais de desempenho econômico _____	33
Efeitos indiretos dos setores produtores de bens básicos para o crescimento da atividade em 2023	37
Evolução recente da massa de rendimentos total _____	42
Apêndice	46
Tabelas Adicionais _____	47
Administração do Banco Central do Brasil _____	72
Siglas _____	73



Apresentação

O Boletim Regional, publicação do Banco Central do Brasil (BC) voltada à análise da conjuntura macroeconômica doméstica em nível regional, apresenta-se com um novo formato.

Desde sua primeira edição, em 2007, até a primeira edição do volume 17, publicada no início de 2023 com dados até dezembro de 2022, o Boletim teve periodicidade trimestral e seu conteúdo estava estruturado privilegiando o recorte regional. Havia um capítulo para cada Grande Região e alguns estados – aqueles com representação do Banco Central e maior disponibilidade de dados – eram analisados separadamente. Um capítulo final discutia a atividade econômica nacional à luz dos indicadores regionais.

A partir desta edição, o Boletim Regional passa a ter periodicidade anual e adota uma nova estrutura. Para privilegiar a análise comparativa, os capítulos agora são divididos por temas: atividade econômica, mercado de trabalho, crédito, balança comercial e inflação. A nova estrutura facilita a identificação de movimentos comuns a todo país e de peculiaridades regionais em cada um dos temas analisados. Em geral, o texto trata das Grandes Regiões, mas o Boletim agora conta com um apêndice com dezenas de tabelas com dados por estado, para consulta pelo leitor interessado. No entanto, nem tudo mudou: a exemplo do Relatório de Inflação, o Boletim Regional continua a incluir boxes com análises mais detalhadas sobre temas específicos.

Esta edição aborda a economia brasileira e de suas regiões em 2023. Sua publicação ocorre no último trimestre de 2024 em caráter excepcional. A partir da próxima edição, a publicação do Boletim está prevista para o segundo trimestre.



Sumário executivo

A atividade econômica cresceu de forma surpreendente em 2023, com contribuição importante dos setores agropecuário e extrativo mineral. A concentração do crescimento nesses setores também é relevante em nível regional, ajudando a explicar diferenças de desempenho entre as regiões. O box “Decomposição das diferenças regionais de desempenho econômico” trata de quantificar o papel da estrutura produtiva local para essas diferenças.

O Centro-Oeste foi a região com maior crescimento da atividade econômica em 2023, seguido do Norte e do Sul. São regiões com participação relevante da agropecuária ou da indústria extrativa. Há evidências de que esses setores também tenham contribuído de forma indireta, ao estimular outros setores, como o de transporte de cargas. O box “Efeitos indiretos dos setores produtores de bens básicos para o crescimento da atividade em 2023” aborda esse tema de transbordamento do crescimento desses setores produtores de bens básicos para os demais.

O mercado de trabalho se mostrou mais dinâmico em 2023, com queda do desemprego e aumento dos salários. O desemprego recuou em todas as regiões e em quase todos os estados. Em parte, a queda do desemprego tem relação com recuo da taxa de participação, que só não ocorreu na região Centro-Oeste, onde se deu o maior avanço da população ocupada e da renda do trabalho. Mesmo com a expansão dos programas sociais, a renda do trabalho foi o principal motor de crescimento da renda total, em todas as regiões, como mostra o box “Evolução recente da massa de rendimentos total”.

Já o crescimento do crédito diminuiu em 2023, influenciado por efeitos defasados da política monetária restritiva e pelo aumento da inadimplência. Entre as regiões, o crescimento do crédito foi menor no Sudeste, seguindo tendência de desconcentração regional observada nos últimos anos e repercutindo mais intensamente desdobramentos do caso Americanas. O crédito cresceu mais nas regiões Norte e Centro-Oeste, assim como a atividade econômica, com contribuição importante dos financiamentos rurais.

O ano de 2023 foi positivo para a balança comercial. O maior volume embarcado de produtos básicos, como grãos e petróleo, levou a aumento moderado das exportações. O aumento do volume exportado foi maior na região Centro-Oeste, mas também expressivo nas demais regiões, com exceção do Nordeste. Por sua vez, as importações recuaram de forma expressiva e disseminada entre as regiões, dada a menor necessidade de estoques precaucionais e a queda nos preços. Com isso, o saldo comercial cresceu, ou se tornou menos negativo, em todas as regiões.

Por fim, a inflação diminuiu em todas as regiões com exceção do Sul, onde ficou estável. Esta região havia registrado a taxa de inflação mais baixa no ano anterior, com maior efeito dos cortes de impostos sobre combustíveis e energia elétrica, revertidos em 2023. A desinflação é mais evidente considerando os núcleos de inflação, que revelam recuo disseminado da inflação subjacente em todas as regiões.

1

Atividade econômica

Em 2023 a economia brasileira manteve o ritmo de crescimento do ano anterior, com altas disseminadas entre as atividades, mas grande destaque para a contribuição de agropecuária e indústria extrativa. O

PIB cresceu 2,9% em 2023, superando as expectativas iniciais do ano.¹ A agropecuária apresentou a maior taxa de crescimento da série histórica, iniciada em 1996, impulsionada pela alta expressiva da produção de grãos, particularmente soja e milho, refletindo aumento de área plantada e condições climáticas mais favoráveis que as de 2022. O crescimento expressivo da agricultura, que tem concentração de colheitas no primeiro semestre,² contribuiu para dinâmica heterogênea ao longo do ano: expansão forte no primeiro semestre e desaceleração ou retração no segundo semestre. Na indústria, o desempenho foi semelhante ao do ano anterior, embora com desempenho heterogêneo entre os segmentos: altas na indústria extrativa e em “eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos” (EGAER)³ e quedas na indústria de transformação e na construção. No setor de serviços o crescimento foi disseminado entre todos os segmentos, mas na comparação com o ano anterior houve desaceleração, puxada por “outros serviços”.⁴ No lado da demanda, o consumo das famílias apresentou ritmo de crescimento semelhante ao do Produto Interno Bruto (PIB), beneficiando-se da forte alta da renda disponível das famílias, com aumento tanto da massa de rendimentos do trabalho como das transferências governamentais, e do arrefecimento no preço dos alimentos (Tabela 1.1).

Tabela 1.1 – Produto Interno Bruto
Acumulado no ano

Discriminação	Peso (2022)	Variação %				
		2019	2020	2021	2022	2023
PIB a preços de mercado	100,0	1,2	-3,3	4,8	3,0	2,9
Agropecuária	5,8	0,4	4,2	0,0	-1,1	15,1
Indústria	22,8	-0,7	-3,0	5,0	1,5	1,6
Serviços	58,1	1,5	-3,7	4,8	4,3	2,4
Impostos	13,3	2,7	-3,8	6,2	2,3	2,1
Consumo das famílias	63,1	2,6	-4,6	3,0	4,1	3,1
Consumo do governo	18,4	-0,5	-3,7	4,2	2,1	1,7
FBCF	17,8	4,0	-1,7	12,9	1,1	-3,0
Exportação	19,6	-2,6	-2,3	4,4	5,7	9,1
Importação	-19,2	1,3	-9,5	13,8	1,0	-1,2

Fonte: IBGE

A desaceleração da atividade econômica ocorrida entre o primeiro e o segundo semestre de 2023 também ocorreu em nível regional (Gráfico 1.1), principalmente devido à dinâmica da agropecuária. A queda no ritmo de expansão foi mais intensa no Centro-Oeste e no Norte, este último também influenciado pelo desempenho da indústria extrativa. A exceção foi a modesta aceleração ocorrida no Sudeste, onde

1/ Na data de corte do Relatório de Inflação (RI) de março de 2023, o BC projetava alta de 1,2%, enquanto a mediana das projeções do relatório Focus estava em 0,9%.

2/ A distribuição do crescimento da agricultura ao longo do ano ocorre de acordo com as datas de colheita de cada produto.

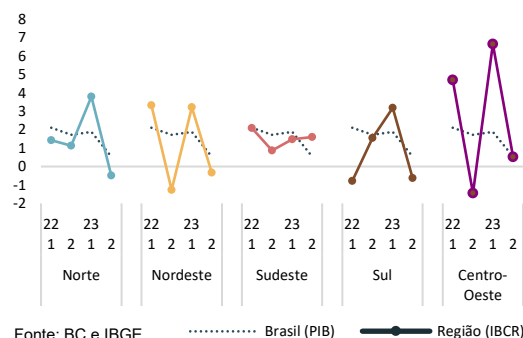
3/ O desempenho da indústria extrativa refletiu crescimentos elevados na produção de petróleo e de minério de ferro. Já o desempenho da atividade EGAER refletiu, principalmente, elevação do consumo de energia elétrica, sob influência de temperaturas elevadas ao longo do ano, e a redução da participação de termoeletricas na geração de eletricidade.

4/ A desaceleração de “outros serviços” reflete a base de comparação elevada de 2022, ainda influenciada pela normalização das restrições de mobilidade decorrentes da pandemia de Covid-19.

a participação da agropecuária é menor, refletindo principalmente os desempenhos da indústria de transformação e dos serviços prestados às famílias.⁵

Gráfico 1.1 – IBCR (regiões) e PIB (Brasil)

Variação % semestral, a.s.

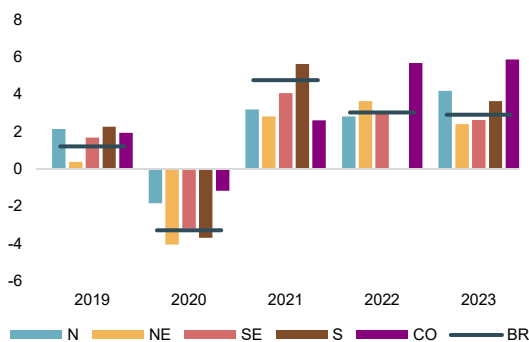


Fonte: BC e IBGE

O crescimento da atividade em 2023 foi disseminado regionalmente, com alta em todas as cinco regiões e nas treze Unidades da Federação (UF) para as quais o Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR)⁶ é calculado. Destacaram-se as altas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Sul, que cresceram acima da média nacional, impulsionadas pelo desempenho da atividade agropecuária e, no caso do Norte, também pela indústria extrativa (Gráfico 1.2). Entre as UF, Goiás, Paraná e Pará registraram as maiores expansões, também em razão do crescimento da agropecuária e da indústria extrativa (Gráfico 1.3). No mesmo sentido, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, estados com grande participação da indústria extrativa, apresentaram variações do IBCR acima da média nacional. Em contraste, São Paulo e Ceará apresentaram as taxas mais baixas de crescimento, com fraco desempenho da indústria de transformação. As atividades do setor industrial tiveram resultado bastante heterogêneo entre as regiões, sendo que apenas EGAER cresceu em todas. Como um todo, o setor industrial cresceu em quatro das cinco regiões, recuando apenas no Nordeste. O crescimento do setor de serviços ocorreu em todas as regiões e UF, embora em ritmo inferior ao de 2022.

Gráfico 1.2 – IBCR (regiões) e PIB (Brasil)

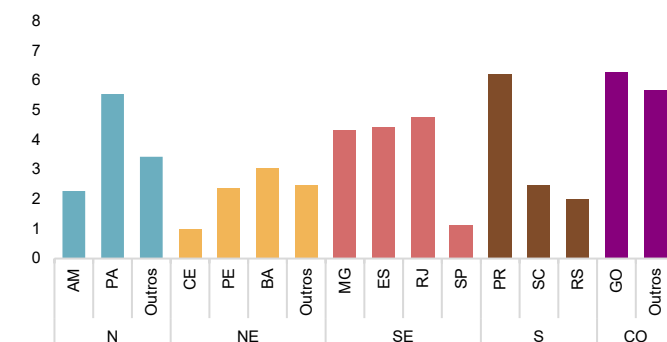
Variação %



Fonte: BC e IBGE

Gráfico 1.3 – IBCR - 2023

Variação %



Fonte: BC

Conforme apresentado em boxe neste Relatório,⁷ diferenças de estrutura produtiva entre regiões explicam 18% da dispersão de taxas de crescimento entre UF em 2023.⁸ No boxe, as diferenças entre as taxas de crescimento do IBCR de cada região e o desempenho nacional⁹ são decompostas em dois efeitos: um que captura diferenças de ponderação de segmentos (DP) e outro que captura diferenças de crescimento

5/ A análise setorial do IBCR está baseada nos indicadores utilizados nas etapas de cálculo. Para mais informações, vide o boxe [Índice de Atividade Econômica Regional \(IBCR\) – revisão metodológica](#), do Boletim de abril de 2017 e [Atualização dos indicadores usados no cálculo do Índice de Atividade Econômica Regional \(IBCR\)](#), do Boletim de fevereiro de 2022.

6/ As Contas Regionais são divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aproximadamente dois anos após o encerramento do período. Em razão disso, o IBCR, produzido pelo BC, foi utilizado para avaliação regional da atividade econômica em 2023.

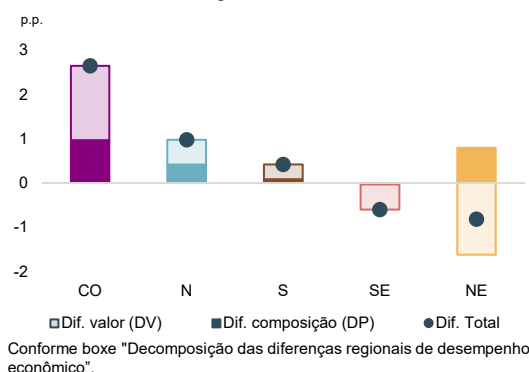
7/ Boxe “Decomposição das diferenças regionais de desempenho econômico”.

8/ Considerando-se desagregação regional no nível de Grande Região, ao invés de UF, as diferenças de estrutura produtiva explicam 9,5% da dispersão de crescimento regional.

9/ A agregação das variações do IBCR foi utilizada nesse exercício como *proxy* do desempenho nacional.

dentro de um mesmo segmento (DV). As diferenças de estrutura produtiva ajudam a explicar o maior crescimento do Centro-Oeste e do Norte, e o menor crescimento do Sudeste (Gráfico 1.4). No Centro-Oeste, o maior peso relativo da agropecuária foi bastante importante para o crescimento mais alto da região. No Norte, o mais importante foi o maior peso relativo da indústria extrativa. No Sudeste, o peso relativo mais baixo da agropecuária contribuiu negativamente para o crescimento no ano. Outro boxe neste Relatório¹⁰ mostra que o crescimento expressivo da agropecuária e da indústria extrativa também pode ter contribuído indiretamente para crescimento mais forte de outros setores nas regiões onde agropecuária e extrativa são mais importantes, seja através de um efeito renda, seja por beneficiar localmente as cadeias de produção.

Gráfico 1.4 – Decomposição da diferença de crescimento em relação à média nacional - 2023



A região Norte registrou aumento do ritmo de crescimento em 2023, impulsionado pela indústria extrativa mineral. O crescimento do IBCR em 2023 foi de 4,2% na região, comparado a 2,8% em 2022. A indústria extrativa recuperou-se da retração registrada em 2022, período marcado pelo arrefecimento da demanda internacional por minério de ferro. O setor de serviços repetiu o padrão observado no país e desacelerou em relação a 2022, devido principalmente a menores variações na administração pública e em "outros serviços". Considerando as UF, o Amazonas registrou desaceleração em razão do desempenho da indústria e dos serviços, enquanto a aceleração no Pará é explicada pela indústria e pela agropecuária. A região Norte, que representa aproximadamente 6,5% do Valor Adicionado Bruto (VAB) nacional, contribuiu com 8,5% do crescimento total, tendo crescido 0,9 p.p. acima da média nacional.

O Nordeste cresceu em ritmo inferior ao ano de 2022, apresentando o menor crescimento entre as regiões. O crescimento do IBCR em 2023 foi 2,4% na região, comparado a 3,6% em 2022. Para a desaceleração contribuíram a indústria, onde apenas a atividade EGAER acelerou, e o setor de serviços, impactado especialmente por avanços menos intensos em "outros serviços" e na administração pública. Por outro lado, a agropecuária registrou safra recorde, impulsionada pela produção de soja, algodão, milho e cana-de-açúcar. Por UF, o Ceará teve o menor crescimento no país, com retrações na indústria de transformação (particularmente, vestuário e produtos químicos), agropecuária e construção. A Bahia, por sua vez, obteve o melhor desempenho da região, impulsionado pela agropecuária, "outros serviços" e comércio.

No Sudeste, o crescimento diminuiu levemente e situou-se abaixo da média nacional, puxado pela indústria paulista. O IBCR na região avançou 2,6% em 2023, após alta de 3,0% em 2022. O avanço mais modesto em São Paulo ofuscou as altas mais expressivas nas demais UF do Sudeste: das treze UF em que o IBCR é calculado, São Paulo teve o segundo pior resultado, enquanto Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais apresentaram o quarto, quinto e sexto melhores desempenhos, respectivamente. Setorialmente, destacaram-se o resultado mais fraco da indústria paulista, com destaque para as reduções em informática, veículos automotores e produtos químicos, e o crescimento da indústria extrativa no Rio de Janeiro, com aumento na produção de petróleo.

Após registrar o pior desempenho em 2022, o Sul cresceu acima da média nacional, impulsionado pelo setor de serviços e pela recuperação da agropecuária. O crescimento do IBCR em 2023 foi de 3,6% na

10/ Boxe "Efeitos indiretos dos setores produtores de bens básicos para o crescimento da atividade em 2023".

região, comparado à estabilidade de 2022. A agropecuária, especialmente a produção de soja, devolveu recuo registrado no ano anterior devido a condições climáticas adversas. No setor de serviços, a região foi a única a apresentar aceleração, refletindo maiores variações no comércio e na atividade imobiliária e uma desaceleração mais leve nos "outros serviços". A indústria de transformação foi a única atividade com retração, decorrente, principalmente, das contribuições negativas de veículos automotores; máquinas e equipamentos e produtos do metal. Por UF, o Paraná registrou o maior crescimento da região, e o segundo melhor do país, com destaque para o desempenho de agropecuária, comércio e "outros serviços", enquanto o menor crescimento da região ocorreu no Rio Grande do Sul, em grande parte, pela retração da indústria de transformação.

O melhor desempenho econômico ocorreu, pelo segundo ano consecutivo, no Centro-Oeste, com contribuições positivas generalizada dos setores. O crescimento do IBCR em 2023 foi 5,9% na região, após alta de 5,7% em 2022. Destacaram-se na região a forte expansão da produção agrícola e a continuidade do crescimento da indústria de transformação, que também registrou o melhor desempenho regional pelo segundo ano consecutivo. Na agricultura, os resultados decorreram da produção da segunda safra de milho e da soja. A expansão da indústria de transformação refletiu a fabricação de alimentos e o segmento de petróleo e biocombustíveis. A contribuição do Centro-Oeste para o crescimento nacional alcançou 19,6%, mesmo tendo a região uma participação de apenas 10,8% no VAB nacional. Goiás apresentou o maior crescimento entre as treze UF com dados divulgados do IBCR.

As produções agrícola e pecuária apresentaram crescimento elevado em 2023, com elevações em todas as regiões. As Unidades da Federação que tiveram o melhor desempenho na agricultura foram Mato Grosso do Sul e Paraná, principalmente em decorrência de aumentos expressivos na produção de soja, e, em menor medida, da produção de milho. O crescimento da pecuária foi influenciado principalmente por bovinos, com destaque para os avanços nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Gráfico 1.5 – Valor da produção agrícola

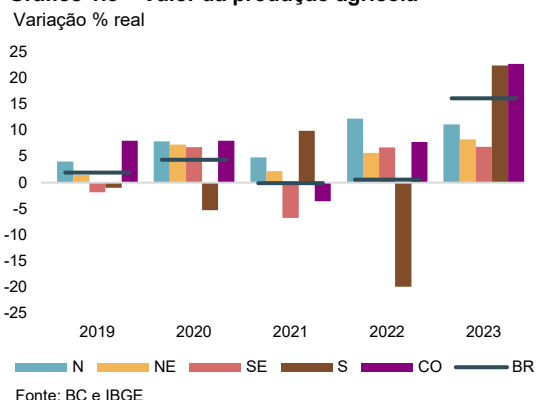


Gráfico 1.6 – Valor da produção pecuária

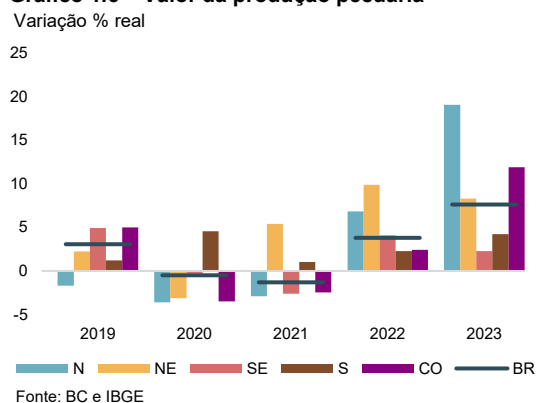


Gráfico 1.7 – Valor da produção agrícola - 2023

Varição % real e contribuição por produto (p.p.)

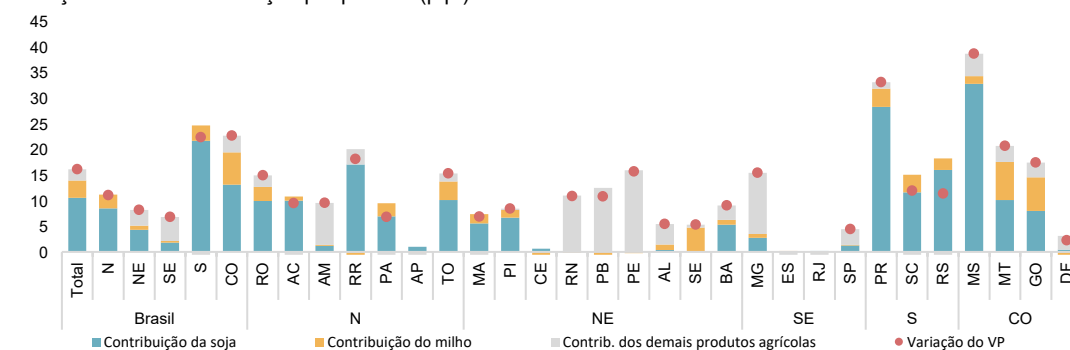
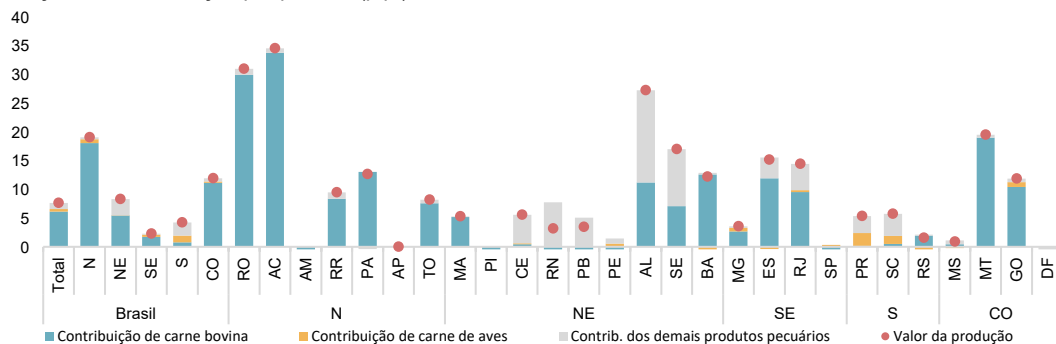


Gráfico 1.8 – Valor da produção pecuária - 2023

Variação % e contribuição por produto (p.p.)



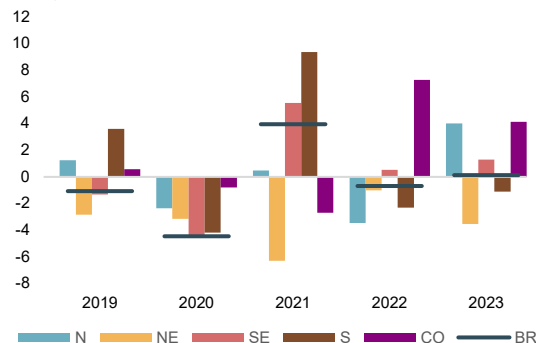
Fonte: BC e IBGE

A produção industrial manteve-se praticamente estável em 2023, mas houve forte aumento na indústria extrativa e recuo na indústria de transformação, o que ajuda a entender a diferença de desempenho entre as regiões.¹¹

O desempenho positivo da indústria extrativa foi impulsionado pelos aumentos de produção no Norte e no Sudeste – regiões onde esse setor tem maior relevância. O recuo da indústria de transformação resultou de quedas no Nordeste, principalmente em produtos químicos e de metal, no Sul, com retrações mais relevantes em veículos automotores, produtos de metal e metalurgia, e no Sudeste, sobretudo devido à menor produção de produtos químicos, de informática, veículos automotores e máquinas e equipamentos. Em sentido oposto, houve aumento de produção no Norte, com destaque para derivados de petróleo e biocombustíveis e outros equipamentos de transportes, e no Centro-Oeste, sobressaindo-se os segmentos de alimentos e derivados de petróleo e biocombustíveis. Na abertura por UF, dez unidades, do universo de dezessete com dados disponíveis, apresentaram crescimento na produção industrial, sendo as maiores variações registradas no Rio Grande do Norte (produção de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis) e no Espírito Santo (indústria extrativa).

Gráfico 1.9 – Produção industrial

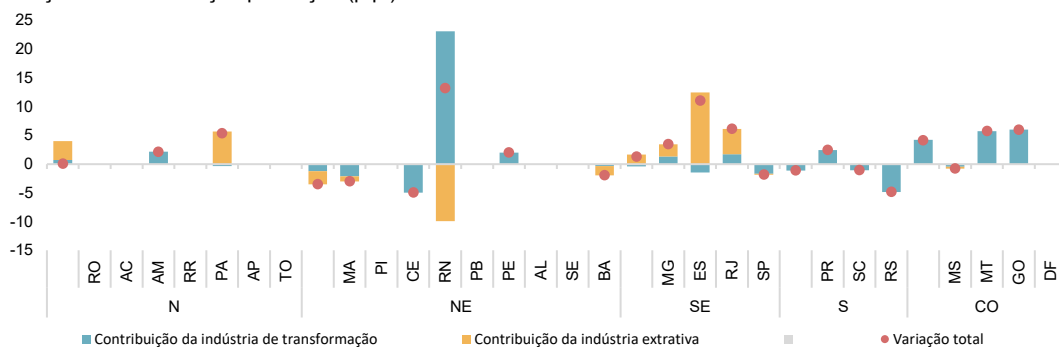
Variação %



Fonte: IBGE

Gráfico 1.10 – Produção industrial - 2023

Variação % e contribuição por seção (p.p.)



Fonte: BC e IBGE

11/ Conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), do IBGE. O critério de seleção para as Unidades da Federação que possuem os seus dados divulgados na PIM regional adotado pelo IBGE é a participação em ao menos 0,5% do Valor da Transformação Industrial, tomando-se como referência o resultado da Pesquisa Industrial Anual (PIA-Empresa) de 2019.

O volume de vendas do comércio ampliado cresceu em 2023 no país, após retração em 2022, e na maioria das regiões.¹² Esse crescimento refletiu, principalmente, as maiores vendas de veículos e peças e de supermercados. Regionalmente, apenas o Centro-Oeste registrou recuo nas vendas, enquanto o Nordeste apresentou o maior aumento, com forte alta em supermercados, possivelmente em decorrência do aumento da renda promovido por programas sociais e do arrefecimento dos preços de alimentos. No Sul e Sudeste, destacaram-se as vendas de veículos. Considerando as doze UF com abertura por segmento, o aumento das vendas de supermercados foi generalizado, tendo o Ceará registrado a maior alta. Por outro lado, o segmento de tecidos, vestuário e calçados recuou nas doze UF. Considerando o comércio varejista no conceito restrito, constituído principalmente de produtos mais relacionados à renda e para o qual há informação para todas as UF, o aumento também foi generalizado, com crescimento em todas as regiões e em 21 UF.

Gráfico 1.11 – Vendas do comércio ampliado

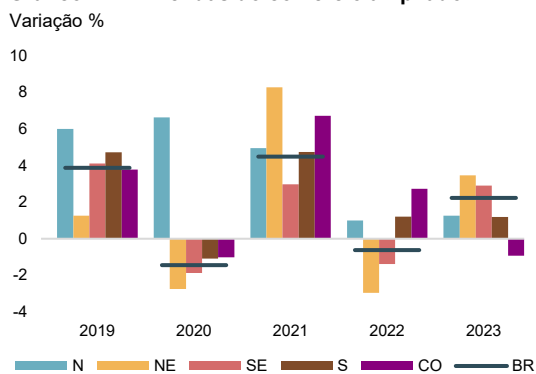


Gráfico 1.12 – Vendas do comércio ampliado - 2023

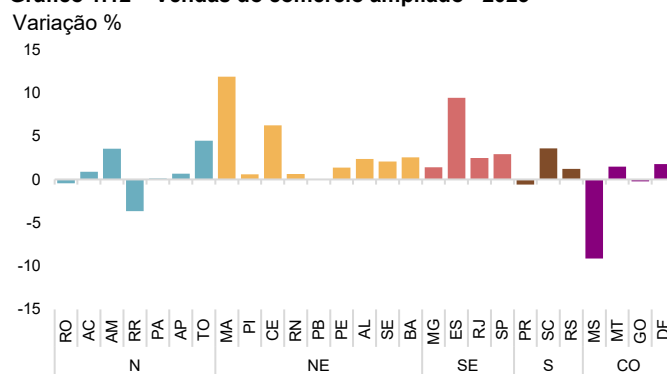


Gráfico 1.13 – Vendas do comércio restrito

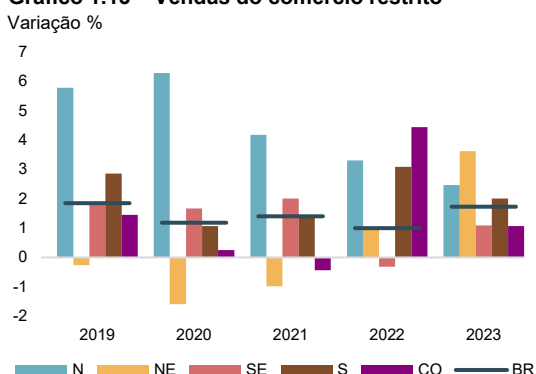
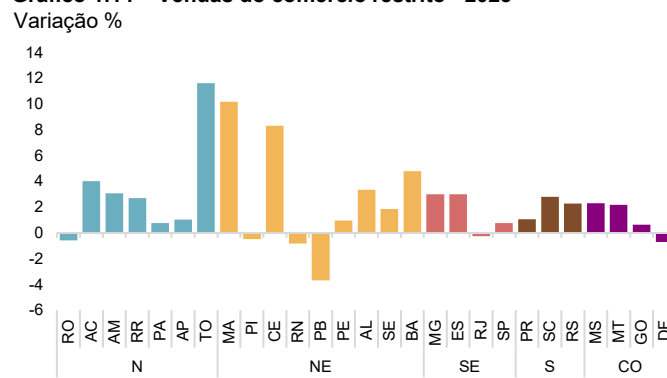


Gráfico 1.14 – Vendas do comércio restrito - 2023



O volume de serviços manteve crescimento em todas as regiões pelo terceiro ano consecutivo, embora em ritmo menos intenso.¹³ Apesar do aumento generalizado, a evolução foi heterogênea entre as regiões, com crescimentos expressivos e maiores do que os de 2022 nas regiões Sul e Centro-Oeste e de menor intensidade no Sudeste, onde houve redução em transportes e outros serviços. Por Unidade da Federação, Mato Grosso, Paraná e Tocantins foram os destaques positivos, enquanto Amapá e São Paulo¹⁴ foram as únicas que registraram retração em 2023. As desagregações do segmento de transportes da PMS por subatividades e por UF sugerem influência relevante da safra recorde ocorrida em 2023 para a dispersão de resultados. Por subatividades, o transporte rodoviário de cargas cresceu 10,1%, o que pode ser explicado pelo forte aumento deste modal nas exportações de soja e milho, em parte, pela limitação de capacidade dos outros

12/ Conforme dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do IBGE.

13/ Conforme dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do IBGE.

14/ Na divulgação de agosto de 2024, o IBGE revisou os últimos doze meses da série de serviços profissionais com a inclusão de uma grande empresa sediada em SP. A revisão gerou alteração no percentual de serviços de SP em 1 p.p. (de -1,7% para -0,7%). O impacto na PMS total do país foi de 0,5 p.p. (de 2,4% para 2,9%).

modais.¹⁵ Nas doze UF com abertura por atividades, o aumento de transportes ocorreu com mais intensidade no Paraná, Santa Catarina e Goiás, estados com presença relevante da agropecuária.

Gráfico 1.15 – Volume de serviços

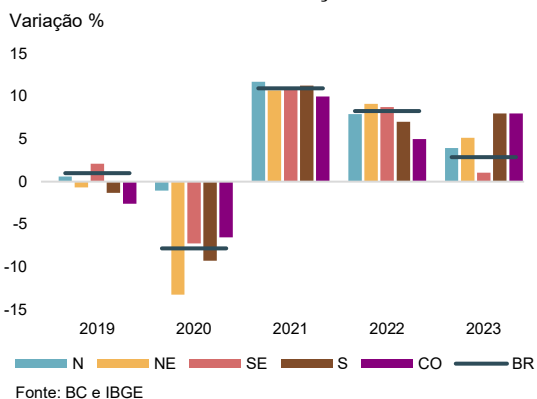


Gráfico 1.16 – Volume de serviços - 2023

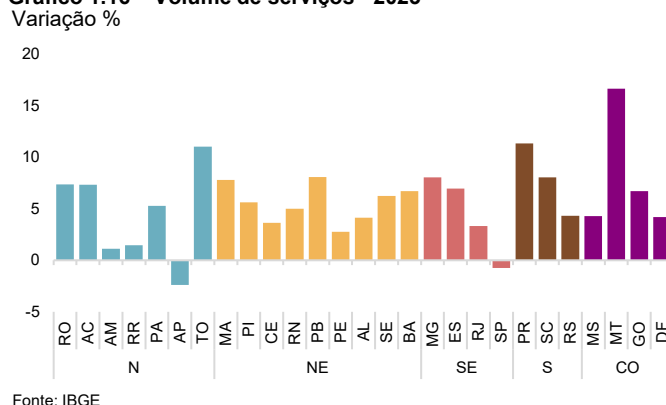


Gráfico 1.17 – Volume de serviços de transportes - 2023

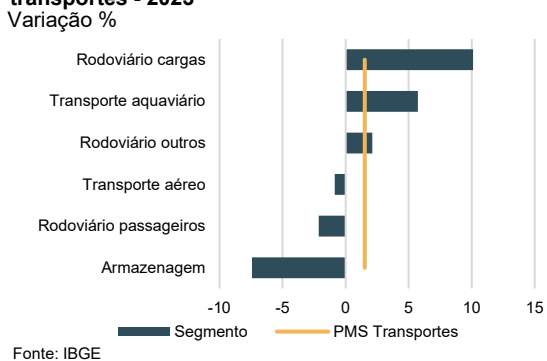
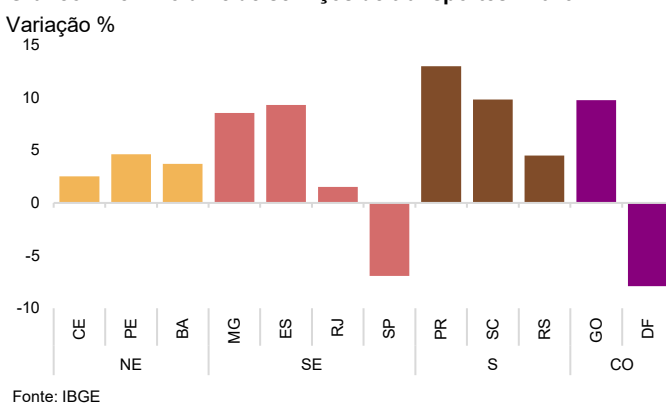


Gráfico 1.18 – Volume de serviços de transportes - 2023



15/ De acordo com o [Anuário Agrologístico](#) divulgado pela Conab, a participação do transporte rodoviário nas exportações de soja e milho passou de 34% em 2022 para 45% em 2023. Os modais ferroviário e hidroviário tiveram sua participação reduzida, apesar do aumento do volume transportado.

2

Mercado de Trabalho

O desemprego diminuiu e os salários reais cresceram em 2023, com aumento do dinamismo do mercado de trabalho na segunda metade do ano. A taxa de desocupação no país atingiu 8,0% em 2023 ante 9,3% no ano anterior (média anual), alcançando o menor patamar desde 2014, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Ainda que tenha recuado na maioria dos meses, a composição da queda foi diferente entre os semestres. Enquanto, no primeiro, a redução do desemprego foi mais influenciada pelo recuo da taxa de participação na força de trabalho, no segundo a queda do desemprego ocorreu efetivamente em razão do aumento da ocupação.¹⁶ Os salários reais também aceleraram no segundo semestre, resultando em expansão robusta da massa de rendimentos.

A queda da taxa de desocupação foi disseminada entre regiões, ocorrendo em grande parte das Unidades da Federação. As maiores reduções ocorreram no Sudeste, 1,5 p.p., e no Nordeste, 1,4 p.p., contrastando com o Sul, 0,8 p.p. (Gráfico 2.1). Houve queda em 24 das 27 UF, com alta apenas em Roraima, Amapá e Piauí (Gráfico 2.3). De maneira geral, as diminuições foram maiores nos estados com maiores níveis de desemprego (Gráfico 2.2).

Gráfico 2.1 – Taxa de desocupação

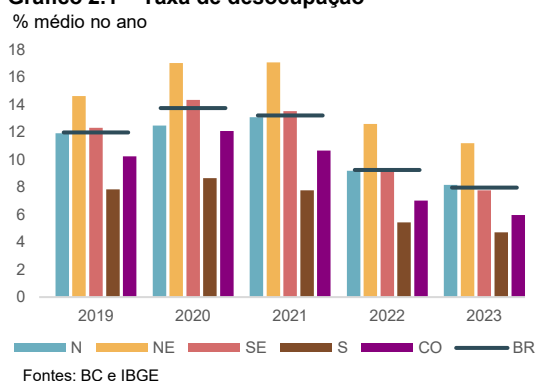


Gráfico 2.2 – Taxa de desocupação, por UF - 2022 e 2023

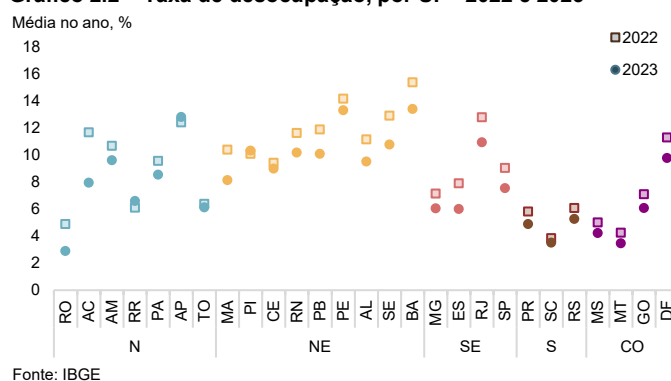
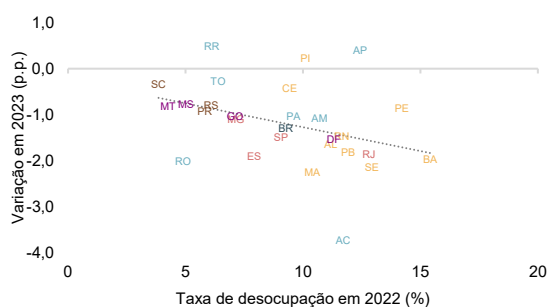


Gráfico 2.3 – Taxa de desocupação: variação em 2023 x nível em 2022



Com exceção do Centro-oeste, a taxa de participação na força de trabalho recuou em todas as regiões, em especial no Norte e Nordeste. Devido aos efeitos da pandemia, a taxa de participação recuou acentuadamente

16/ Com dados dessazonalizados, o crescimento da população ocupada passou de 0,2% nos dois primeiros trimestres do ano para 0,4% no terceiro e 0,9% no quarto. Para mais informações, vide o box [Indicadores complementares de mercado de trabalho](#), do Relatório de Inflação de setembro de 2024.

em 2020, recuperou-se parcialmente em 2021 e 2022, mas voltou a cair em 2023 (Gráfico 2.4). Mudanças demográficas associadas ao envelhecimento da população têm contribuído para reduzir a participação no mercado de trabalho,¹⁷ contudo, o aumento da escolaridade tem agido em sentido oposto.¹⁸ Destaca-se ainda que o elevado incremento de transferências governamentais ocorrido a partir do segundo semestre de 2022 pode também ter afetado a decisão de entrar na força de trabalho em 2023.¹⁹ O recuo da taxa de participação em 2023 foi mais intenso nas regiões Norte (-1,3 p.p.) e Nordeste (-0,8 p.p.) respectivamente, comparado à queda de 0,6 p.p. na média nacional. A taxa de participação diminuiu em dezoito das 27 UF, com destaque para o recuo mais acentuado no Acre, Roraima, Rio Grande do Norte e Amazonas (Gráfico 2.5).

Gráfico 2.4 – Taxa de participação

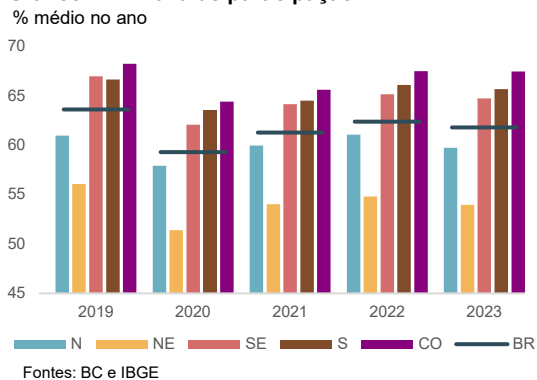
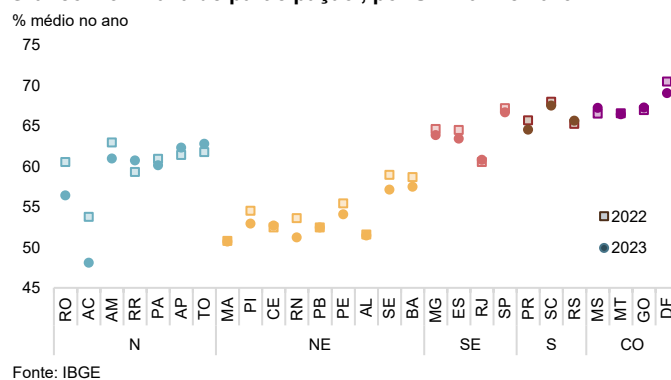


Gráfico 2.5 – Taxa de participação, por UF- 2022 e 2023



Por sua vez, o crescimento da população ocupada foi heterogêneo e liderado pelo Centro-Oeste. A expansão de 1,4% da população ocupada no país refletiu elevações distintas entre as regiões. Norte e Nordeste cresceram menos, 0,4% e 0,8%, respectivamente, enquanto no Centro-Oeste a alta atingiu 3,0% (Gráfico 2.6). A população ocupada cresceu em 22 das 27 UF, com exceção de RO, AC, PI, RN e SE (Gráfico 2.8). As diferenças regionais parecem estar em alguma medida relacionadas com a diferença de ritmo da atividade econômica, como se observa através da correlação positiva entre as variações dos IBCR e das populações ocupadas (Gráfico 2.7).

Gráfico 2.6 – Crescimento da população ocupada

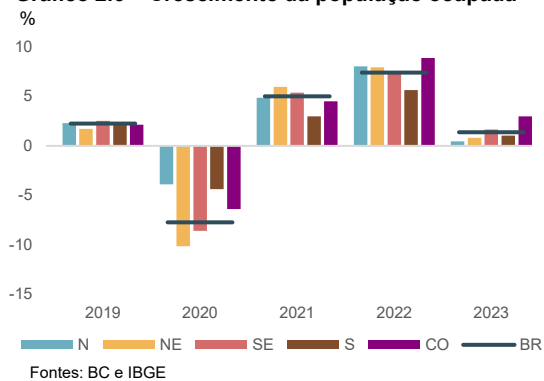
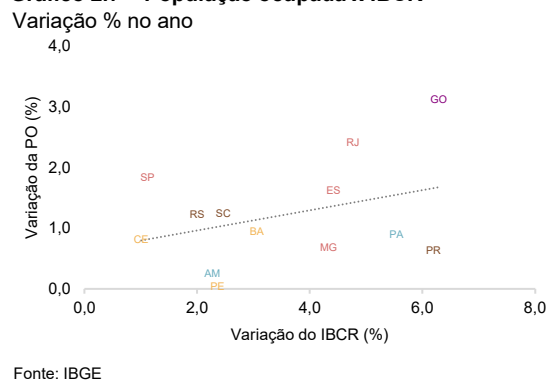


Gráfico 2.7 – População ocupada x IBCR

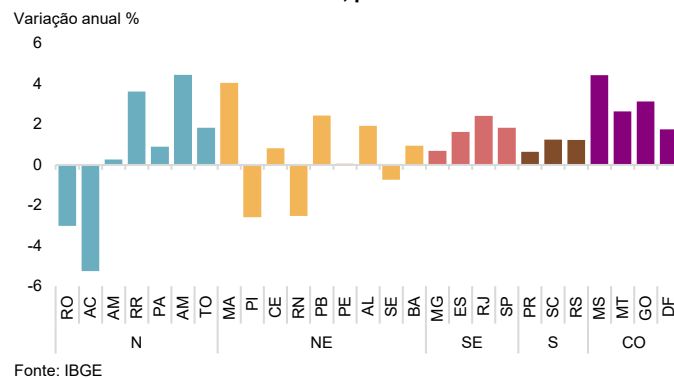


17/ Para mais informações, vide o boxe [Alterações demográficas e a evolução recente da taxa de participação na força de trabalho](#) do Relatório de Inflação de junho de 2024.

18/ O texto [Determinantes Estruturais da Taxa de Participação](#) de Fernando de H. B. Filho, Fernando Veloso e Paulo Peruchetti, publicado no blog da Fundação Getúlio Vargas (FGV)/ Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), indica que o efeito negativo da demografia sobre a Taxa de participação (TP) tem sido mais do que compensado pelo ganho na escolaridade.

19/ Os textos [Transferências reduzem taxa de participação, mas efeito se concentra em mulheres e jovens](#) de Daniel Duque, publicado no blog do IBRE, e [Taxa de participação no mercado de trabalho e benefícios sociais](#) de Fábio J. F. da Silva e Leandro S. Pires, publicado no blog do BC, sugerem que o incremento das transferências governamentais contribuiu para a redução da taxa de participação.

Gráfico 2.8 – Crescimento da PO, por UF - 2023



O crescimento da ocupação no Centro-Oeste e Sudeste superou a média nacional, enquanto no Nordeste, Norte e Sul ficou abaixo. Utilizando-se a decomposição apresentada em boxe²⁰ neste Relatório, observa-se que o maior crescimento da ocupação do Centro-Oeste está ligado a crescimentos setoriais da ocupação disseminados e que superaram, em geral, as taxas observadas nacionalmente. Destacaram-se os desempenhos da ocupação no comércio, que cresceu 7,3% na região em comparação com 0,1% no país, e em transportes, com um crescimento de 9,7% ante 5,8% da média nacional, possivelmente favorecidos por efeitos indiretos do forte crescimento da agropecuária. O crescimento da ocupação no Nordeste, Norte e Sul foi prejudicado por apresentarem nas suas estruturas locais de ocupação maior participação em atividades que apresentaram menor crescimento de ocupados (Gráfico 2.9). O inverso ocorreu no Sudeste, onde a estrutura local de ocupação explica a maior parte do diferencial de crescimento.

Gráfico 2.9 – Decomposição da diferença de crescimento da PO em relação à média nacional - 2023

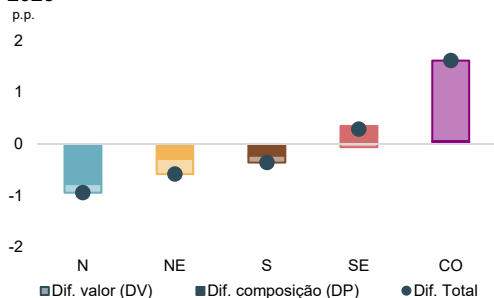
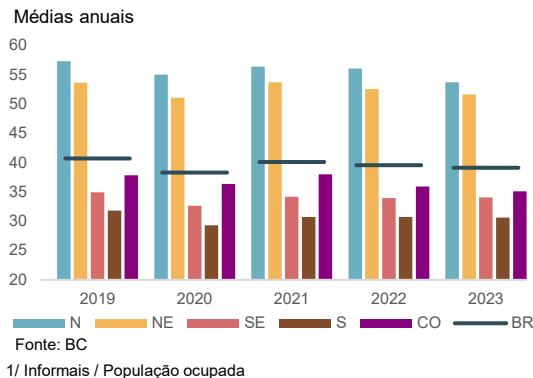


Gráfico 2.10 – Informalidade¹



A taxa de informalidade²¹ diminuiu em quatro regiões, segundo a PNAD Contínua. A exceção foi o Sudeste. No Norte a retração foi bem acentuada, embora a informalidade na região permaneça, junto com o Nordeste, acima de 50%. Comparando com 2019, houve aumento da formalização em todas as regiões (Gráfico 2.10).

Houve geração robusta de empregos com carteira, embora em ritmo menor que nos dois anos anteriores.

No país foram gerados 1,5 milhão de empregos com carteira em 2023, de acordo com o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), correspondendo a um crescimento de 3,8% do estoque médio de empregados (Gráfico 2.11). O crescimento, embora ainda bastante elevado, é menor que o observado em 2021 (5,4%) e 2022 (6,1%). A participação dos empregados com carteira na população em idade de trabalho (PIT) alcançou, em 2023, o nível mais alto desde 2014.^{22,23} Isso ocorreu em todas as regiões do país (Gráfico 2.12).

20/ "Decomposição das diferenças regionais de desempenho econômico".

21/ A seguinte definição de trabalhadores Formais foi utilizada: empregados com carteira do setor privado, empregados domésticos com carteira, trabalhadores do setor público e os empregadores e trabalhadores por conta-própria com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

22/ Em função da mudança metodológica no Caged em 2020, comparações entre dados pré e pós 2020 devem ser feitas com cautela.

23/ População em idade de trabalhar (PIT) segundo dados da PNAD Contínua.

Gráfico 2.11 – Saldo de empregos com carteira

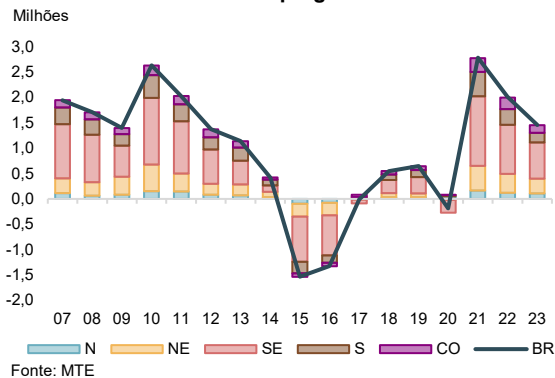
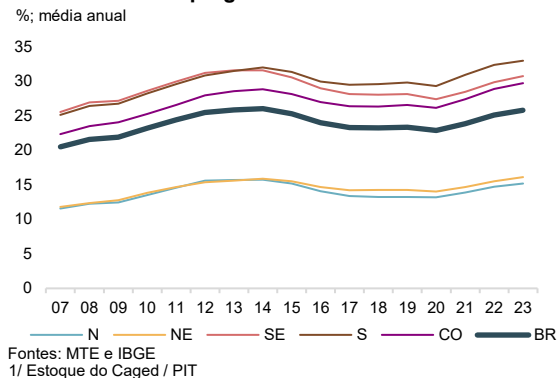


Gráfico 2.12 – Empregados com carteira / PIT¹



Assim como havia ocorrido em 2022, o emprego com carteira cresceu mais no Norte e Centro-Oeste, contrapondo-se com o Sul, onde apresentou alta mais modesta. No Norte, o número de empregados com carteira cresceu mais que nas outras regiões em serviços, indústria e comércio (Tabela 2.1 e Gráficos 2.13 e 2.14). No Centro-Oeste, o crescimento expressivo da agropecuária impulsionou não apenas o emprego no setor – que na região representa 9,3% do estoque de empregos, contra 4,0% na média do país – como também na atividade de transportes. O emprego na construção civil também se destacou nessa região. A expansão do emprego com carteira na região Sul, por sua vez, ficou atrás do observado nas outras regiões em três dos cinco principais setores. Destaca-se, nesse sentido, o emprego na indústria, que participa com 27,9% do total dos empregos na região ante 19,5% na média do país e que cresceu 0,5% em comparação com os 2,0% no Brasil.

Tabela 2.1 – Variação do emprego com carteira assinada em 2023, por atividade

Variação % do estoque de emprego

Discriminação	Total		Agropecuária		Indústria		Construção		Comércio		Serviços	
	Var.	Peso ¹	Var.	Peso ¹	Var.	Peso ¹	Var.	Peso ¹	Var.	Peso ¹	Var.	
Brasil	3,8	4	3,4	19	2,0	6	6,7	22	3,3	48	4,5	
Norte	4,8	6	3,8	16	4,1	7	3,2	27	4,5	44	5,7	
Nordeste	4,4	4	4,1	16	2,7	7	7,2	24	4,1	49	4,8	
Sudeste	3,7	3	1,9	18	2,3	6	7,5	22	2,9	51	4,1	
Sul	2,9	3	2,2	28	0,5	5	3,7	23	2,8	41	4,5	
Centro-oeste	4,9	9	4,3	15	2,9	6	9,9	23	3,9	47	5,4	

Fonte: MTE/Caged

¹ Peso da atividade no estoque de emprego na região. Linhas de peso somam 100%.

Gráfico 2.13 – Crescimento do estoque de empregos formais

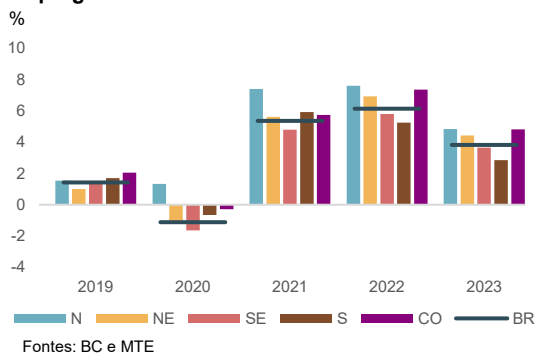
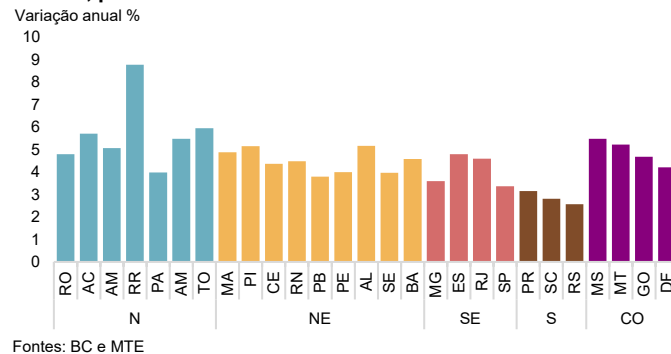


Gráfico 2.14 – Crescimento do estoque de empregos formais, por UF - 2023



Conforme dados da PNAD Contínua, o rendimento médio do trabalho experimentou alta expressiva em termos reais no país, acelerando no segundo semestre de forma disseminada territorialmente. O crescimento real do rendimento habitual médio foi maior que a média nacional nas regiões Centro-Oeste,

Nordeste e Norte, e mais baixo na região Sul (Gráfico 2.15). Houve alta do rendimento real em todas as UF, com exceção do Acre (Gráfico 2.16).

Gráfico 2.15 – Variação real do rendimento habitual médio

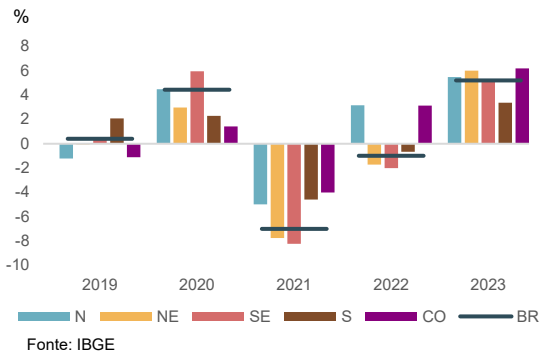
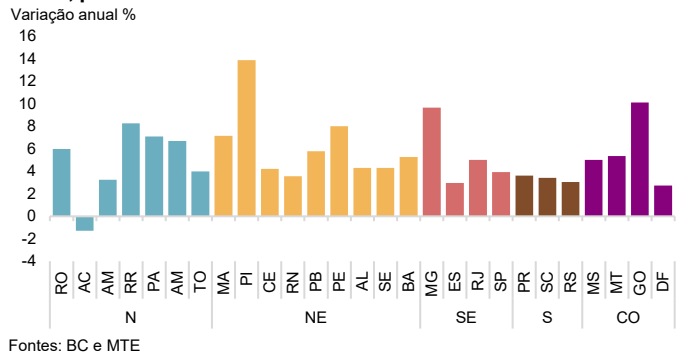


Gráfico 2.16 – Variação real do rendimento habitual médio, por UF - 2023



A massa real de rendimentos do trabalho, pelo segundo ano consecutivo, expandiu 6,9%, segundo a PNAD Contínua. O aumento da massa de rendimentos foi maior no Centro-Oeste, onde avançou 9,8% (Gráfico 2.17). Nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste o crescimento da massa de rendimentos foi similar à média nacional, enquanto no Sul o crescimento foi menor. Entre os estados, destaque para GO, RR, PI, AM, MA e MG, onde o crescimento da massa de rendimentos superou 10% (Gráfico 2.18). Maior detalhamento da evolução da massa de rendimentos, incluindo informações de outras fontes constam em boxe deste Boletim Regional.²⁴

Gráfico 2.17 – Variação real do massa de rendimentos do trabalho

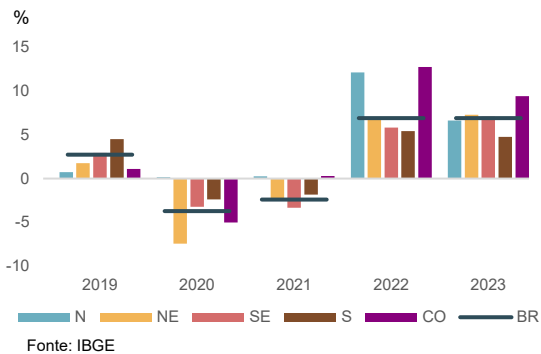
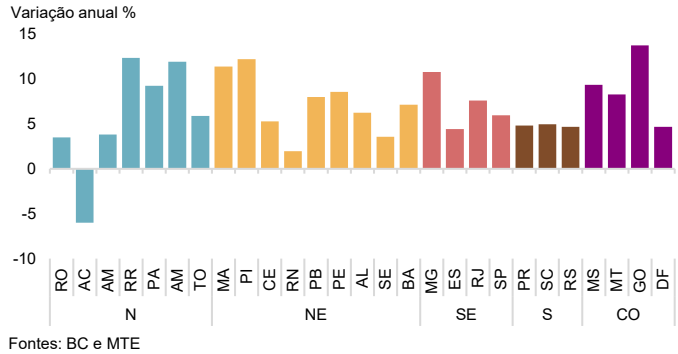


Gráfico 2.18 – Variação real da massa de rendimentos do trabalho, por UF - 2023



24/ Boxe “Evolução recente da massa de rendimentos total”.

3

Crédito

O crescimento nominal do crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN) diminuiu em 2023, influenciado pelos efeitos defasados da política monetária restritiva e pelo aumento da inadimplência, entre outros fatores.

Essa desaceleração foi mais acentuada no crédito com recursos livres, que perdeu dinamismo tanto no segmento de pessoas físicas (PF) como no de pessoas jurídicas (PJ). Já o crédito com recursos direcionados mostrou comportamento distinto entre seus componentes, com arrefecimento no segmento de pessoas físicas e aceleração no de pessoas jurídicas. O aumento da taxa de inadimplência foi impulsionado, sobretudo, pelos atrasos no crédito livre a pessoas jurídicas. Embora as regiões do país evidenciem características distintas, todas registraram algum nível de desaceleração do crédito e de aumento na inadimplência.

A desaceleração do crédito ocorreu em todas as regiões, mas de forma heterogênea. O saldo agregado das operações de crédito compiladas na estatística de crédito regional²⁵ cresceu 7,8% em 2023, variação 6,4 p.p. abaixo da observada no ano anterior. O arrefecimento foi mais acentuado nas regiões Nordeste, Norte e Sul (Gráfico 3.1). No Nordeste e no Norte a desaceleração decorreu do menor crescimento do crédito livre a pessoas físicas, enquanto no Sul a redução do ritmo foi disseminada.

O crédito expandiu acima da média nacional nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. No Norte e no Centro-Oeste houve efeito positivo adicional gerado pela composição da carteira de crédito, mais concentrada em modalidades que apresentaram maior crescimento.²⁶ No Sul, embora as modalidades tenham, em geral, crescido abaixo da média nacional, o efeito da composição também foi favorável resultando em taxa de crescimento do crédito total similar à nacional. No Sudeste, tanto o efeito variação como o efeito composição contribuíram para que a expansão do crédito ficasse abaixo da média (Gráfico 3.2).

Gráfico 3.1 – Crescimento do saldo de crédito

Variação interanual em dezembro, %

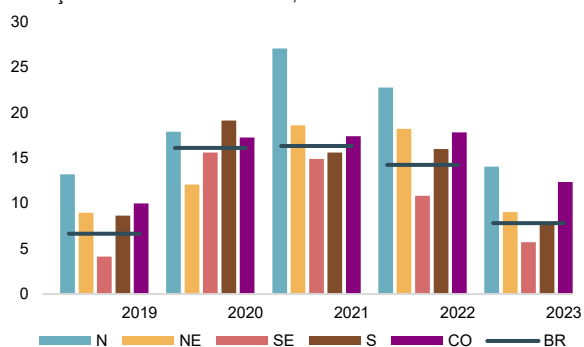
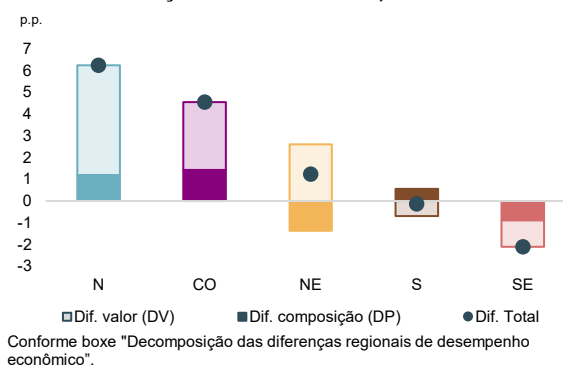


Gráfico 3.2 – Decomposição da dif. de crescimento do crédito em relação à média nacional, em 2023



25/ As estatísticas de crédito regional utilizadas nessa publicação são elaboradas a partir dos dados individualizados dos clientes, informados pelas instituições financeiras no documento 3040 do Sistema de Informações de Crédito (SCR). As operações são distribuídas geograficamente com base no endereço fiscal do CPF ou CNPJ do devedor. São consideradas apenas as operações dos clientes cujo risco direto da instituição financeira (somatório de operações de crédito, repasses interfinanceiros, coobrigações e limites, créditos a liberar) seja igual ou superior a R\$ 1.000,00. Os dados dessa divulgação podem divergir do contido em outras publicações disponibilizadas pelo Banco Central. As estatísticas de crédito regional calculadas de acordo com a metodologia descrita nessa nota, para os agregados pessoa física, pessoa jurídica e total, podem ser acessadas no Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS), do Banco Central.

26/ Análise com base na metodologia apresentada no boxe "Decomposição das diferenças regionais de desempenho econômico", neste Boletim.

A alta moderada da inadimplência foi difundida entre as regiões. O percentual do crédito com atrasos superiores a 90 dias aumentou 0,3 p.p. no ano, atingindo 3,0% dos empréstimos em dezembro de 2023. Regionalmente, a elevação da inadimplência variou entre 0,1 p.p. no Nordeste e 0,4 p.p. no Norte (Gráfico 3.3). As taxas de inadimplência no Nordeste e no Norte usualmente superam a média nacional, refletindo tanto níveis mais elevados de inadimplência em cada modalidade como uma composição de crédito mais concentrada em modalidades com maior risco de inadimplência (Gráfico 3.4). O cartão de crédito financiado é um exemplo de modalidade com alta taxa de inadimplência e maior relevância nessas regiões.

Gráfico 3.3 – Taxa de inadimplência

Dezembro, %

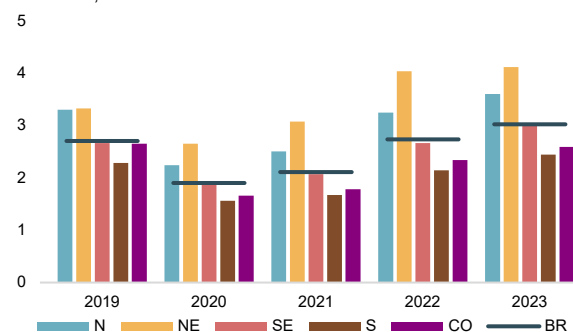
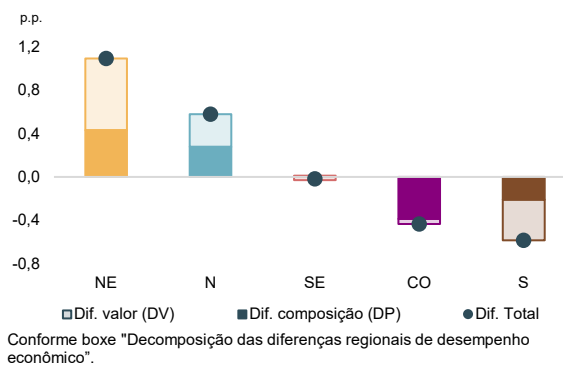


Gráfico 3.4 – Decomposição da dif. de inadimplência do crédito em relação à média nacional, em 2023



Nos últimos quatro anos, o crescimento acumulado do crédito foi maior nas regiões Norte e Centro-Oeste.

No Norte, houve expansão acentuada tanto no segmento de pessoas físicas como no de pessoas jurídicas. A taxa de crescimento econômico da região, superior à nacional, é um dos motivos que explicam o ritmo de crescimento elevado do crédito, assim como a concentração da carteira em operações de crédito livre para pessoas físicas (Gráfico 3.5). Uma característica marcante do crédito nas regiões Norte e Nordeste é a elevada participação das administrações públicas estaduais e municipais como tomadores de financiamentos no segmento de crédito a pessoas jurídicas.²⁷ No Centro-Oeste, o crédito se caracteriza pela maior concentração no segmento de pessoas físicas com recursos direcionados, com um volume expressivo de financiamentos rurais, modalidade que exibiu forte crescimento nos últimos anos, contribuindo para que a região registrasse a segunda maior expansão do crédito nesse período (Gráfico 3.6). No Sul, destacam-se as participações do crédito direcionado a pessoas físicas, com volumes significativos de financiamentos rural e imobiliário, além do crédito livre a pessoas jurídicas.

Gráfico 3.5 – Composição da carteira de crédito

Dezembro de 2023, %

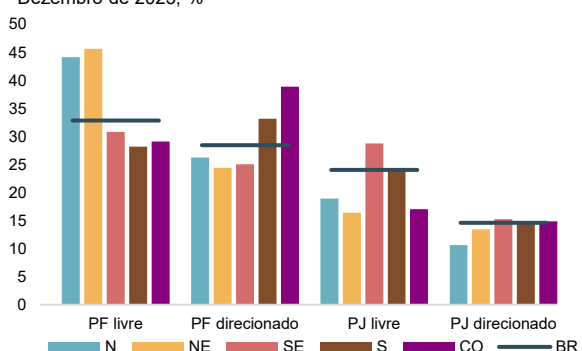
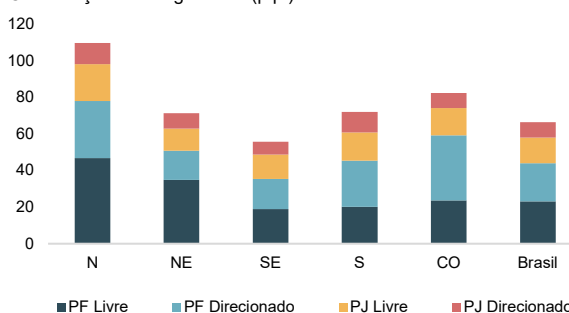


Gráfico 3.6 – Crescimento acumulado da carteira de crédito - 2020 a 2023

Contribuição dos segmentos (p.p.)



O crédito no Sudeste tem crescido regularmente abaixo da média nacional. As grandes empresas, com maior presença na região, têm recorrido mais ao mercado de capitais como fonte de financiamento, substituindo parcialmente o crédito bancário. Outra razão é que o mercado de crédito bancário no Sudeste já está mais consolidado, principalmente no segmento de pessoas jurídicas. A concentração das sedes da maioria das

27/ O crédito contratado pela administração pública no Norte e Nordeste correspondia, respectivamente, a 20% e 17% do crédito a pessoas jurídicas dessas regiões em dezembro de 2023, ante uma média nacional de 8%. No Centro-Oeste esse percentual era de 10%, e no Sudeste e no Sul, de 6%.

grandes empresas do país em São Paulo e no Rio de Janeiro fez com que o crédito se desenvolvesse e se especializasse mais nessa região. Entre 2006 e 2009 o Sudeste chegou a representar 63% da carteira de crédito do SFN para PJ. Nos anos seguintes observou-se expansão mais acelerada nas demais regiões, o que reduziu gradualmente a concentração do crédito PJ no Sudeste para 54% em dezembro de 2023 (Gráfico 3.7). Um movimento similar de desconcentração regional também foi observado na carteira de crédito a pessoas físicas, ainda que em proporções menores do que no crédito PJ (Gráfico 3.8).

Gráfico 3.7 – Distribuição do crédito PJ por regiões

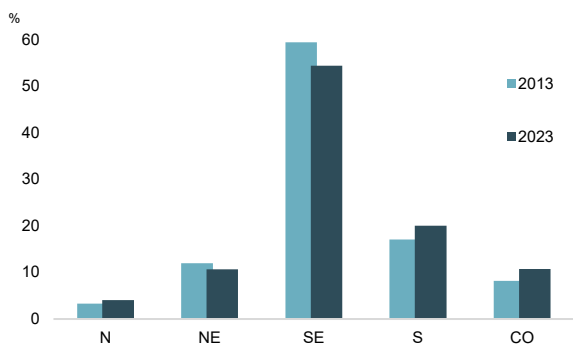
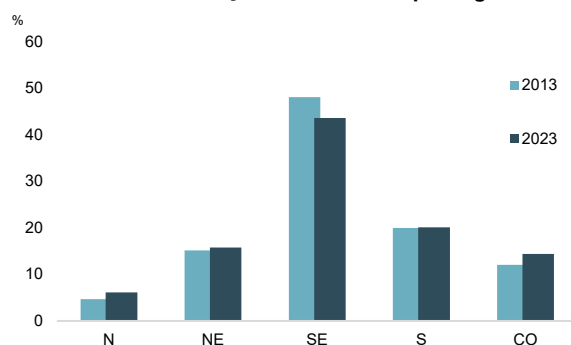


Gráfico 3.8 – Distribuição do crédito PF por regiões



Em 2023, a Região Norte foi a que registrou maior crescimento do crédito, apesar de uma desaceleração significativa. O saldo de crédito cresceu 14,1%, 8,7 p.p. abaixo da variação do ano anterior, mas 6,2 p.p. acima da média nacional. Houve moderação nas variações do crédito consignado, crédito rural e cartão de crédito financiado no segmento de pessoas físicas. Essas modalidades, que haviam registrado forte crescimento nos anos anteriores, ainda contribuíram de forma relevante em 2023, apesar do arrefecimento. No financiamento a pessoas jurídicas, destacou-se o crescimento das operações com recursos livres, impulsionadas pelo crédito contratado pela administração pública, contrastando com a estabilidade desse segmento no nível nacional. Entre os estados da região, Tocantins se sobressaiu pelo crescimento do crédito, impulsionado pelo segmento de pessoas físicas com recursos direcionados. A taxa de inadimplência no Norte aumentou 0,4 p.p., alcançando 3,6% da carteira em dezembro de 2023. O aumento da inadimplência na região, ligeiramente superior à variação nacional, foi impulsionado pela piora relativa nas modalidades de financiamento de veículos, crédito consignado e crédito pessoal não consignado.

Gráfico 3.9 – Norte: crescimento do saldo de crédito

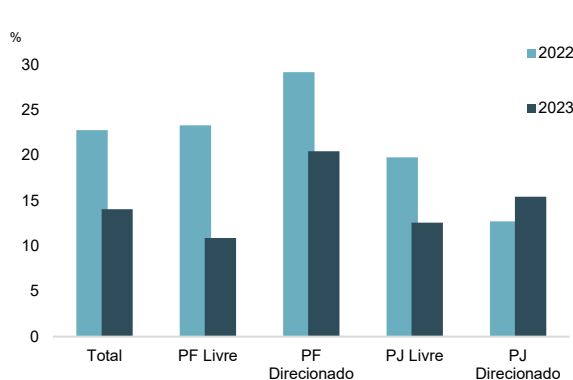
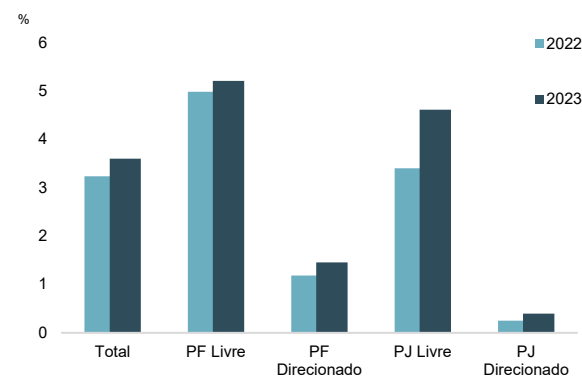


Gráfico 3.10 – Norte: taxa de inadimplência



O Nordeste registrou a maior desaceleração entre as regiões. O ritmo de expansão do crédito no Nordeste diminuiu 9,2 p.p. em 2023, na comparação ao ano anterior. Ainda assim, a variação do crédito na região, de 9,0%, foi 1,2 p.p. superior à média nacional. A moderação do crescimento refletiu a perda de dinamismo nos empréstimos com recursos livres às famílias, especialmente no crédito consignado e no cartão de crédito financiado. No crédito a pessoas jurídicas, destaque para o arrefecimento nas operações de capital de giro e para a diminuição no saldo das operações com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Entre os estados da região, sobressaiu-se a desaceleração do crédito em Pernambuco e

Bahia. A taxa de inadimplência no Nordeste aumentou 0,1 p.p., alcançando 4,1% da carteira em dezembro de 2023. A melhora relativa na modalidade de crédito pessoal não consignado contribuiu para que o aumento da inadimplência na região Nordeste tenha sido ligeiramente menor do a média nacional.

Gráfico 3.11 – Nordeste: crescimento do saldo de crédito

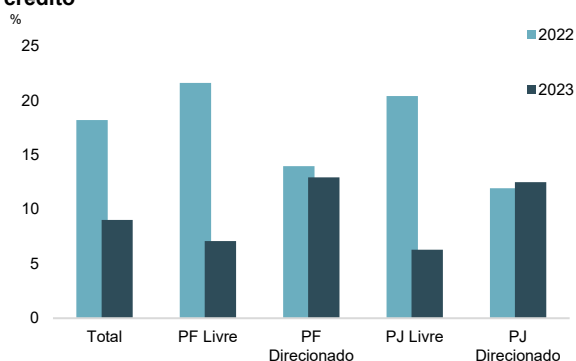
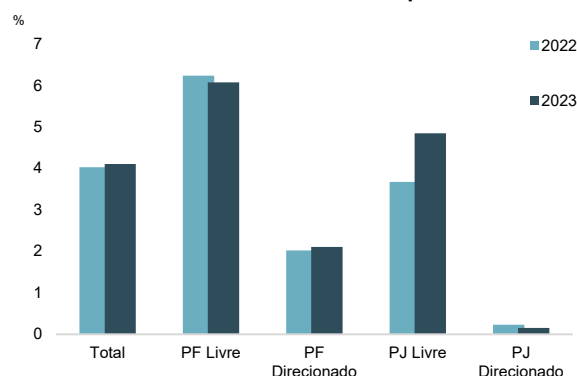


Gráfico 3.12 – Nordeste: taxa de inadimplência



O Centro-Oeste registrou a segunda maior taxa de crescimento do crédito em 2023, com aumento no segmento de pessoas jurídicas com recursos direcionados. O crédito na região cresceu 12,4% no ano, uma desaceleração de 5,5 p.p. na comparação com o ano anterior, mas superando em 4,6 p.p. a média nacional.

A desaceleração do crédito refletiu, em parte, a mesma dinâmica observada nas demais regiões, ou seja, arrefecimento no crescimento das modalidades de crédito livre e do crédito direcionado a pessoas físicas. No geral, as modalidades ainda tiveram desempenho superior à média nacional. O crédito direcionado a pessoas jurídicas, por sua vez, surpreendeu com forte aceleração, impulsionada pelo aumento nas operações de crédito rural, pelo Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e pelo Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC). Entre os estados, houve desaceleração do crédito em todos, com destaque para a diminuição do crescimento em Goiás. A taxa de inadimplência no Centro-Oeste aumentou 0,3 p.p., atingindo 2,6% da carteira em dezembro de 2023. A expansão relativamente mais contida nos atrasos do crédito livre a pessoas jurídicas contribuiu para que o aumento da inadimplência na região fosse ligeiramente menor que no país.

Gráfico 3.13 – Centro-Oeste: crescimento do saldo de crédito

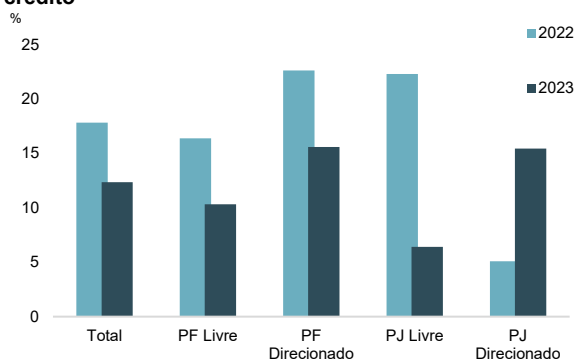
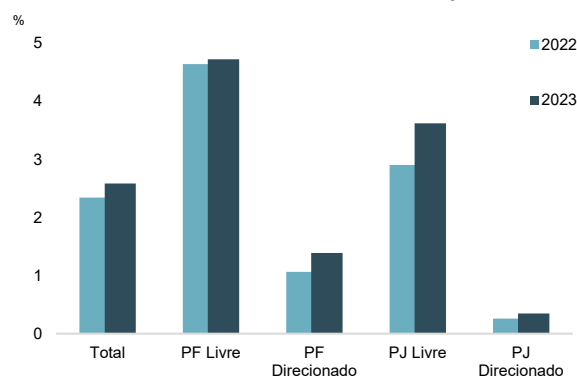


Gráfico 3.14 – Centro-Oeste: taxa de inadimplência



O crescimento do crédito no Sudeste foi o menor, e o percentual de operações em atraso no segmento de pessoa jurídica teve alta destacada. A região registrou o menor crescimento dos financiamentos entre as regiões pelo terceiro ano consecutivo. O saldo do crédito no Sudeste aumentou 5,7% em 2023, desacelerando em relação à variação de 10,8% observada no ano anterior.

Entre as linhas voltadas às famílias, destacou-se o arrefecimento do crédito consignado, do crédito pessoal não consignado e do cartão de crédito financiado, que desacelerou acentuadamente após altas expressivas nos dois anos anteriores. No segmento com recursos direcionados, tanto os financiamentos rurais como os imobiliários cresceram em ritmo menor. Nos empréstimos às empresas, o pior desempenho relativo do Sudeste, em comparação às demais regiões, em parte é explicado

pelos desdobramentos do caso Americanas²⁸, destacando-se a queda nos saldos de operações de desconto de títulos e de capital de giro. As taxas de crescimento do crédito variaram bastante entre os estados da região, indo de 4,4% no Rio de Janeiro a 11% no Espírito Santo, embora todos tenham registrado perda de dinamismo. A inadimplência na região atingiu 3%, com elevação de 0,3 p.p. no ano. Enquanto os atrasos nos financiamentos às famílias recuaram de 3,8% para 3,6%, a inadimplência das empresas aumentou de 1,4% para 2,2%, com piora nas carteiras de capital de giro e desconto de títulos.

Gráfico 3.15 – Sudeste: crescimento do saldo de crédito

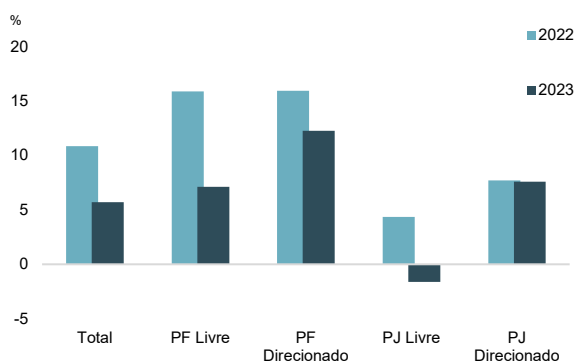
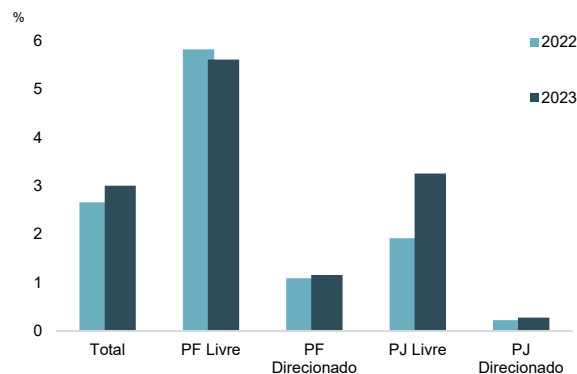


Gráfico 3.16 – Sudeste: taxa de inadimplência



No Sul, a desaceleração do crédito foi disseminada e a inadimplência dos empréstimos às empresas aumentou.

O saldo de crédito na região cresceu 7,7%, em linha com a média nacional, mas 8,3 p.p. a menos que no ano anterior. A perda de ritmo afetou a maioria das modalidades. Nos empréstimos às famílias, destaque para o arrefecimento do financiamento rural, do crédito consignado e do cartão de crédito financiado. Nos empréstimos às empresas, a redução nos saldos do financiamento à exportação e do capital de giro contribuiu para a retração do segmento com recursos livres. Por outro lado, as operações do PEAC cresceram, após um período de amortizações no ano anterior. O crédito variou 8,6% em Santa Catarina e 7,3% no Paraná e no Rio Grande do Sul, com desaceleração nos três estados. A inadimplência no Sul continua sendo a menor entre as regiões, embora tenha aumentado de 2,1% para 2,4% entre 2022 e 2023. Os atrasos nos contratos com pessoas físicas permaneceram estáveis em torno de 2,7%, enquanto a inadimplência do crédito a pessoas jurídicas passou de 1,5% para 2,1%, com deterioração da carteira de capital de giro.

Gráfico 3.17 – Sul: crescimento do saldo de crédito

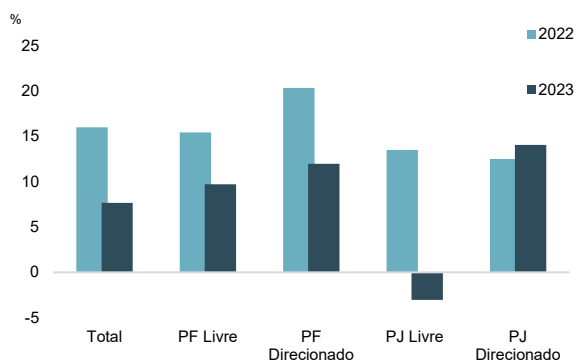
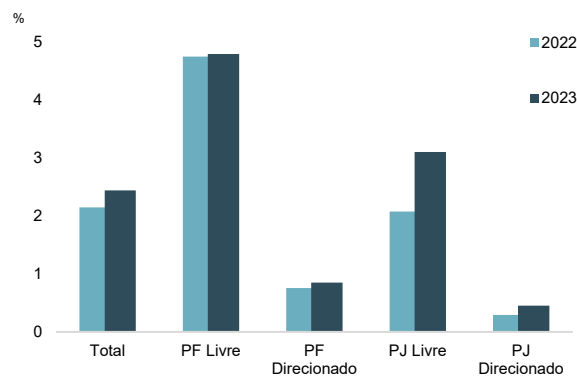


Gráfico 3.18 – Sul: taxa de inadimplência

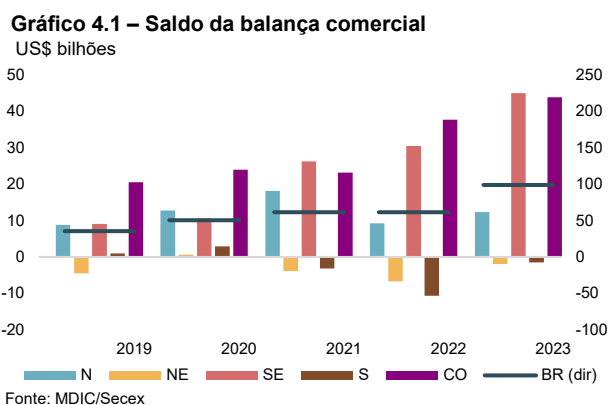


28/ Empresa varejista de grande porte que entrou com pedido de recuperação judicial em janeiro/2023. O caso Americanas ajuda a explicar não apenas a queda das concessões de crédito a pessoas jurídicas no primeiro semestre de 2023 como o aumento da inadimplência no segmento. As estatísticas do Sudeste, onde a empresa está sediada, foram especialmente afetadas.

4

Balança Comercial

2023 foi um ano bastante positivo para a balança comercial brasileira. O saldo comercial de US\$98,9 bilhões foi o maior da série histórica iniciada em 1995, superando amplamente o resultado de 2022 (Gráfico 4.1). Esse crescimento decorreu do aumento moderado das exportações e da expressiva queda das importações. O aumento do valor exportado, para patamar recorde, foi impulsionado pelo maior volume embarcado, sobretudo de produtos básicos como grãos e petróleo, o que compensou a queda nos preços das principais commodities. As importações, por sua vez, recuaram, com contribuição tanto dos preços quanto do volume. A diminuição do volume importado está associada à menor necessidade de estoques precaucionais, dado o arrefecimento das disfunções logísticas no comércio internacional em relação ao ano anterior.



O comportamento da balança comercial regional foi relativamente homogêneo, com algumas peculiaridades presentes entre as regiões. O saldo comercial cresceu em todas elas, tornando-se mais positivo nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte, e menos negativo nas regiões Sul e Nordeste (Tabela 4.1). As exportações cresceram em todas as regiões, exceto no Nordeste, enquanto a redução das importações foi disseminada. Os preços de exportação e de importação recuaram em todas as regiões (Tabela 4.2), normalizando após forte alta observada em 2022, causada pela pressão nas cadeias de suprimento e pela invasão da Ucrânia em 2022.

Tabela 4.1 – Balança comercial (FOB), por região

Discriminação	US\$ bilhões					
	Exportações		Importações		Saldo	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Brasil	334,1	339,7	272,6	240,8	61,5	98,9
Norte	28,5	29,4	19,3	17,1	9,2	12,3
Nordeste	27,7	24,9	34,5	26,9	-6,8	-2,0
Sudeste	164,5	168,0	133,9	122,9	30,5	45,1
Sul	56,7	59,2	67,4	60,7	-10,7	-1,5
Centro-Oeste	55,2	57,1	17,5	13,2	37,8	43,9
Outros ¹	1,5	1,1	0,0	-0,0	1,5	1,1

Fonte: MDIC/Secex

¹ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

Tabela 4.2 – Índices de preço e quantum, por região

Discriminação	Variação anual			
	Exportações		Importações	
	Preço	Quantum	Preço	Quantum
Brasil	-6,3	9,0	-9,7	-2,1
Norte	-5,6	9,2	-13,8	1,9
Nordeste	-8,8	-0,9	-16,3	-7,0
Sudeste	-5,8	8,5	-3,5	-4,9
Sul	-4,3	9,7	-11,9	2,6
Centro-Oeste	-9,0	14,5	-0,8	-23,4

Fonte: MDIC/Secex, BC

As variações nos volumes exportados e importados, por sua vez, apresentaram maior heterogeneidade.

No caso do volume exportado, a safra recorde de grãos favoreceu as principais regiões produtoras. O Sul e o Centro-Oeste, maiores produtores de grãos, foram responsáveis pela maior parte do aumento no volume

exportado de soja e milho, com destaque para os estados do Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. O Sudeste se destacou pelo crescimento das exportações de petróleo, açúcar e minério de ferro. No Norte, as exportações cresceram apesar da seca na bacia amazônica²⁹ nos últimos meses do ano, que dificultou o escoamento. Nessa região sobressaíram-se as vendas de grãos e de minério, e os estados do Pará e Rondônia. Já no Nordeste houve queda do volume exportado, com destaque para óleo diesel e alumínio, entre os produtos; e Bahia, Pernambuco e Maranhão, entre os estados. Em relação ao volume importado, houve elevação apenas nas regiões Norte e Sul, principalmente de derivados de petróleo e bens intermediários. Sudeste e Nordeste registraram maior redução de compras ocorrida em combustíveis e lubrificantes. No Centro Oeste, a queda do volume importado resultou, em grande parte, dos fertilizantes e do gás natural.

Gráfico 4.2 – Crescimento das exportações por UF, %

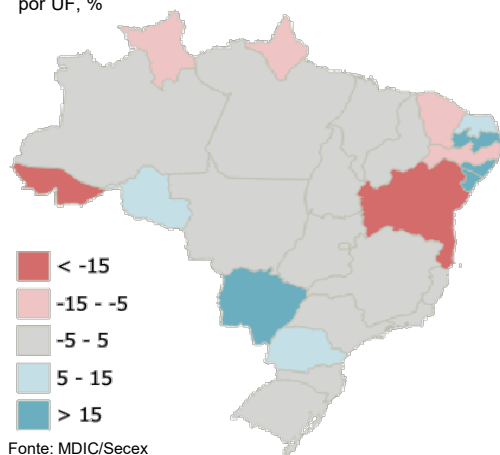
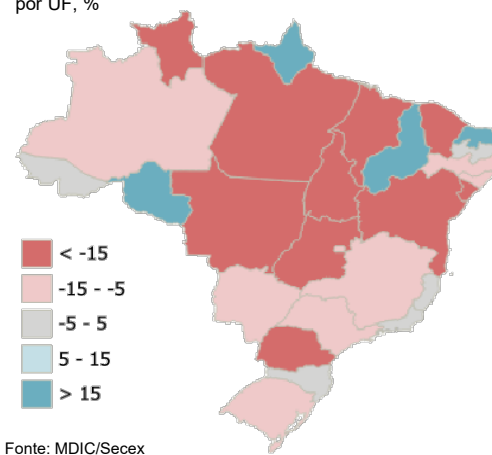


Gráfico 4.3 – Crescimento das importações por UF, %



A região Sudeste foi a que apresentou o maior saldo comercial em 2023 (US\$45,1 bilhões) e o maior aumento do mesmo saldo (R\$14,6 bilhões). Mas, como se trata da maior região em termos econômicos, isso se deu sem que as variações percentuais das exportações e importações tenham sido as mais expressivas. O volume exportado aumentou ligeiramente abaixo da média nacional, com destaque para as vendas de petróleo, minério de ferro, soja, combustíveis e lubrificantes, celulose e, principalmente, açúcar. Já o volume importado recuou um pouco mais que a média nacional, com queda nas compras de petróleo e de partes e peças de automóveis. Em contrapartida, houve aumento no volume importado de bens de consumo e medicamentos.

Gráfico 4.4 – Crescimento das exportações - região SE
Diferença logarítmica

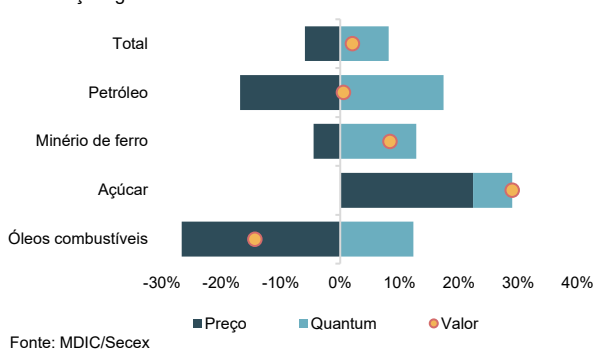
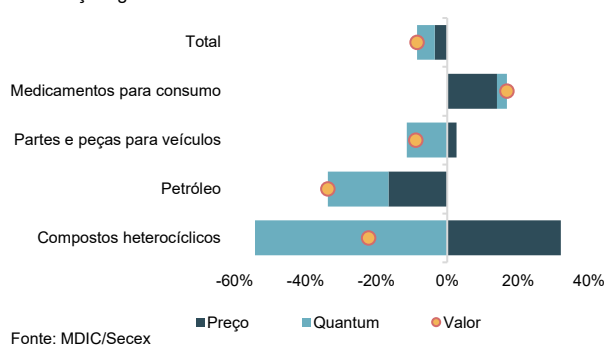


Gráfico 4.5 – Crescimento das importações - região SE
Diferença logarítmica



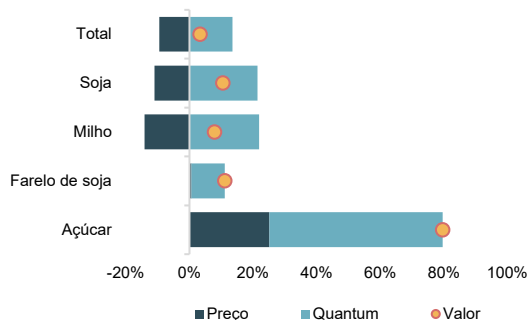
A região Centro-Oeste apresentou o segundo maior saldo comercial em 2023 (US\$43,9 bilhões), com aumento de US\$6,1 bilhões em relação ao ano anterior. Esse crescimento foi impulsionado por uma grande expansão do volume exportado e uma forte retração nas importações, ambas relacionadas ao agronegócio. Produtos básicos, principalmente soja, milho e farelo de soja, foram os destaques no crescimento de vendas, seguido por semimanufaturados, especialmente açúcar. No lado das importações, destacaram-se as quedas

29/ Sobre os efeitos da seca no Amazonas, ver texto [Seca no estado do Amazonas: impactos no comércio exterior e na produção industrial](#), publicado no BC Blog em julho de 2024.

no volume de bens intermediários, principalmente fertilizantes, medicamentos humanos e veterinários, além de combustíveis e lubrificantes.

Gráfico 4.6 – Crescimento das exportações - região CO

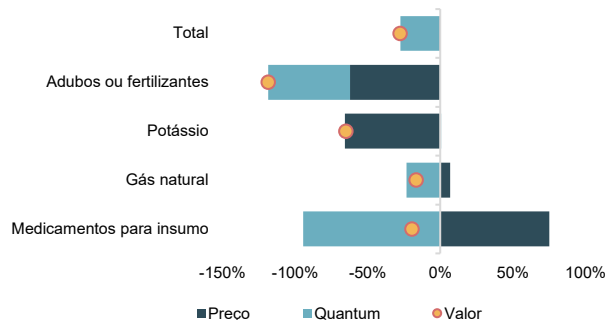
Diferença logarítmica



Fonte: MDIC/Secex

Gráfico 4.7 – Crescimento das importações - região CO

Diferença logarítmica



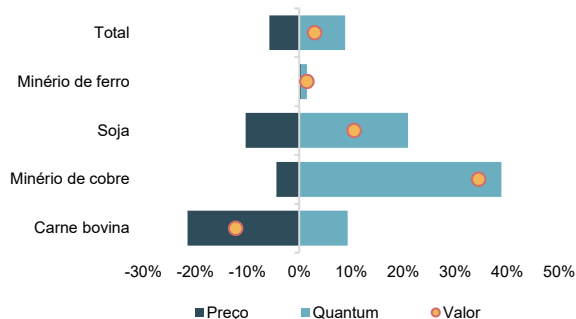
Fonte: MDIC/Secex

A região Norte também registrou saldo comercial positivo em 2023 (US\$12,3 bilhões), com aumento de US\$ 3,1 bilhões em relação ao ano anterior.

Produtos básicos (minérios de ferro e cobre, soja e bovinos) e semimanufaturados (alumínio) responderam pela maior parte do aumento no volume exportado (Gráfico 4.8). Pelo lado das importações, destacou-se o aumento significativo nas compras de óleos combustíveis, necessários para o acionamento de termelétricas na região, cuja energia substituiu a geração hidroelétrica, prejudicada pela seca na bacia amazônica (Gráfico 4.9). Essa condição climática também influenciou o comércio internacional por dificultar o transporte de cargas pelos rios da região. O estado do Amazonas foi particularmente afetado (Gráfico 4.10). Se o volume importado tivesse mantido no quarto trimestre de 2023 o mesmo patamar (dessazonalizado) do terceiro trimestre, teria sido 39% maior.

Gráfico 4.8 – Crescimento das exportações - região N

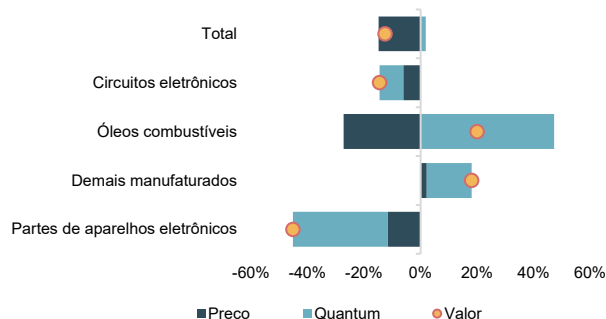
Diferença logarítmica



Fonte: MDIC/Secex

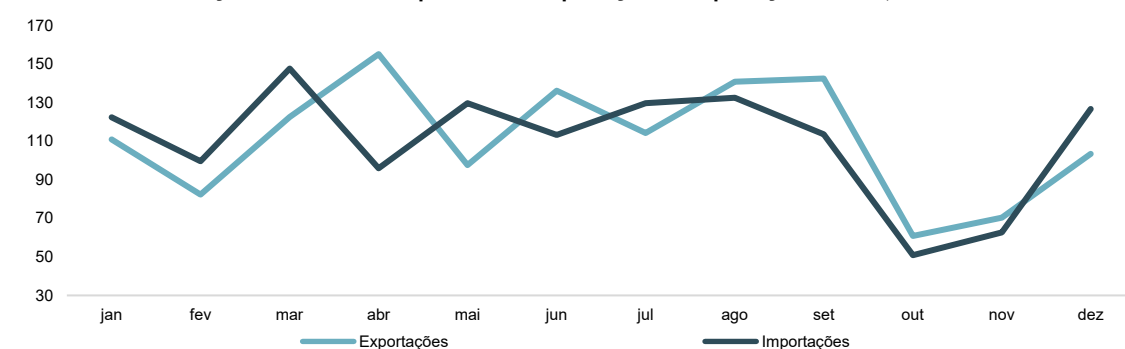
Gráfico 4.9 – Crescimento das importações - região N

Diferença logarítmica



Fonte: MDIC/Secex

Gráfico 4.10 – Evolução dos índices de quantum de exportações e importações no AM, em 2023



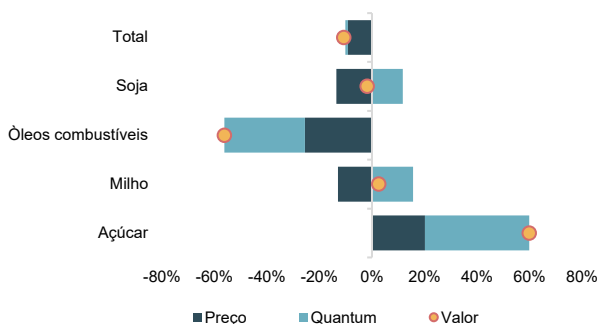
Fonte: Secex/MDIC, BC (ajuste sazonal)

No Nordeste, o saldo comercial apresentou melhora em 2023, mas permaneceu negativo (-US\$2,0 bilhões).

No lado das importações, houve uma queda acentuada nas compras de óleos combustíveis e naftas, contrastando com o aumento nas aquisições de petróleo em bruto. No lado das exportações, as quedas nos preços de itens relevantes, juntamente com a redução no volume de vendas de óleos combustíveis, compensaram o crescimento no volume vendido de produtos básicos (soja, farelo de soja e milho) e semimanufaturados (açúcar e produtos de aço).

Gráfico 4.11 – Crescimento das exportações - NE

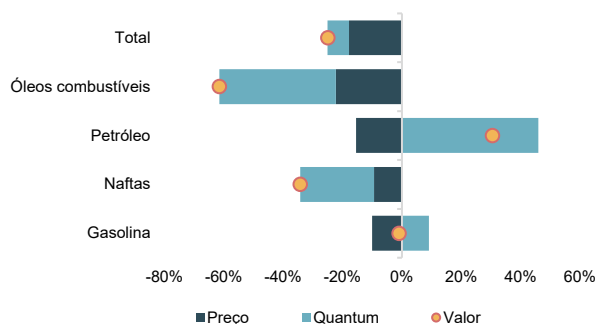
Diferença logarítmica



Fonte: MDIC/Secex

Gráfico 4.12 – Crescimento das importações - NE

Diferença logarítmica



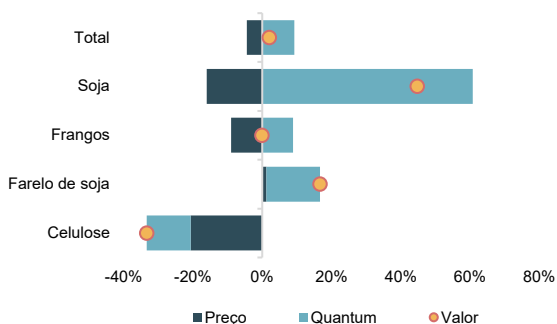
Fonte: MDIC/Secex

Por fim, na região Sul também houve diminuição do déficit comercial em 2023, para US\$1,5 bilhão.

O resultado refletiu leve aumento nas exportações e uma redução nas importações. O aumento das exportações foi impulsionado pelas vendas de produtos básicos, especialmente soja, milho e farelo de soja. Em contrapartida, as exportações de semimanufaturados, especialmente de celulose, apresentaram queda. No lado das importações, destacaram-se os aumentos em bens intermediários (fertilizantes, polímeros de etileno e laminados de ferro ou aço) e combustíveis e lubrificantes.

Gráfico 4.13 – Crescimento das exportações - S

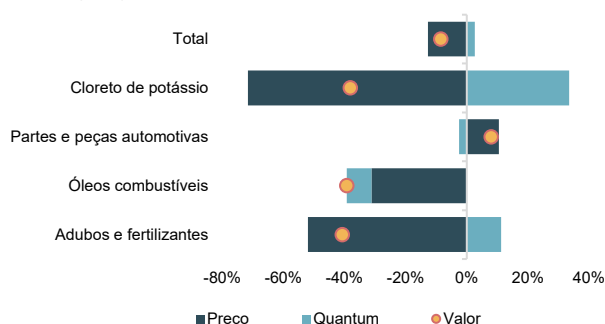
Diferença logarítmica



Fonte: MDIC/Secex

Gráfico 4.14 – Crescimento das importações - S

Diferença logarítmica



Fonte: MDIC/Secex

5

Inflação

A inflação no Brasil diminuiu em 2023. O Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA) registrou alta de 4,62% no ano, comparado a 5,79% em 2022. Dessa forma, teve sequência o processo de desinflação iniciado em 2022, após forte aumento da inflação a partir de 2021, associado à pandemia (Gráfico 5.1). A desinflação em 2023 é ainda mais evidente nas medidas de inflação subjacente: a média dos núcleos de inflação caiu de 9,12% em 2022 para 4,34% (Gráfico 5.2). Análise por segmentos revela que a redução da inflação em 2023 é explicada pelo comportamento dos preços livres, uma vez que os preços administrados apresentaram alta expressiva, devido à reversão de medidas tributárias que, no ano anterior, haviam resultado em queda acentuada nos preços de combustíveis e energia elétrica (Gráfico 5.3). O segmento alimentação no domicílio, beneficiado pelo aumento da oferta e pela redução de custos, apresentou leve queda de preços, após altas acentuadas nos anos anteriores. Bens industriais também se destacaram em termos de desaceleração, favorecidos pela apreciação do real e pela normalização das cadeias produtivas mundiais. Os preços do segmento de serviços também desaceleraram, embora em menor grau, puxados pelo componente subjacente da sua inflação. Já o componente ex-subjacente da inflação de serviços aumentou, com altas mais fortes de passagem aérea, educação e serviços de comunicação.

Gráfico 5.1 – Inflação - IPCA

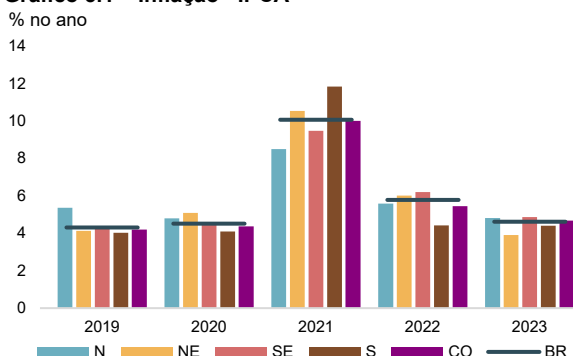


Gráfico 5.2 – Média dos núcleos de inflação

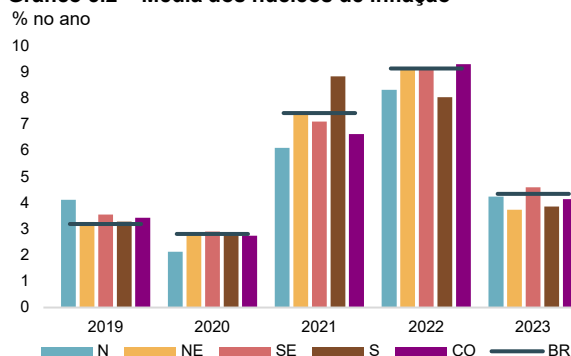
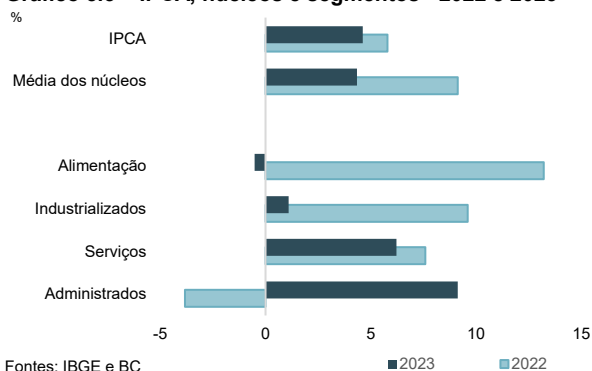


Gráfico 5.3 – IPCA, núcleos e segmentos - 2022 e 2023



De forma geral, esse processo de desaceleração foi disseminado entre as regiões do país. Todos as regiões registraram queda da inflação cheia, com exceção da região Sul, onde ficou estável (Gráfico 5.4). O destaque coube ao Nordeste, com inflação cerca de 2 p.p. menor do que em 2022. As demais regiões mostraram comportamento similar ao consolidado nacional. Quando se considera a média de núcleos de inflação, todas as regiões apresentaram comportamento benigno, com taxas significativamente mais baixas

que no ano anterior (Gráfico 5.5). Mais uma vez, a região Nordeste se destacou com a maior desaceleração entre as regiões.

Gráfico 5.4 – IPCA, por região

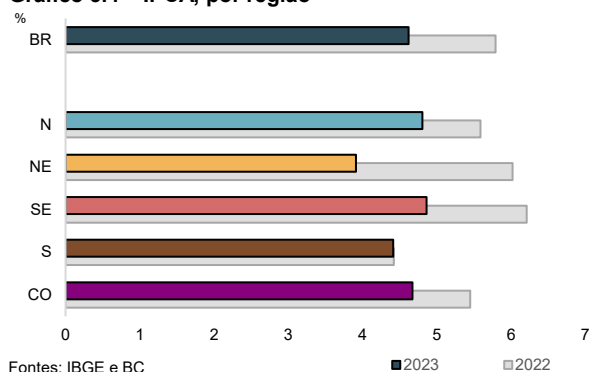
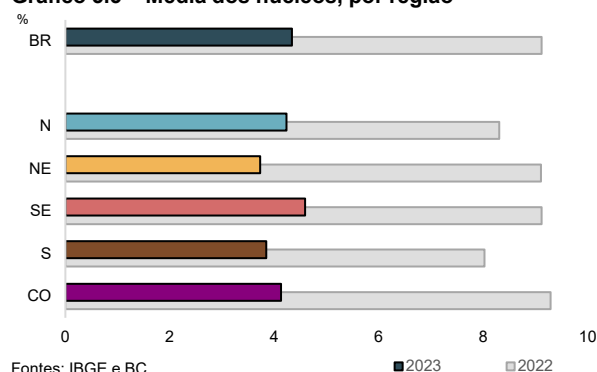
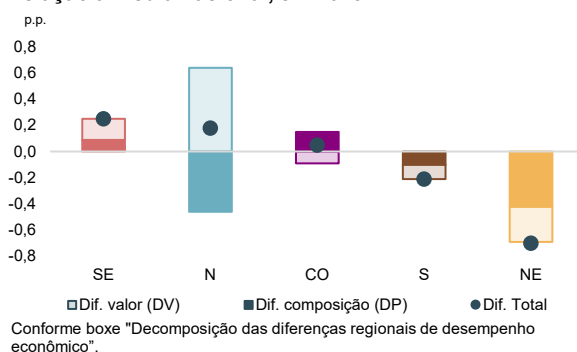


Gráfico 5.5 – Média dos núcleos, por região

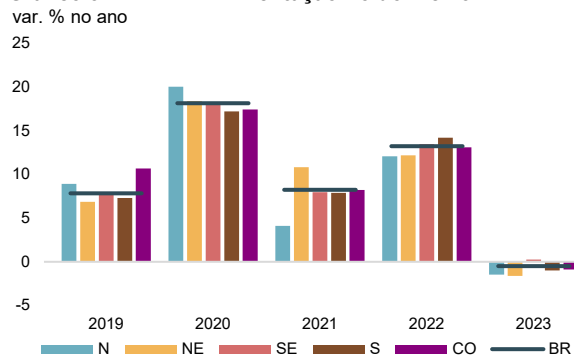
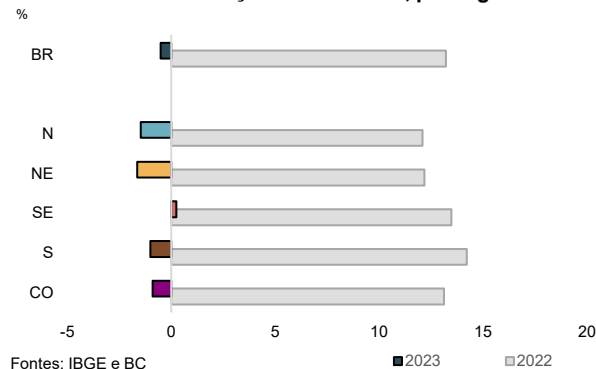


O Nordeste foi a região que apresentou a menor taxa de inflação em 2023. Na região, quase todos os segmentos apresentaram variações mais baixas que no consolidado nacional, com destaque para alimentação no domicílio. Além disso, a composição da cesta de consumo na região, com peso maior de alimentos que a média nacional, contribuiu para a variação menor (Gráfico 5.6). Na região Sul, a inflação também foi menor que a nacional, com contribuição favorável tanto da diferença de variação de preços quanto da diferença de composição, mas em menor grau que no Nordeste. Nas outras três regiões, a inflação superou a média nacional, com destaque para o Sudeste, que foi a única região onde houve alta nos preços de alimentos no domicílio.

Gráfico 5.6 – Decomposição da diferença do IPCA em relação à média nacional, em 2023

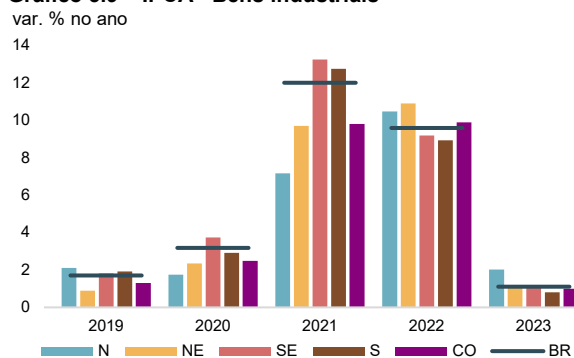
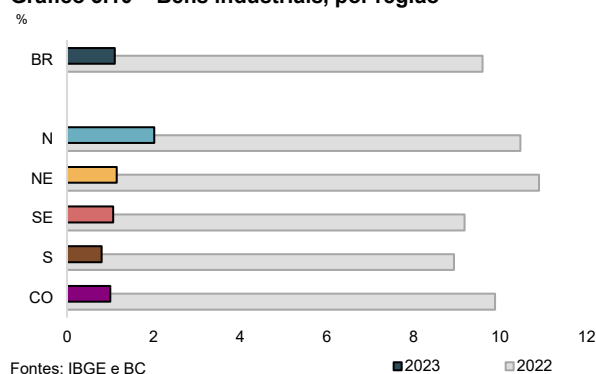


Todas as regiões apresentaram variação negativa ou próximas de zero nos preços da alimentação no domicílio, após altas acentuadas nos anos anteriores (Gráficos 5.7 e 5.8). No consolidado nacional, a variação levemente negativa refletiu, principalmente, a queda de preços de proteínas (carnes, aves e ovos) e de leites e derivados. A redução dos preços da ração, a oferta abundante de bovinos para o abate e a concorrência do leite importado foram condicionantes importantes para esse resultado. Adicionalmente, alguns itens que haviam apresentado forte alta em 2022 (farinhas, panificados, tubérculos, raízes e legumes e frutas) arrefeceram significativamente em 2023. Entre as regiões, apenas o Sudeste teve elevação de preços em alimentação no domicílio em 2023, ainda que bastante discreta, devido a quedas mais suaves em carnes, aves e ovos e tubérculos, raízes e legumes. As maiores quedas nos preços de alimentos ocorreram no Norte e no Nordeste. No Norte, houve maior retração nos preços de aves e ovos e menor elevação em hortaliças e verduras. Além disso, a cesta de consumo na região tem uma participação mais expressiva de carnes, amplificando o impacto da queda de preços do item. No Nordeste, grande parte dos itens tiveram maiores quedas ou menores altas, com destaque para carnes e hortaliças e verduras.

Gráfico 5.7 – IPCA - Alimentação no domicílio**Gráfico 5.8 – Alimentação no domicílio, por região**

A forte desaceleração do preço de bens industrializados foi observada em todas as regiões (Gráficos 5.9 e 5.10) e foi disseminada entre os produtos do segmento.

Vários fatores podem ter contribuído para o comportamento mais moderado dos preços, como a apreciação do real, a queda nos preços de commodities como o algodão, a reabertura da economia após a pandemia de Covid-19, com redução relativa de demanda por bens em comparação a serviços, e a normalização das cadeias produtivas globais. Em nível nacional, a grande maioria dos preços do segmento variou abaixo de 3% no ano e a variação do núcleo de industriais³⁰ recuou de 14,00% para 2,34%. Na região Norte, que apresentou a maior alta, a elevação dos preços de bens industriais foi de apenas 2,01%. Para a maior alta nessa região, houve contribuição tanto de variações mais elevadas em itens diversos, com destaque para móveis e utensílios e aparelhos eletroeletrônicos, quanto da ausência do etanol – cujo preço apresentou expressiva retração no índice consolidado – na cesta de consumo na região. As regiões Sul e Centro-Oeste apresentaram as variações mais baixas. No Sul, o resultado mais benigno foi influenciado por variações mais baixas em higiene pessoal, aparelhos eletroeletrônicos e etanol. No Centro-Oeste, o resultado mais favorável se deveu a variações mais baixas nos preços de vestuário, móveis e utensílios e, principalmente, de automóvel usado, cujo impacto foi intensificado pelo peso mais expressivo que o produto tem na cesta de consumo regional.

Gráfico 5.9 – IPCA - Bens industriais**Gráfico 5.10 – Bens industriais, por região**

A inflação de serviços arrefeceu na maior parte das regiões, com contribuição importante do componente subjacente, mas permaneceu elevada.

No âmbito nacional, a inflação de serviços recuou de 7,58% para 6,22%, e a inflação subjacente de serviços³¹ recuou de forma ainda mais intensa, de 8,91% para 4,82%. A variação de preços mais baixa foi disseminada entre os itens do componente subjacente, com destaque para seguro voluntário de veículo, possivelmente devido à redução de sinistralidade no setor, aluguel residencial e alimentação fora do domicílio, este último alinhado à queda nos preços dos alimentos. Por sua vez, o componente ex-subjacente acelerou, impulsionado por maiores altas nos preços de educação, serviços de comunicação e passagem aérea, moderando o arrefecimento da inflação agregada de serviços. Regionalmente, apenas na região Norte não houve queda da inflação de serviços (Gráficos 5.11 e 5.12). A maior alta nos preços

30/ Subconjunto dos bens industriais que faz parte do núcleo EX-3.

31/ Subconjunto dos serviços que faz parte do núcleo EX-3. A medida de inflação subjacente de serviços foi originalmente apresentada no box [Inflação no setor de serviços](#), do Relatório de Inflação de setembro de 2016.

de serviços ocorreu na região Centro-Oeste, com elevações mais pronunciadas de passagem aérea, aluguel residencial, conserto de automóvel e pacote turístico. A alta mais modesta foi verificada na região Nordeste, que apresentou resultado mais benigno em passagem aérea e condomínio. Considerando a inflação subjacente de serviços, a menor taxa também foi observada na região Nordeste e as maiores taxas foram observadas nas regiões Sudeste e Norte (Gráficos 5.13 e 5.14). Considerando os itens intensivos em mão de obra³², houve desaceleração em todas as regiões, com destaque para o Centro-Oeste, onde a desaceleração foi de quase 2 p.p. No entanto, em todas as regiões, os itens intensivos em mão de obra apresentaram variação acima de 5% em 2023.

Gráfico 5.11 – IPCA - Serviços

var. % no ano

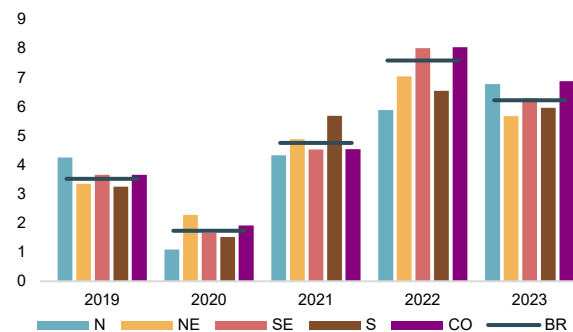
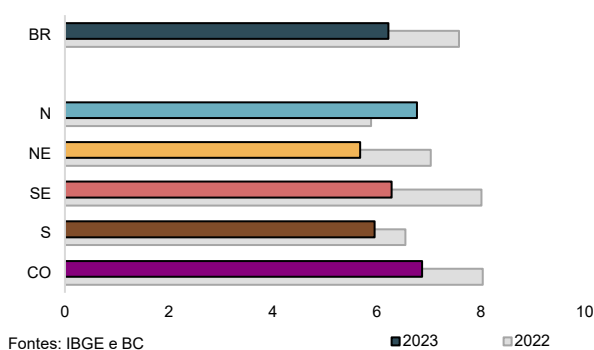


Gráfico 5.12 – Serviços, por região

%



Fontes: IBGE e BC

Gráfico 5.13 – IPCA - Serviços subjacente

var. % no ano

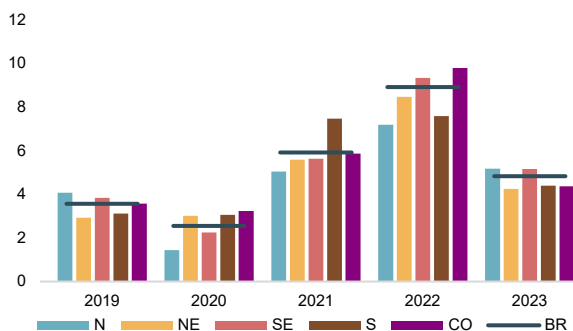
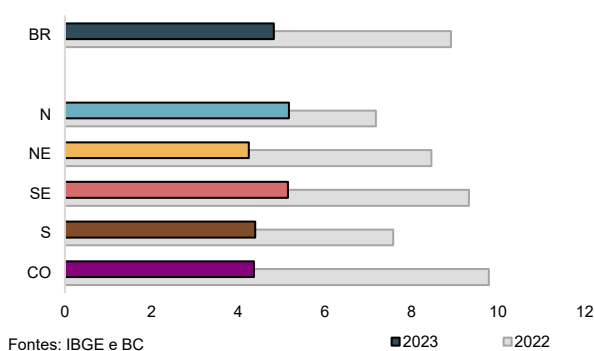


Gráfico 5.14 – Serviços subjacente, por região

%



Fontes: IBGE e BC

Os preços administrados em todas as regiões passaram de queda em 2022 para alta expressiva em 2023.

O movimento está muito relacionado aos efeitos da Lei Complementar 194, de 2022, que zerou as alíquotas de Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre combustíveis e reduziu significativamente o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado de combustíveis, energia elétrica e comunicações, levando os preços desses itens, que têm peso significativo no IPCA, a recuarem em 2022. Já em 2023, com a reversão de parte dos efeitos da Lei Complementar 194 e alguma recomposição de alíquotas, houve significativa alta dos preços da gasolina e da energia elétrica residencial. Além disso, o item emplacamento e licença de veículos, influenciado pelo aumento dos preços dos carros nos anos anteriores, planos de saúde, refletindo aumentos nas despesas assistenciais per capita e a indexação parcial a níveis de inflação mais altos, e taxa de água e esgoto continuaram a apresentar variação elevada. A região Sul passou da maior queda de preços administrados em 2022 para uma das maiores elevações em 2023, devido ao maior impacto das alterações tributárias e do maior peso da gasolina na região. A maior elevação dos preços administrados foi verificada na região Norte, devido a altas mais expressivas em gasolina, emplacamento e licença e taxa de água e esgoto, além do maior peso da energia elétrica residencial na cesta de consumo da região. A alta mais modesta ocorreu no Centro-Oeste devido a menores elevações em energia elétrica residencial, gasolina e emplacamento e licença.

32/ Ver o boxe [Segmentação da Inflação de Serviços](#), do Relatório de Inflação de dezembro de 2013.

Gráfico 5.15 – IPCA - Administrados

var. % no ano

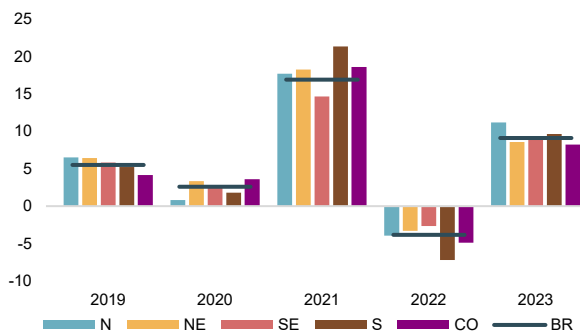
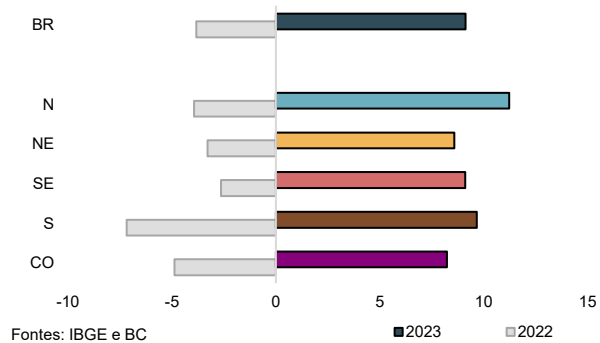


Gráfico 5.16 – Administrados, por região

%



Fontes: IBGE e BC

Decomposição das diferenças regionais de desempenho econômico

Introdução

Quando diversas economias regionais são analisadas conjuntamente, é comum que surja interesse em compreender o que explica as diferenças de desempenho entre elas. Por que a economia de uma região cresceu mais que a de outra? Por que a inflação em determinada região foi maior que a média nacional? Essas perguntas são naturais, mas respondê-las não é trivial, pois as causas podem ser diversas e complexas.

Em alguns casos, as diferenças conjunturais de desempenho podem ser parcialmente explicadas por características estruturais das regiões. Por exemplo, tudo o mais constante, quando as condições econômicas favorecem determinado setor, as regiões onde esse setor tem maior relevância tendem a se sobressair. Quando os preços dos alimentos crescem mais rapidamente que os demais, as regiões onde alimentos têm maior peso na cesta de consumo tendem a apresentar inflação mais elevada.

Este box apresenta uma metodologia de mensuração da contribuição das diferenças estruturais de composição para as diferenças conjunturais de desempenho entre regiões. A metodologia decompõe a diferença de desempenho em dois termos: um que representa a contribuição das diferenças estruturais de composição; outro que representa a contribuição das discrepâncias de desempenho de um mesmo setor ou segmento entre as regiões.¹ Essa decomposição foi utilizada em análises apresentadas em diversas seções deste Boletim.²

Metodologia

Para fins de exposição, considere duas regiões, indexadas por r . A variável de interesse é Y_r , que pode ser escrita como uma média ponderada dos seus N segmentos, indexados por i :

$$Y_r = \sum_i \omega_{r,i} Y_{r,i}. \quad (1)$$

Na equação acima, $\omega_{r,i}$ é o peso do segmento i na região r e $Y_{r,i}$ é o valor que a variável de interesse assume nesse segmento e nessa região.

O objetivo é analisar a diferença de desempenho entre as duas regiões, $Y_2 - Y_1$. Utilizando a equação (1), é possível demonstrar que essa diferença pode ser escrita³ como a soma de dois termos: (i) DP, que capta a

1/ A decomposição é semelhante às clássicas decomposições de Kitagawa (1955), Oaxaca (1973) e Blinder (1973).

2/ Elementos da análise aparecem nas seções de atividade, mercado de trabalho, crédito e inflação.

3/ São igualmente válidas todas as decomposições da forma:

$$Y_2 - Y_1 = \sum_i (\omega_{2,i} - \omega_{1,i}) [\alpha Y_{1,i} + (1 - \alpha) Y_{2,i}] + \sum_i (Y_{2,i} - Y_{1,i}) [(1 - \alpha) \omega_{1,i} + \alpha \omega_{2,i}]$$

com $\alpha \in [0,1]$. Contudo, note a falta de simetria em como α aparece no primeiro termo – associado à região 1 – e no segundo termo – associado à região 2. Só há simetria quando $\alpha = 1/2$.

Para chegar a essas decomposições, parta de $Y_2 - Y_1 = \sum_i \omega_{2,i} Y_{2,i} - \sum_i \omega_{1,i} Y_{1,i}$, some e subtraia $\sum_i \omega_{1,i} Y_{2,i}$ para obter a decomposição

$$d_1 = \sum_i (\omega_{2,i} - \omega_{1,i}) Y_{2,i} + \sum_i (Y_{2,i} - Y_{1,i}) \omega_{1,i}. \text{ Analogamente, partindo do mesmo ponto, mas somando e subtraindo } \sum_i \omega_{2,i} Y_{1,i},$$

obtem-se $d_2 = \sum_i (\omega_{2,i} - \omega_{1,i}) Y_{1,i} + \sum_i (Y_{2,i} - Y_{1,i}) \omega_{2,i}$. Como tanto d_1 como d_2 são decomposições válidas, $d_3 = \alpha d_1 + (1 - \alpha) d_2$ também o é.

contribuição de diferenças estruturais de composição; e (ii) DV, que capta a contribuição de diferenças (não-explicadas) no desempenho dos mesmos setores entre regiões:

$$Y_2 - Y_1 = \underbrace{\sum_i (\omega_{2,i} - \omega_{1,i}) \left(\frac{Y_{1,i} + Y_{2,i}}{2} \right)}_{\text{DP: efeito das diferenças de ponderação dos segmentos}} + \underbrace{\sum_i (Y_{2,i} - Y_{1,i}) \left(\frac{\omega_{1,i} + \omega_{2,i}}{2} \right)}_{\text{DV: efeito das diferenças de valor dos segmentos}}. \quad (2)$$

Usando a equação (2), é possível analisar a diferença de desempenho de qualquer região r em relação ao agregado nacional, considerando o agregado nacional como uma das regiões. Sejam DP_r e DV_r os fatores calculados para a região r . Uma vez decomposta a diferença de desempenho de cada região em relação ao Brasil, a dispersão de resultados regionais (i.e., a variância de Y_r) pode ser fatorada em termos da contribuição de cada um dos fatores:

$$\begin{aligned} \text{Var}_r[Y_r] &= \text{Var}_r[Y_r - Y_{BR}] \\ &= \text{Var}_r[DP_r] + \text{Var}_r[DV_r] + 2\text{Cov}_r(DP_r, DV_r). \end{aligned} \quad (3)$$

Considerando que o termo de covariância reflete a contribuição conjunta de DP e DV, sua contribuição pode ser distribuída proporcionalmente entre os demais termos.⁴ Se $\frac{\text{Var}[DP_r]}{\text{Var}[DP_r] + \text{Var}[DV_r]}$ é a parcela da covariância atribuída ao fator DP, tem-se que:

$$\text{Var}_r[Y_r] = \underbrace{\left\{ \text{Var}_r[DP_r] \left(1 + \frac{2\text{Cov}_r(DP_r, DV_r)}{\text{Var}_r[DP_r] + \text{Var}_r[DV_r]} \right) \right\}}_{\text{Contribuição de DP para a dispersão regional}} + \underbrace{\left\{ \text{Var}_r[DV_r] \left(1 + \frac{2\text{Cov}_r(DP_r, DV_r)}{\text{Var}_r[DP_r] + \text{Var}_r[DV_r]} \right) \right\}}_{\text{Contribuição de DV para a dispersão regional}}. \quad (4)$$

A decomposição permite ainda que se analise a contribuição dos segmentos para a dispersão regional de resultados, seja por meio da diferença de ponderação desse segmento entre regiões, seja por meio da diferença de desempenho desse segmento entre as regiões. Para analisar a contribuição de um segmento para o fator DP, por exemplo, pode-se escrever:

$$\text{Var}_r[DP_r] = \sum_i \text{Var}_r[DP_{r,i}] + \sum_i \sum_{j \neq i} \text{Cov}_r(DP_{r,i}, DP_{r,j}). \quad (5)$$

Novamente, para calcular a contribuição de cada segmento i , os termos de covariância podem ser distribuídos proporcionalmente. Dessa forma, obtém-se:

$$\text{Contribuição do segmento } i \text{ para } \text{Var}_r[DP_r] = \text{Var}_r[DP_{r,i}] \left(1 + \sum_{j \neq i} \frac{2\text{Cov}_r(DP_{r,i}, DP_{r,j})}{\text{Var}_r[DP_{r,i}] + \text{Var}_r[DP_{r,j}]} \right). \quad (6)$$

Aplicação de exemplo

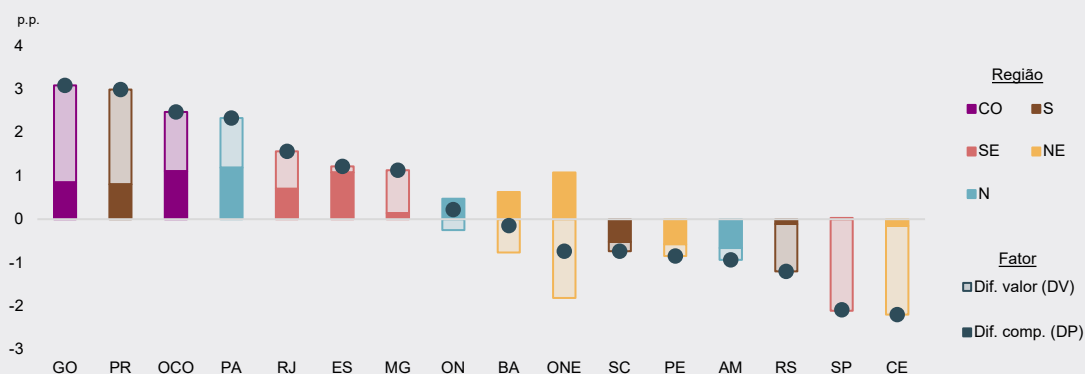
A metodologia será aplicada para decompor o crescimento da atividade econômica brasileira, em 2023, por Unidades Federativas (UF). Os dados regionais são provenientes do Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR), enquanto o dado nacional é a agregação desses indicadores. Além das UF para as quais o IBCR está disponível,

4/ Uma alternativa é considerar as estatísticas R^2 das regressões de Y_r em DP_r e de Y_r em DV_r . Contudo, as estatísticas R^2 dessas regressões não necessariamente somarão 1, pois DP_r e DV_r podem ser correlacionados.

incluem-se as agregações “outras UF do Norte” (ON), “outras UF do Nordeste” (ONE) e “outras UF do Centro-Oeste” (OCO).⁵ A análise considera a desagregação da economia em doze setores.⁶

O Gráfico 1 apresenta a decomposição da diferença de crescimento de cada UF em relação ao Brasil. As barras escuras representam a contribuição do fator DP para a diferença de crescimento. Por exemplo, em 2023, Goiás apresentou a maior taxa de crescimento entre as UF analisadas, crescendo 3,1 p.p. acima do agregado nacional. Dessa diferença, 27% (0,84 p.p.) são explicados pela diferença estrutural de composição, enquanto 73% (2,24 p.p.) são explicados pelo fato de que, em média, os segmentos cresceram mais em Goiás que no restante do país.

Gráfico 1 – Decomposição da diferença de desempenho em 2023, por UF



A Tabela 1 apresenta a decomposição da variância das taxas de crescimento regional, conforme as equações (3) e (4). Nota-se que o fator DP explica 18% da dispersão de resultados, enquanto o fator DV é responsável por 82%. Era de se esperar que o componente DP explicasse a menor parte, pois, como mencionado anteriormente, as diferenças estruturais de composição são apenas uma entre várias causas possíveis. O fator DV, relacionado a diferenças regionais nas taxas de crescimento de um mesmo setor, pode ser entendido como a parcela da diferença de crescimento não explicada pela estrutura de composição. Ou seja, o fator DV captura todas as demais causas.

Tabela 1 – Decomposição da variância regional de crescimento em 2023

	var(Y)	var(DP)	var(DV)	2 Cov(DP, DV)
Valor da estatística	3,08	0,42	1,91	0,38
Contribuição ¹		18%	82%	

¹ Considera a distribuição proporcional da contribuição do termo de covariância.

De acordo com as Contas Nacionais, a agropecuária e a indústria extrativa foram setores com crescimento destacado em 2023. Tudo o mais constante, as UF onde esses setores são mais importantes tendem a crescer mais.⁷ A Tabela 2 apresenta a contribuição dos doze segmentos para a dispersão de resultados regionais, separando os canais DP e DV, conforme as equações (3), (4), (5) e (6). A tabela corrobora a importância da agropecuária e da indústria extrativa para explicar diferenças de crescimento regional por meio do canal de diferenças estruturais de composição (DP). Esses setores, juntamente com a indústria de transformação, também são importantes para explicar as diferenças de crescimento por meio do canal DV, em razão da elevada heterogeneidade das taxas de crescimento desses setores entre regiões.

5/ O ICBR não é calculado para todas as UF. Mas, a partir dos índices para as grandes regiões e os pesos de cada UF nas Contas Regionais, é possível calcular as agregações mencionadas.

6/ Os dados setoriais correspondem a etapas intermediárias do cálculo do IBCR. Os setores são: (1) agropecuária; (2) indústrias extrativas; (3) indústrias de transformação; (4) construção; (5) eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; (6) comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; (7) serviços de transporte, armazenagem e correio; (8) serviços de informação e comunicação; (9) atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; (10) outros serviços; (11) atividades imobiliárias e aluguel; (12) administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

7/ Apenas considerando o efeito direto. A contribuição desses setores pode ser amplificada por *spillovers*, que não são tema dessa análise. O box “Efeitos indiretos dos setores produtores de bens básicos para o crescimento da atividade em 2023”, neste Boletim, aborda os efeitos indiretos.

Tabela 2 – Contribuições dos segmentos para a dispersão de crescimento regional em 2023¹

Discriminação	DP	DV	Total
Contribuição para a variância do crescimento regional	18%	82%	100%
Agropecuária	9%	22%	32%
Indústrias extrativas	5%	14%	19%
Indústrias de transformação	0%	21%	21%
Construção	0%	3%	3%
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos	0%	1%	1%
Comércio e reparação de veículos	0%	10%	10%
Transporte, armazenagem e correio	0%	2%	2%
Outros serviços	2%	4%	6%
Informação e comunicação	0%	1%	1%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1%	3%	4%
Atividades imobiliárias	0%	0%	0%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	0%	2%	2%

¹ Considera a distribuição proporcional da contribuição do termo de covariância.

Conclusão

A metodologia apresentada neste box permite que se avalie a contribuição de diferenças estruturais de composição para diferenças conjunturais de desempenho econômico entre regiões. Neste box, ela foi utilizada para análise da dispersão de crescimento econômico das UF, como exemplo. A metodologia também foi aplicada em outras seções deste Boletim. Na seção de atividade econômica, é analisada a dispersão do IBCR, em nível de Grande Região. Na seção de mercado de trabalho, a análise aborda a dispersão regional do crescimento da população ocupada. Na seção de crédito, são avaliadas as dispersões regionais na taxa de inadimplência e no crescimento do saldo de crédito. Por fim, na seção de inflação, há um exame da dispersão do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cheio.

Referências bibliográficas

BLINDER, Alan S. (1973). Wage discrimination: reduced form and structural estimates. *Journal of Human Resources*, v. 8, n. 4, p. 436-455.

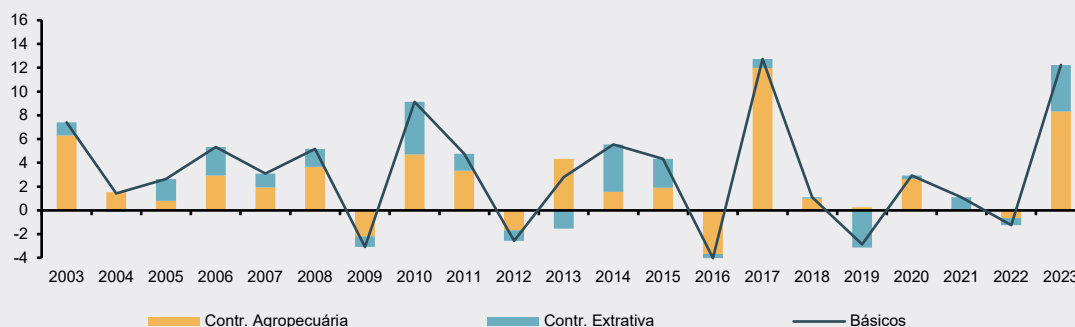
KITAGAWA, Evelyn M. (1955). Components of a difference between two rates. *Journal of the American Statistical Association*, v. 50, n. 272, p. 1168-1194.

OAXACA, Ronald. (1973). Male-female wage differentials in urban labor markets. *International Economic Review*, v. 14, n. 3, p. 693-709.

Efeitos indiretos dos setores produtores de bens básicos para o crescimento da atividade em 2023

Como discutido no primeiro capítulo deste Boletim, os setores produtores de produtos básicos – doravante chamados apenas de “básicos” e definidos aqui como agropecuária e extrativa – foram importantes para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional em 2023. Essa agregação de atividades cresceu 12,2% em 2023, taxa historicamente elevada (Gráfico 1). Do crescimento de 2,9% do PIB em 2023, 1,5 p.p. veio diretamente do crescimento do valor adicionado bruto (VAB) da agropecuária, que cresceu 15,1%, e da extrativa, que cresceu 8,7%. Além do seu impacto direto, o crescimento da produção de básicos afeta indiretamente as demais atividades, seja metodologicamente – pelo cálculo de margens em comércio, transportes e impostos –, seja através de efeito renda – que gera maior demanda por bens e serviços finais –, seja por efeitos ao longo da cadeia de produção, com maior demanda por insumos ou maior disponibilidade de produtos para posterior industrialização.

Gráfico 1 – Crescimento real dos setores básicos - Brasil
Índice de volume (%)



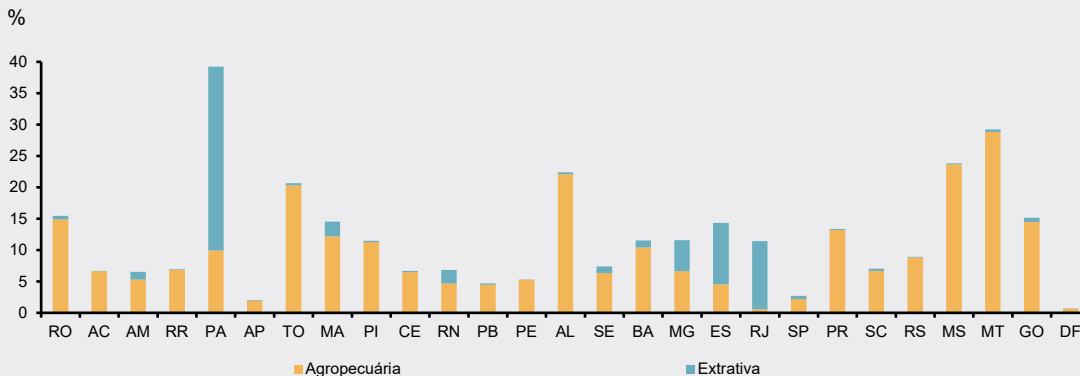
Fonte: IBGE

Além da importância para o desempenho da economia nacional, os básicos tiveram grande contribuição para a dispersão do crescimento das Unidades da Federação (UF) em 2023, uma vez que seu peso na economia varia bastante entre estados. Outra possível fonte de dispersão regional seria a heterogeneidade no próprio desempenho de básicos entre os produtos ou regiões; contudo, esse efeito foi pequeno em 2023, devido à disseminação do crescimento de básicos.

O objetivo deste box é estimar o impacto indireto dos básicos sobre as demais atividades valendo-se da heterogeneidade do peso (Gráfico 2) e da variação da produção dos básicos nos estados (Gráfico 3). Para tanto, estimaram-se modelos com dados em painel (UF x ano) relacionando o crescimento em volume do VAB ex-básicos¹ e a contribuição dos básicos para o crescimento do VAB total. É importante que a variável explicativa seja a contribuição e não a variação do VAB de básicos, pois sua influência do crescimento depende do tamanho relativo do setor na economia do estado.

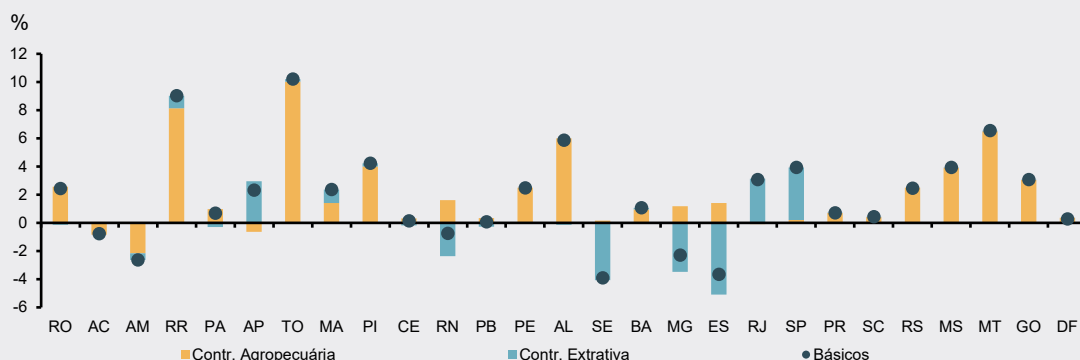
1/ Definido aqui como o crescimento em volume do VAB das demais atividades que não agropecuária e indústria extrativa. Note que inclui efeitos de básicos em transportes e comércio através das respectivas margens, associados à metodologia de cálculo do VAB desses setores.

Gráfico 2 – Peso dos setores básicos no VAB das UF - 2021



Fonte: IBGE

Gráfico 3 – Crescimento médio dos setores básicos no período 2012-2021



Fonte: IBGE

Os seguintes modelos foram estimados, utilizando dados anuais das Contas Regionais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2003 a 2019.

$$Y_{i,t}^{ex} = \mu_i + \mu_t + \beta X_{i,t}^{bas} + \epsilon_{i,t} \quad (1)$$

$$Y_{i,t}^{ex} = \mu_i + \mu_t + \beta_{agro} X_{i,t}^{agro} + \beta_{extr} X_{i,t}^{extr} + \epsilon_{i,t} \quad (2)$$

$$Y_{i,t}^{ex} = \mu_i + \mu_t + \beta X_{i,t}^{bas} + \gamma P_{i,t}^{bas} \epsilon_{i,t} \quad (3)$$

$$Y_{i,t}^{ex} = \mu_i + \mu_t + \beta_{agro} X_{i,t}^{agro} + \beta_{extr} X_{i,t}^{extr} + \gamma_{agro} P_{i,t}^{agro} + \gamma_{ext} P_{i,t}^{ext} + \epsilon_{i,t} \quad (4)$$

Nas equações acima, a variável explicada $Y_{i,t}^{ex}$ é o crescimento do índice de volume do VAB ex-básicos, na UF i no ano t . A principal variável explicativa é $X_{i,t}^j$, a contribuição do setor j para o crescimento em volume do VAB total, naquela UF e ano. No modelo (1) estima-se o impacto do setor básicos, agregado. O modelo (2) desagrega o setor para permitir que agropecuária e indústria extrativa tenham impactos diferenciados. Os modelos (3) e (4) são extensões dos modelos (1) e (2), respectivamente, para incluir possíveis efeitos indiretos que o aumento de preços nos setores possa ter no restante da economia, via renda.² Nesses modelos, $P_{i,t}^j$ é a contribuição da variação dos preços do setor j na UF i no ano t , descontada do deflator do VAB nacional, para o deflator do VAB total da UF. Trata-se, portanto, de uma variação relativa de preços ponderada pela importância do produto na economia da UF. Finalmente, todos os modelos incluem efeitos fixos de UF e ano.

Os resultados das estimações são apresentados na Tabela 1. Considerando o modelo (1), com os básicos de forma agregada, vê-se que o crescimento de básicos equivalente a 1 p.p. do VAB total aumenta o VAB ex-

2/ Além dos efeitos de variações na produção, espera-se que variações nos preços também sejam importantes para os efeitos indiretos. Por exemplo, altas nos preços elevam a renda dos produtores, o que permite maiores investimentos, seja em máquinas, seja em melhoria de solo, ou maior gasto pessoal dos produtores ou proprietários. Eventualmente, a alta dos preços pode compensar diminuições da produção, e vice-versa.

básicos em 0,16 p.p.³ Este resultado é estatisticamente significativo ao nível de teste de 1%. O modelo (2), que desagrega básicos, mostra que a agropecuária tem maior efeito sobre as demais atividades (0,18 p.p.) do que a extrativa (0,11 p.p.). Tal resultado é condizente com o maior encadeamento da agropecuária com a economia local, tanto a montante como a jusante, enquanto a extrativa utiliza menos insumos e tem grande parte da sua produção exportada.

Tabela 1 – Coeficientes estimados

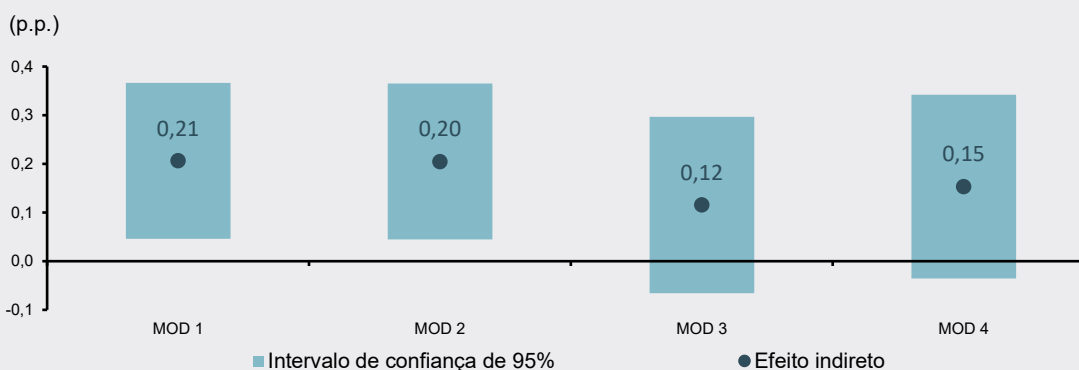
Param.	Variável associada	Modelo			
		(1)	(2)	(3)	(4)
β	Contribuição dos básicos	0,16 [0,01]		0,18 [0,01]	
β_{agro}	Contribuição da agropecuária		0,18 [0,02]		0,20 [0,01]
β_{extr}	Contribuição da extrativa		0,11 [0,32]		0,12 [0,29]
γ	Contribuição do preço relativo dos básicos			0,07 [0,04]	
γ_{agro}	Contribuição do preço relativo da agropecuária				0,13 [0,02]
γ_{extr}	Contribuição do preço relativo da extrativa				0,03 [0,47]

Nota: p-valor entre colchetes.

O aumento relativo de preços nos setores básicos também gera *spillovers* (transbordamentos) para outros setores. O modelo com básicos agregados (3) mostra efeito estatisticamente significativo dos preços, de um pouco menos de metade do efeito do volume. Destaca-se que a inclusão da variação de preços não diminuiu a importância do efeito da variação no volume (aumentou-a ligeiramente) nem sua significância estatística. O modelo (4), desagregando básicos, mostra quadro similar, com a agropecuária com efeitos indiretos maiores tanto no volume quanto no preço. Nos modelos desagregados (2 e 4), apenas os coeficientes associados à agropecuária foram estatisticamente significativos.

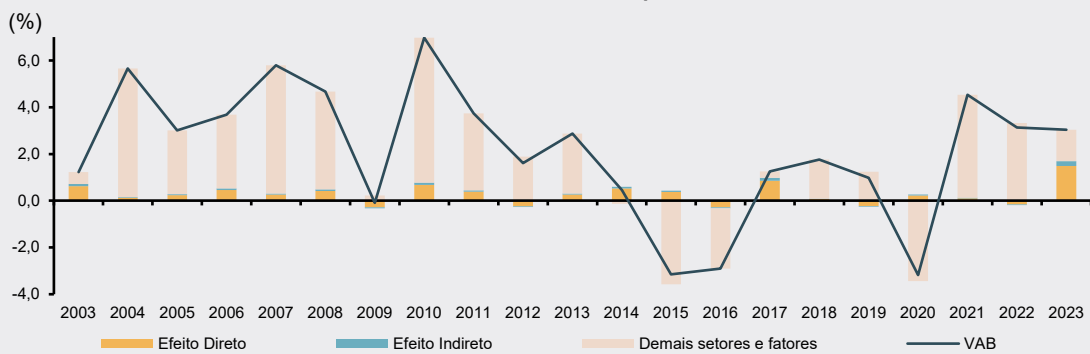
Partindo-se das estimações, calculou-se o efeito dos básicos em 2023 para o Brasil segundo os quatro modelos estimados (Gráfico 4).⁴ Os resultados ficaram bastante próximos, com a estimativa pontual do efeito indireto variando de 0,12 p.p. a 0,21 p.p. O gráfico 5 apresenta a série histórica da decomposição do crescimento do VAB nacional segundo o modelo (2).⁵ Além do efeito direto de 1,5 p.p. – o maior da série histórica –, o efeito indireto de 0,2 p.p. contribuiu para que os básicos representasse pouco mais da metade do crescimento de 2,9% do ano.

Gráfico 4 – Efeito indireto estimado de básicos sobre o VAB total - 2023



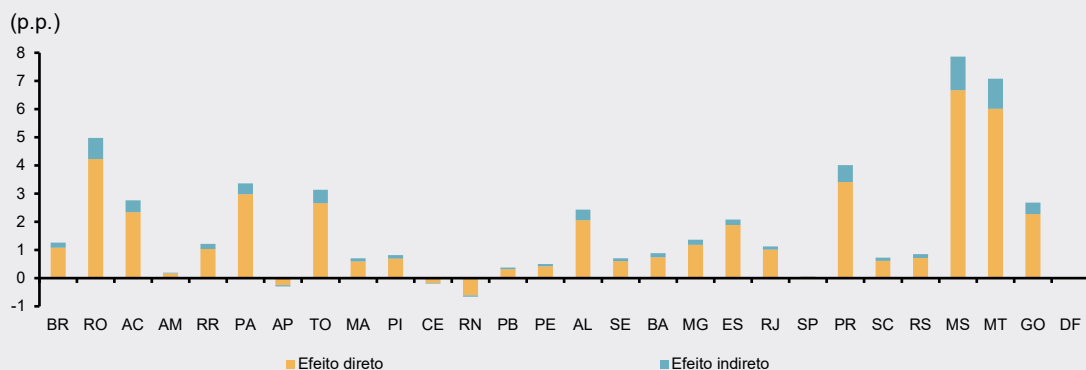
- 3/ Em tese, é possível que o coeficiente estimado também reflita a causalidade inversa, em que as demais atividades estimulam os básicos. No entanto, como (i) a oferta nos setores básicos sofre influência relevante de fatores exógenos, como clima; (ii) a demanda por produtos básicos é em grande medida exógena à economia nacional; e (iii) mesmo a demanda de origem nacional não necessariamente vem da mesma UF, avalia-se que possível causalidade inversa não é tão relevante para explicar os resultados.
- 4/ Para cada modelo considerou-se os coeficientes estimados e os valores das variáveis explicativas para o Brasil, segundo as Contas Nacionais Trimestrais (IBGE).
- 5/ Dada a semelhança entre os resultados dos modelos, escolheu-se o modelo 2 por ser possível desagregar os efeitos da agropecuária e da extrativa, mas ser simples, sem requerer o cálculo do índice de preços na extrapolação das Contas Regionais para 2023 utilizada a seguir.

Gráfico 5 – VAB Brasil – efeitos diretos e indiretos de básicos para o índice de volume



Apesar do efeito indireto modesto em nível nacional, ele contribui para dispersão dos resultados em nível estadual. O gráfico 6 mostra, para cada estado, além do efeito direto de básicos sobre o VAB total, o efeito indireto calculado segundo o modelo (2) para 2023, utilizando, na ausência das Contas Regionais, proxies para a variação em volume dos produtos básicos⁶. Em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o efeito total dos básicos sobre a atividade foi maior do que 7 p.p., dos quais aproximadamente 1 p.p. se deu através de seus efeitos indiretos. Nos dois estados destacou-se o avanço da produção de soja, com o crescimento de milho também importante em MT. Vários outros estados tiveram contribuição acima dos 2,0 p.p. de básicos em 2023.

Gráfico 6 – Efeitos direto e indireto de básicos para o VAB total - 2023

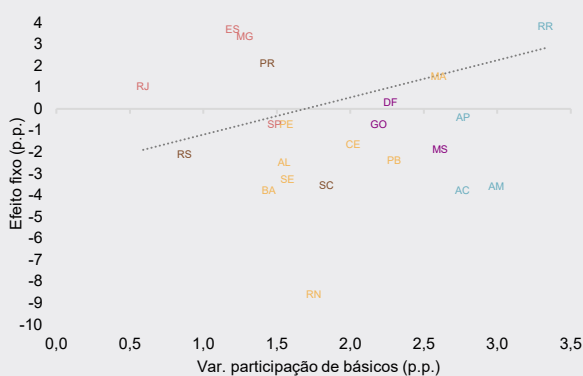


Todos os modelos foram estimados sem defasagens. Para o índice de volume, esta abordagem está alinhada a exercícios anteriores que sugerem pequena defasagem temporal da variação do volume da agricultura.⁷ Contudo, é possível que haja algum efeito mais estrutural onde as UF com maior crescimento dos básicos tenham crescimento maiores do que a média nas demais atividades. Para avaliar tal hipótese, o gráfico 7 mostra a relação entre o efeito fixo de UF e o ganho de participação dos básicos no VAB do estado. Os dados não exibem relação clara entre as variáveis, o que mitiga possível preocupação sobre efeitos mais duradouros dos básicos estarem sendo capturados pelo efeito fixo.

6/ Para a agropecuária utilizou-se como proxy a variação em volume dos produtos da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) ponderada pelo valor produzido em 2022. Para a pecuária utilizou-se a variação em volume advindas das Pesquisa Trimestral do Abate, Pesquisa Trimestral do Leite e Produção de Ovos de Galinha, todas do IBGE. A ponderação partiu da estrutura nacional de 2022, onde o valor de cada produto foi distribuído nos estados segundo sua participação na quantidade produzida daquele ano. Para a extrativa utilizou-se o índice de volume da Pesquisa Industrial Mensal (PIM). Para as UF que não dispõem de proxy para o índice de volume da pecuária, utilizou-se o índice de volume da agricultura; por sua vez, para as UF para as quais a PIM não disponibiliza informações sobre a extrativa, utilizou-se como índice de volume o índice da agropecuária. A agregação das atividades seguiu a estrutura de cada estado das Contas Regionais de 2021. Como comparação, para o Brasil, a proxy indicaria variação levemente menor dos básicos, de -0,6%, ante 1,1% das Contas Nacionais.

7/ No box ["Impacto da safra agrícola sobre a atividade econômica"](#) do RI de Junho de 2017, utilizando modelos de vetores autorregressivos em frequência trimestral, vê-se que a maior parte dos efeitos se dá contemporaneamente.

Gráfico 7 – Efeito fixo x var. de part. de básicos



Conclusão

Este boxe quantificou a importância da agropecuária e da indústria extrativa, setores produtores de bens básicos, para o crescimento econômico em 2023, considerando, além do efeito direto, os efeitos indiretos (transbordamentos, ou *spillovers*) que elas exerceram sobre as demais atividades. Os resultados sugerem que transbordamentos oriundos da agropecuária sejam mais significativos que os oriundos da indústria extrativa e que os efeitos indiretos não foram desprezíveis em 2023, ajudando o crescimento da economia nacional e a explicar a dispersão de resultados entre estados.

Evolução recente da massa de rendimentos total

Para compreender de forma mais abrangente a situação econômica das famílias é importante considerar não apenas a renda do trabalho, mas todas suas fontes de renda. Este boxe analisa a evolução recente, para Brasil e Grandes Regiões, de uma medida abrangente de renda construída com base em dados de suplemento anual da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), doravante denominada massa de rendimentos total (MRT). Essa medida incorpora, além da renda do trabalho¹, aposentadorias e pensões, programas sociais (como Auxílio Brasil, Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada – BPC) e outras fontes (como aluguel, seguro-desemprego, pensão alimentícia, etc).²

De 2019 a 2023 a MRT cresceu 9,0% no Brasil, em termos reais.³ O ritmo de crescimento anual no período (2,2% ao ano, em média) superou o observado entre 2012 e 2019 (1,9% a.a.), de modo que, em 2023, o valor real da MRT superou em 1,1% o valor que seria obtido extrapolando-se a tendência de crescimento anterior.

O avanço da MRT desde 2019 contou com contribuição da renda do trabalho, das aposentadorias e pensões e dos programas sociais. Considerando a taxa de crescimento de cada fonte de renda, destaque para a forte elevação de 140,4% da renda proveniente de programas sociais, ou 24,5% a.a. (Gráfico 1). Em comparação, a renda do trabalho cresceu 8,7%, as aposentadorias e pensões cresceram 2,1%, e as demais fontes recuaram 4,0% (Gráfico 2). Como consequência, a participação da renda dos programas sociais na MRT aumentou de 1,7% para 3,7%, de 2019 a 2023. Todavia, como a renda do trabalho representa a maior parte da renda total (74,4% em 2019), ela exerceu a maior contribuição para o crescimento da renda no período (de 1,6 p.p. para a taxa anual média). A contribuição dos programas sociais foi de 0,6 p.p., enquanto aposentadorias e pensões e outras fontes não contribuíram de forma significativa (Tabela 1).

Gráfico 1 – Massa de Rendimento real

Por fonte de renda

2012 = 100

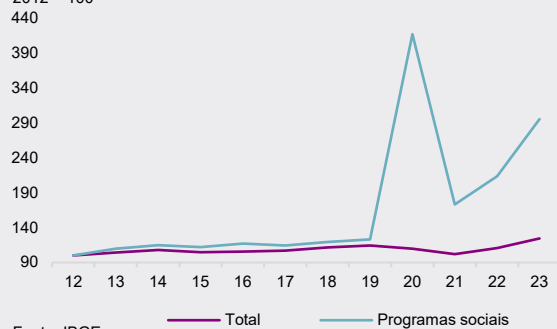
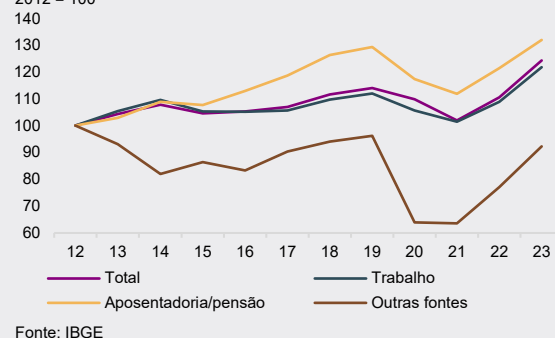


Gráfico 2 – Massa de Rendimento real

Por fonte de renda

2012 = 100



- 1/ As variações da renda do trabalho neste boxe podem diferir das apresentadas no capítulo 2 deste Boletim, que aborda o mercado de trabalho, pois os dados vêm de suplementos distintos da PNAD Contínua. Este boxe utiliza o suplemento anual com dados da primeira entrevista, nos anos de 2012 a 2019 e 2023, e quinta entrevista, de 2020 e 2022. No capítulo 2, é utilizada a média das divulgações trimestrais, que contêm dados de todas as entrevistas, não apenas da primeira ou quinta.
- 2/ Para a economia nacional, o Banco Central tipicamente considera para análise o seu indicador de Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias (RNDBF). Contudo, a disponibilidade de dados não permite que indicadores semelhantes sejam construídos para estados ou regiões.
- 3/ Todas as variações apresentadas neste boxe são reais.

Tabela 1 – Massa de Rendimentos Total - Brasil

Var. anual média e contribuição dos componentes - 2019 a 2023

Fonte do rendimento	Peso (2019)	Peso (2023)	Variação (a.a.)	%
				Contribuição
Trabalho	74,4	74,3	2,1	1,6
Aposentadorias/pensão	18,7	17,5	0,5	0,1
Programas sociais	1,7	3,7	24,5	0,6
Outras fontes	5,3	4,6	-1,0	-0,1
Total	100,0	100,0	2,2	2,2

Fonte: IBGE

O crescimento da MRT e de cada uma das fontes de renda pode ser decomposto em dois componentes: um relativo ao quantitativo de indivíduos com rendimento e outro à variação da renda média. A Tabela 2 apresenta essa decomposição. Considerando-se a MRT, todo o aumento observado no período pode ser atribuído à expansão do número de indivíduos com rendimento. Esse componente também é o mais relevante para explicar o aumento das massas de rendimentos do trabalho e de aposentadorias e pensões. No caso dos programas sociais, contudo, há contribuição expressiva tanto do aumento do número de beneficiários como do benefício médio.

Tabela 2 – Decomposição variação anual média da MRT - 2019 a 2023 - Brasil

Fonte do rendimento	%				
	Total	Trabalho	Aposentadorias e pensões	Programas sociais	Outras Fontes
Brasil	2,2	2,1	0,5	24,5	-1,0
Pessoas c/rendimento	2,2	1,7	1,5	9,9	-1,3
Rendimento médio	0,0	0,4	-0,9	13,3	0,3

Fonte: IBGE

2023 foi o ano de maior crescimento da MRT, desde o início da série em 2012. O crescimento de 12,4% se seguiu ao aumento de 8,5% em 2022, após dois anos de quedas decorrentes de efeitos diversos associados à pandemia de Covid-19. Para a alta em 2023 novamente se destacou o forte crescimento dos programas sociais. No entanto, o crescimento das rendas do trabalho, aposentadorias e pensões e outras fontes também foi expressivo, com contribuição não apenas do número de pessoas com renda como do valor médio da renda. O crescimento da ocupação e dos salários médios estão associados ao dinamismo do mercado de trabalho. O aumento do valor médio de aposentadorias e pensões está associado ao aumento real do salário-mínimo. Por sua vez, o aumento das outras fontes está em grande parte relacionado a rendas de aluguéis.

A MRT cresceu em todas as regiões em 2023. Foram disseminados o crescimento da quantidade de pessoas com rendimento, o aumento da renda média e as altas expressivas da renda do trabalho, de aposentadorias e pensões e, sobretudo, dos programas sociais (Tabela 3). Apenas o comportamento de outras fontes não foi tão homogêneo, com recuo no Nordeste.

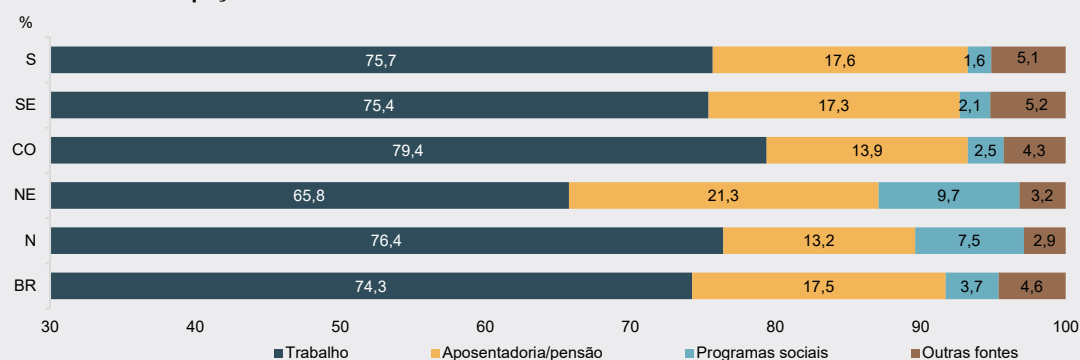
Tabela 3 – Decomposição variação da MRT em 2023 - por região

Fonte do rendimento	Total	Trabalho	Aposentadorias e pensões	Programas sociais	Outras Fontes
Brasil	12,4	11,9	8,7	38,3	19,7
Pessoas c/rendimento	5,5	4,2	1,6	15,8	11,1
Rendimento médio	6,6	7,4	6,9	19,4	7,8
Norte	14,8	15,0	5,0	41,4	4,6
Pessoas c/rendimento	5,0	3,4	0,0	13,4	7,2
Rendimento médio	9,4	11,2	5,0	24,6	-2,4
Nordeste	9,6	9,1	5,7	34,7	-11,3
Pessoas c/rendimento	4,4	3,2	0,2	11,5	2,7
Rendimento médio	5,0	5,7	5,4	20,8	-13,7
Centro-oeste	15,2	14,6	15,6	39,0	12,3
Pessoas c/rendimento	6,8	6,0	4,1	19,1	4,9
Rendimento médio	7,9	8,1	11,0	16,7	7,1
Sudeste	13,8	12,9	11,1	42,7	30,6
Pessoas c/rendimento	6,5	4,6	2,6	22,7	19,0
Rendimento médio	6,9	7,9	8,2	16,3	9,7
Sul	8,8	8,7	3,9	36,9	22,1
Pessoas c/rendimento	4,1	3,9	0,7	21,4	4,2
Rendimento médio	4,5	4,6	3,1	12,7	17,2

Fonte: IBGE

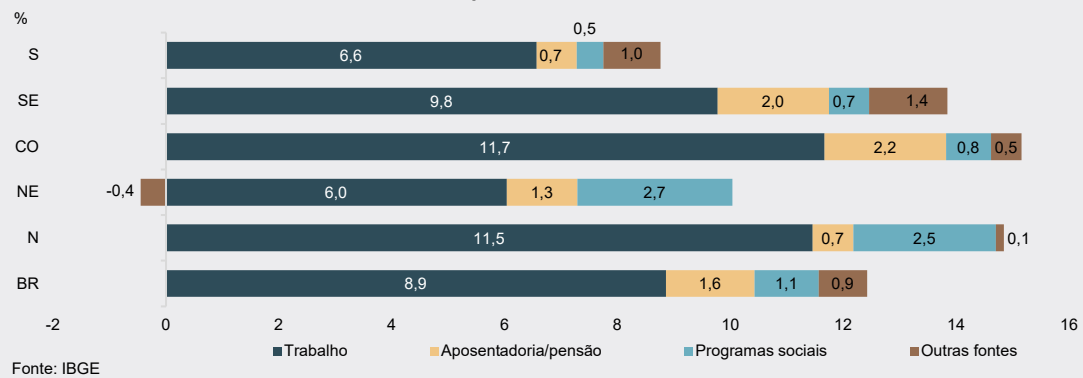
O crescimento foi acima da média nacional nas regiões Centro-Oeste (15,2%), Norte (14,8%) e Sudeste (13,8%), e abaixo no Nordeste (9,6%) e no Sul (8,8%). Essa dispersão reflete sobretudo o comportamento da renda do trabalho, o componente de maior peso e que avançou mais naquelas regiões e menos nestas. A contribuição dos programas sociais foi maior nas regiões Norte e Nordeste, onde os programas representam uma fração maior da massa de rendimentos (Gráficos 3 e 4). Nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, aposentadorias e pensões contribuíram mais que programas sociais para o crescimento da renda total. No Sul e Sudeste, a contribuição de outras fontes de renda também superou a dos programas sociais, a despeito do forte crescimento destes.

Gráfico 3 – Participação de cada fonte na MRT em 2023



Fonte: IBGE

Gráfico 4 – Contribuição das fontes de renda para a variação da MRT em 2023



Em síntese, a massa de rendimentos total cresceu substancialmente em 2023, influenciada, principalmente, por avanço da massa de rendimentos do trabalho, mas também com contribuição das demais fontes de renda. Houve, em todas as regiões, aumento expressivo da quantidade de pessoas com rendimento e, sobretudo, do valor médio dos rendimentos. A renda proveniente de programas sociais cresceu bastante em todas as regiões, contribuindo para o avanço da renda total principalmente nas regiões Norte e Nordeste, onde é mais relevante.



Apêndice

Tabelas Adicionais

Administração do Banco Central do Brasil

Siglas

Tabelas Adicionais

Tabela A.1.1 – Resumo dos indicadores de atividade econômica - 2023

Discriminação	Variação % no ano					
	Peso ^{1/}	PIB / IBCR ^{2/}	VP da agricultura ^{3/}	PIM	PMC ampliada	PMS
Brasil	100,0	2,9	16,1	0,1	2,2	2,9
Norte	6,5	4,2	11,1	4,0	1,3	3,9
Rondônia	0,7	-	14,9	-	-0,4	7,4
Acre	0,3	-	9,5	-	0,9	7,3
Amazonas	1,4	2,3	9,6	2,1	3,6	1,1
Roraima	0,2	-	18,1	-	-3,6	1,5
Pará	3,1	5,5	6,8	5,4	0,1	5,3
Amapá	0,2	-	-12,4	-	0,7	-2,4
Tocantins	0,6	-	15,3	-	4,5	11,0
Nordeste	14,0	2,4	8,2	-3,5	3,5	5,1
Maranhão	1,4	-	6,9	-3,0	11,9	7,8
Piauí	0,7	-	8,4	-	0,6	5,6
Ceará	2,2	1,0	-7,4	-4,9	6,3	3,6
Rio Grande do Norte	0,9	-	10,9	13,2	0,6	5,0
Paraíba	0,9	-	10,8	-	0,0	8,1
Pernambuco	2,4	2,4	15,7	2,0	1,4	2,8
Alagoas	0,9	-	5,5	-	2,4	4,1
Sergipe	0,6	-	5,4	-	2,1	6,2
Bahia	4,0	3,1	9,1	-1,9	2,6	6,7
Sudeste	51,5	2,6	6,8	1,3	2,9	1,0
Minas Gerais	9,8	4,3	15,5	3,5	1,4	8,0
Espírito Santo	2,0	4,4	-11,1	11,0	9,4	7,0
Rio de Janeiro	10,6	4,8	-5,9	6,1	2,5	3,3
São Paulo	29,1	1,1	4,5	-1,8	2,9	-0,7
Sul	17,2	3,6	22,4	-1,1	1,2	8,0
Paraná	6,2	6,2	33,2	2,5	-0,6	11,3
Santa Catarina	4,5	2,5	11,9	-1,1	3,6	8,0
Rio Grande do Sul	6,5	2,0	11,4	-4,8	1,2	4,3
Centro-Oeste	10,8	5,9	22,7	4,1	-0,9	8,0
Mato Grosso do Sul	1,6	-	38,7	-0,8	-9,1	4,3
Mato Grosso	2,7	-	20,7	5,7	1,5	16,6
Goiás	3,1	6,3	17,5	6,0	-0,2	6,7
Distrito Federal	3,3	-	2,3	-	1,8	4,2

Fontes: IBGE e BC

¹ Participação percentual no VAB Nacional - Contas Regionais 2021 (IBGE).

² Para o Brasil, variação do PIB das Contas Nacionais. Para estados e regiões, variação do IBCR.

³ Agregação da variação dos volumes produzidos conforme o LSPA com pesos da PAM do ano anterior.

Tabela A.1.2 – PIB nacional e IBCR¹

Discriminação	Peso ² (2021)	Variação % anual					
		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	100,0	1,8	1,2	-3,3	4,8	3,0	2,9
Norte	6,5	2,0	2,1	-1,8	3,2	2,8	4,2
Amazonas	1,4	3,4	2,1	-4,4	4,2	4,9	2,3
Pará	3,1	0,7	1,7	-0,6	1,5	0,2	5,5
Nordeste	14,0	1,3	0,4	-4,1	2,8	3,6	2,4
Ceará	2,2	1,7	1,6	-4,5	3,6	2,8	1,0
Pernambuco	2,4	2,2	2,0	-3,3	4,6	2,2	2,4
Bahia	4,0	2,2	0,2	-3,1	2,7	3,4	3,1
Sudeste	51,5	1,3	1,7	-3,2	4,1	3,0	2,6
Minas Gerais	9,8	0,6	-0,2	-1,9	5,1	3,3	4,3
Espírito Santo	2,0	2,5	-3,7	-6,0	6,6	-1,6	4,4
Rio de Janeiro	10,6	-0,1	1,8	-3,5	3,4	4,6	4,8
São Paulo	29,1	1,8	2,5	-3,3	3,8	2,6	1,1
Sul	17,2	1,5	2,3	-3,7	5,6	-0,0	3,6
Paraná	6,2	0,5	2,5	-1,1	3,3	-0,4	6,2
Santa Catarina	4,5	2,9	3,2	-2,6	6,8	2,1	2,5
Rio Grande do Sul	6,5	1,7	1,5	-6,9	7,3	-1,2	2,0
Centro-Oeste	10,8	1,2	1,9	-1,2	2,6	5,7	5,9
Goiás	3,1	0,3	2,4	-0,8	3,2	4,6	6,3

Fontes: IBGE e BC

1/ Para o Brasil, variação do PIB das Contas Nacionais. Para estados e regiões, variação do IBCR.

Tabela A.1.3 – Valor de produção da agricultura¹

Discriminação	Peso (2022)	Variação % anual					
		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	100,0	1,5	1,9	4,3	-0,1	0,5	16,1
Norte	6,5	-1,3	4,0	7,8	4,8	12,2	11,1
Rondônia	1,3	-2,1	8,0	5,3	2,6	21,4	14,9
Acre	0,1	-20,3	-4,5	-1,6	3,5	5,9	9,5
Amazonas	0,2	-3,3	-5,8	-1,7	-6,8	2,5	9,6
Roraima	0,2	9,8	9,8	9,5	31,5	27,8	18,1
Pará	2,9	-2,8	4,5	8,3	4,1	9,6	6,8
Amapá	0,0	-22,8	-2,6	1,9	-14,3	1,2	-12,4
Tocantins	1,8	6,5	2,9	12,5	8,0	10,3	15,3
Nordeste	11,7	11,5	1,5	7,2	2,2	5,6	8,2
Maranhão	1,8	3,8	6,2	7,7	5,0	7,6	6,9
Piauí	1,6	17,9	0,8	9,3	2,8	15,1	8,4
Ceará	0,6	9,0	6,0	18,2	-11,7	12,0	-7,4
Rio Grande do Norte	0,3	16,5	-0,8	0,7	-1,6	-1,5	10,9
Paraíba	0,3	4,1	-5,5	5,2	-7,5	7,3	10,8
Pernambuco	0,9	19,2	4,3	0,7	3,9	-1,2	15,7
Alagoas	0,4	-2,7	18,5	-7,6	9,4	-6,1	5,5
Sergipe	0,3	-43,0	49,4	14,6	-6,6	3,6	5,4
Bahia	5,5	18,0	-3,1	9,6	3,5	4,2	9,1
Sudeste	25,2	5,4	-1,8	6,8	-6,8	6,7	6,8
Minas Gerais	10,5	12,2	-5,5	17,0	-13,0	6,8	15,5
Espírito Santo	2,1	39,2	-1,4	1,6	4,2	9,8	-11,1
Rio de Janeiro	0,3	-4,4	5,9	5,7	-9,6	3,0	-5,9
São Paulo	12,4	-1,8	0,2	1,8	-4,3	5,9	4,5
Sul	20,2	-6,2	-1,0	-5,3	9,9	-19,9	22,4
Paraná	10,0	-4,6	-4,5	13,4	-11,4	-8,1	33,2
Santa Catarina	2,4	-8,3	-1,4	-1,4	1,7	-1,0	11,9
Rio Grande do Sul	7,8	-7,2	2,9	-24,4	45,9	-34,7	11,4
Centro-Oeste	36,5	2,2	8,0	8,0	-3,6	7,7	22,7
Mato Grosso do Sul	6,0	1,2	0,9	12,6	-7,8	3,8	38,7
Mato Grosso	21,0	3,5	12,3	6,9	-3,8	10,4	20,7
Goiás	9,3	0,7	4,6	7,2	-0,5	6,3	17,5
Distrito Federal	0,2	-8,9	6,8	8,4	-13,6	1,2	2,3

Fontes: IBGE e BC

¹ Variação dos volumes produzidos por produto ponderados pelo valor da produção em reais da PAM do ano anterior.

Tabela A.1.4 – Produção da indústria geral

Discriminação	Peso (2022)	Variação % anual					
		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	100,0	1,0	-1,1	-4,5	3,9	-0,7	0,1
Norte	7,1	7,5	1,2	-2,4	0,5	-3,5	4,0
Amazonas	3,0	4,4	4,5	-5,4	6,5	3,8	2,1
Pará	4,2	9,7	-1,1	-0,1	-3,7	-9,1	5,4
Nordeste	10,1	0,2	-2,8	-3,2	-6,3	-1,0	-3,5
Maranhão	0,6	-	-	-	-	-	-3,0
Ceará	1,4	0,4	1,6	-6,2	3,7	-4,9	-4,9
Rio Grande do Norte	0,7	-	-	-	-	-	13,2
Pernambuco	2,1	5,5	5,8	2,0	-1,5	-3,2	2,0
Bahia	4,1	0,8	-2,8	-5,0	-13,2	2,4	-1,9
Sudeste	58,0	0,4	-1,3	-4,5	5,5	0,5	1,3
Minas Gerais	11,6	-2,3	-5,6	-2,5	9,7	-1,3	3,5
Espírito Santo	2,2	-1,7	-15,1	-14,5	4,8	-8,4	11,0
Rio de Janeiro	11,4	2,2	1,9	0,2	4,1	4,6	6,1
São Paulo	32,8	0,8	-0,0	-6,0	4,8	0,2	-1,8
Sul	19,3	3,8	3,6	-4,2	9,4	-2,3	-1,1
Paraná	7,1	1,4	5,7	-2,5	9,1	-4,2	2,5
Santa Catarina	5,3	4,1	2,2	-4,6	10,2	-4,3	-1,1
Rio Grande do Sul	6,9	5,9	2,5	-5,5	9,0	1,1	-4,8
Centro-Oeste	5,4	-3,1	0,6	-0,8	-2,7	7,3	4,1
Mato Grosso do Sul	1,4	-	-	-	-	-	-0,8
Mato Grosso	1,3	0,0	-3,7	-5,6	-0,2	19,4	5,7
Goiás	2,7	-4,7	2,8	1,6	-3,9	1,4	6,0

Fonte: IBGE

Tabela A.1.5 – Produção da indústria de transformação

Discriminação	Peso ¹ (2022)	Variação % anual					
		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	85,4	1,1	0,2	-4,6	4,3	-0,4	-1,1
Norte	3,4	2,1	5,1	-5,5	3,7	2,7	1,5
Amazonas	2,8	4,5	4,8	-5,0	6,9	4,1	2,3
Pará	0,6	-9,0	7,0	-8,5	-13,7	-6,9	-2,1
Nordeste	9,5	0,8	-2,5	-2,4	-6,5	-0,2	-1,3
Maranhão	0,5	-	-	-	-	-	-2,4
Ceará	1,4	0,4	1,6	-6,2	3,7	-4,9	-4,9
Rio Grande do Norte	0,5	-	-	-	-	-	30,4
Pernambuco	2,1	5,5	5,8	2,0	-1,5	-3,2	2,0
Bahia	3,8	0,8	-2,8	-4,9	-14,3	3,4	-0,4
Sudeste	46,7	0,9	-0,7	-5,1	6,0	0,6	-0,5
Minas Gerais	8,4	-0,7	0,8	-1,0	8,6	-1,2	1,8
Espírito Santo	0,9	-2,6	-9,0	-1,9	15,2	-3,5	-3,6
Rio de Janeiro	5,5	3,7	-4,1	-6,1	7,7	5,2	3,5
São Paulo	32,0	0,8	-0,0	-6,0	4,8	0,2	-1,7
Sul	19,3	3,8	3,6	-4,2	9,4	-2,3	-1,1
Paraná	7,1	1,4	5,7	-2,5	9,1	-4,2	2,5
Santa Catarina	5,3	4,1	2,2	-4,6	10,2	-4,3	-1,1
Rio Grande do Sul	6,9	5,9	2,5	-5,5	9,0	1,1	-4,8
Centro-Oeste	5,2	-3,1	0,7	-0,8	-3,3	7,4	4,4
Mato Grosso do Sul	1,4	-	-	-	-	-	-0,5
Mato Grosso	1,3	0,0	-3,7	-5,6	-0,2	19,4	5,7
Goiás	2,6	-4,8	3,2	1,8	-4,8	1,2	6,3

Fonte: IBGE

¹ Na indústria geral nacional

Tabela A.1.6 – Produção da indústria extrativa

Discriminação	Peso (2022)	Variação % anual					
		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	14,6	0,0	-9,7	-3,4	1,0	-3,2	7,3
Norte	3,7	12,4	-2,1	0,5	-2,3	-9,1	6,3
Amazonas	0,2	2,6	0,4	-12,6	-1,2	-2,4	-0,9
Pará	3,5	12,9	-2,2	1,1	-2,4	-9,3	6,7
Nordeste	0,6	-6,1	-6,4	-12,2	-4,3	-12,5	-36,3
Maranhão	0,1	-	-	-	-	-	-7,8
Rio Grande do Norte	0,2	-	-	-	-	-	-41,3
Bahia	0,3	1,6	-2,6	-6,7	7,1	-13,4	-22,4
Sudeste	11,3	-3,2	-5,9	-0,1	2,0	0,1	8,6
Minas Gerais	3,2	-6,9	-25,2	-8,5	14,8	-1,6	7,7
Espírito Santo	1,3	-0,8	-21,2	-28,9	-11,7	-18,7	20,5
Rio de Janeiro	5,9	-0,9	14,5	11,1	-1,4	3,5	8,5
São Paulo	0,8	-	-	-	-	-	-7,0
Centro-Oeste	0,2	-1,4	-3,8	-1,7	15,2	3,3	-3,1
Mato Grosso do Sul	0,1	-	-	-	-	-	-6,6
Goiás	0,1	-1,4	-3,8	-1,7	15,2	3,3	-0,8

Fonte: IBGE

¹ Na indústria geral nacional

Tabela A.1.7 – Volume de vendas no comércio ampliado

Discriminação	Peso (2022)	Variação % anual					
		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	100,0	5,0	3,9	-1,4	4,5	-0,6	2,2
Norte	4,2	8,4	6,0	6,6	5,0	1,0	1,3
Rondônia	0,4	10,6	1,0	3,4	11,1	-1,8	-0,4
Acre	0,2	8,3	3,5	4,0	4,4	0,6	0,9
Amazonas	1,1	9,6	6,2	7,5	-0,5	0,0	3,6
Roraima	0,3	7,9	5,4	6,1	10,7	6,8	-3,6
Pará	1,6	7,5	5,9	8,7	9,4	1,4	0,1
Amapá	0,2	-1,0	21,5	2,2	7,0	1,9	0,7
Tocantins	0,4	10,1	7,1	6,9	3,6	3,6	4,5
Nordeste	15,4	2,8	1,3	-2,7	8,3	-2,9	3,5
Maranhão	1,5	6,1	-0,0	6,0	2,3	-0,2	11,9
Piauí	0,8	3,1	-3,5	-0,2	12,6	2,5	0,6
Ceará	2,6	2,7	3,1	-5,0	7,2	0,3	6,3
Rio Grande do Norte	0,9	5,7	0,6	-4,2	2,5	0,5	0,6
Paraíba	1,2	3,9	-0,7	0,5	2,0	8,4	0,0
Pernambuco	2,9	1,7	2,3	-0,4	17,9	-10,1	1,4
Alagoas	0,7	2,3	0,7	-0,7	4,4	3,9	2,4
Sergipe	0,6	3,6	-1,0	-3,1	6,1	0,5	2,1
Bahia	4,1	1,5	1,8	-7,9	7,3	-6,7	2,6
Sudeste	51,2	5,1	4,1	-1,9	3,0	-1,4	2,9
Minas Gerais	9,5	2,8	2,5	2,5	5,4	0,9	1,4
Espírito Santo	2,7	13,5	5,2	4,0	13,6	0,3	9,4
Rio de Janeiro	8,4	1,5	1,5	-2,8	2,3	-4,2	2,5
São Paulo	30,6	6,2	5,3	-3,2	1,7	-1,4	2,9
Sul	20,5	6,6	4,7	-1,1	4,7	1,2	1,2
Paraná	8,0	3,2	2,7	-0,4	1,8	-2,7	-0,6
Santa Catarina	5,9	10,5	10,0	2,9	8,7	2,5	3,6
Rio Grande do Sul	6,6	6,8	2,4	-5,2	4,0	3,7	1,2
Centro-Oeste	8,8	3,5	3,8	-1,0	6,7	2,7	-0,9
Mato Grosso do Sul	1,6	4,5	2,0	3,6	11,6	4,3	-9,1
Mato Grosso	2,6	9,3	6,6	0,9	6,4	6,1	1,5
Goiás	2,7	3,1	3,1	-2,4	10,1	1,5	-0,2
Distrito Federal	1,9	-1,9	3,5	-5,2	-2,2	-1,0	1,8

Fonte: IBGE

Tabela A.1.8 – Volume de vendas no comércio varejista restrito

Discriminação	Peso (2022)	Variação % anual					
		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	100,0	2,3	1,8	1,2	1,4	1,0	1,7
Norte	4,3	5,5	5,8	6,3	4,2	3,3	2,5
Rondônia	0,3	6,3	-0,8	0,3	7,0	-1,5	-0,6
Acre	0,2	7,8	6,5	5,0	3,3	1,9	4,0
Amazonas	1,2	4,4	7,9	7,3	-1,2	2,2	3,1
Roraima	0,3	5,4	5,5	2,6	6,2	11,1	2,7
Pará	1,7	6,9	4,8	9,4	7,1	4,2	0,8
Amapá	0,2	-1,6	16,6	0,4	8,5	6,1	1,0
Tocantins	0,3	6,1	6,1	-0,1	-7,3	-2,1	11,6
Nordeste	15,8	1,3	-0,3	-1,6	-1,0	1,0	3,6
Maranhão	1,5	5,9	0,4	7,7	-1,8	2,2	10,2
Piauí	0,9	-0,3	-6,0	6,7	10,0	1,9	-0,5
Ceará	2,6	2,1	-1,4	-5,8	-3,3	4,3	8,3
Rio Grande do Norte	1,0	6,8	-0,0	-3,2	-0,8	0,8	-0,8
Paraíba	1,3	2,2	-1,0	2,4	-4,0	13,9	-3,7
Pernambuco	2,9	-0,8	0,5	0,7	1,3	-4,1	1,0
Alagoas	0,7	0,4	-2,4	-2,2	-1,0	7,2	3,4
Sergipe	0,6	0,6	-1,9	-3,7	-3,8	1,3	1,9
Bahia	4,1	-0,1	2,1	-4,3	-0,6	-3,4	4,8
Sudeste	52,9	1,6	1,8	1,7	2,0	-0,3	1,1
Minas Gerais	9,6	-0,1	1,0	3,5	3,1	2,0	3,0
Espírito Santo	2,6	7,7	4,7	4,7	6,8	5,8	3,0
Rio de Janeiro	10,2	0,8	0,5	1,2	-0,5	-3,5	-0,2
São Paulo	30,6	2,2	2,5	1,1	2,2	-0,4	0,8
Sul	19,1	5,2	2,9	1,1	1,4	3,1	2,0
Paraná	6,8	2,2	-0,7	0,7	-0,4	0,1	1,1
Santa Catarina	5,5	8,1	8,6	5,6	1,5	1,1	2,8
Rio Grande do Sul	6,8	5,5	1,5	-2,2	2,9	7,1	2,3
Centro-Oeste	7,9	0,3	1,4	0,2	-0,4	4,4	1,1
Mato Grosso do Sul	1,4	1,2	0,6	4,5	5,6	6,5	2,3
Mato Grosso	2,3	1,9	3,6	4,0	-0,6	8,5	2,2
Goiás	2,3	0,5	0,3	-2,2	-0,5	-0,4	0,7
Distrito Federal	1,9	-2,3	0,8	-4,9	-5,0	2,8	-0,7

Fonte: IBGE

Tabela A.1.9 – Volume de serviços

Discriminação	Peso (2022)	Variação % anual					
		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	100,0	-0,0	1,0	-7,8	10,9	8,3	2,9
Norte	2,9	-2,9	0,6	-1,1	11,7	7,9	3,9
Rondônia	0,2	-1,4	-5,9	0,2	1,9	1,0	7,4
Acre	0,1	-5,9	-7,1	-7,2	16,3	2,4	7,3
Amazonas	1,1	-0,9	3,9	0,6	11,4	8,9	1,1
Roraima	0,1	-0,5	1,1	-9,1	21,0	13,1	1,5
Pará	1,1	-4,3	-0,9	-0,5	12,5	6,5	5,3
Amapá	0,1	-6,6	-4,1	-9,2	10,8	18,9	-2,4
Tocantins	0,2	-7,5	3,4	-6,4	17,5	14,1	11,0
Nordeste	9,0	-3,5	-0,7	-13,2	10,7	9,1	5,1
Maranhão	0,7	-0,3	3,0	-4,1	9,6	6,3	7,8
Piauí	0,3	-3,0	-5,4	-14,5	4,0	6,6	5,6
Ceará	1,7	-7,1	0,3	-13,6	13,1	10,2	3,6
Rio Grande do Norte	0,5	-6,8	0,7	-15,7	10,3	5,1	5,0
Paraíba	0,4	-3,4	-0,6	-10,9	9,2	12,1	8,1
Pernambuco	2,0	-1,0	0,5	-12,5	10,5	11,2	2,8
Alagoas	0,4	-2,3	-5,5	-16,1	18,7	17,1	4,1
Sergipe	0,3	-4,5	1,7	-15,1	8,6	7,7	6,2
Bahia	2,7	-3,3	-2,2	-14,7	9,8	7,2	6,7
Sudeste	68,1	0,7	2,1	-7,2	11,0	8,7	1,0
Minas Gerais	7,3	-0,3	0,2	-6,1	14,0	11,2	8,0
Espírito Santo	1,4	-1,1	1,0	-7,3	9,9	8,9	7,0
Rio de Janeiro	11,5	-3,0	-0,6	-7,3	7,4	4,0	3,3
São Paulo	47,9	2,2	3,2	-7,4	11,6	9,7	-0,7
Sul	12,9	-0,9	-1,3	-9,3	11,3	7,0	8,0
Paraná	5,0	-1,7	-2,3	-9,5	8,4	4,4	11,3
Santa Catarina	3,3	1,7	1,2	-3,9	14,8	5,4	8,0
Rio Grande do Sul	4,6	-1,7	-1,8	-12,6	12,1	11,3	4,3
Centro-Oeste	7,1	0,2	-2,6	-6,5	10,0	5,0	8,0
Mato Grosso do Sul	1,1	-0,8	3,2	-1,2	11,3	3,6	4,3
Mato Grosso	1,8	0,1	-7,4	-1,3	9,8	13,8	16,6
Goiás	1,8	-1,1	-2,4	-7,3	12,6	8,3	6,7
Distrito Federal	2,5	1,4	-1,9	-10,5	7,9	-1,6	4,2

Fonte: IBGE

Tabela A.2.1 – Resumo dos indicadores de mercado de trabalho - 2023

Discriminação	Taxa de desocupação		Taxa de participação		População ocupada		Estoque de empregos formais		Rendimento médio ²	
	Nível (%)	Var. (p.p.)	Nível (%)	Var. (p.p.)	Nível (mil)	Var. (%)	Nível (mil)	Var. (%)	Nível (R\$)	Var. (%)
Brasil	8,0	-1,3	61,8	-0,6	99.389	1,4	45.136	3,8	3.069	5,2
Norte	8,2	-1,0	59,8	-1,3	8.043	0,4	2.229	4,8	2.425	5,5
Rondônia	2,9	-2,0	56,4	-4,2	815	-3,0	282	4,4	2.766	6,0
Acre	8,0	-3,7	48,1	-5,7	307	-5,2	102	3,7	2.461	-1,3
Amazonas	9,7	-1,0	61,0	-2,0	1.753	0,3	508	2,9	2.300	3,3
Roraima	6,6	0,5	60,7	1,4	254	3,6	75	4,8	2.839	8,3
Pará	8,6	-1,0	60,1	-0,9	3.786	0,9	933	4,8	2.289	7,1
Amapá	12,9	0,5	62,3	0,9	379	4,5	83	5,7	2.682	6,7
Tocantins	6,2	-0,2	62,8	1,0	749	1,8	246	5,1	2.704	4,0
Nordeste	11,2	-1,4	54,0	-0,8	22.221	0,8	7.476	8,8	2.080	6,0
Maranhão	8,1	-2,3	50,7	-0,1	2.598	4,0	635	4,0	1.911	7,2
Piauí	10,3	0,2	52,9	-1,6	1.256	-2,6	342	5,5	2.341	13,9
Ceará	9,0	-0,5	52,7	0,2	3.610	0,8	1.328	5,9	2.041	4,2
Rio Grande do Norte	10,2	-1,4	51,2	-2,4	1.340	-2,5	490	4,9	2.324	3,6
Paraíba	10,1	-1,8	52,5	0,0	1.524	2,4	473	5,1	2.233	5,8
Pernambuco	13,4	-0,8	54,1	-1,3	3.668	0,1	1.427	4,4	2.154	8,0
Alagoas	9,6	-1,6	51,5	-0,1	1.227	1,9	429	4,5	2.048	4,3
Sergipe	10,8	-2,1	57,2	-1,7	951	-0,7	319	3,8	2.168	4,3
Bahia	13,5	-1,9	57,5	-1,2	6.048	0,9	2.032	4,0	1.975	5,3
Sudeste	7,8	-1,5	64,7	-0,4	44.736	1,7	23.065	5,2	3.477	5,2
Minas Gerais	6,1	-1,1	63,9	-0,7	10.627	0,7	4.755	4,0	2.845	9,7
Espírito Santo	6,0	-1,9	63,4	-1,1	2.015	1,6	865	4,6	3.002	3,0
Rio de Janeiro	11,0	-1,8	60,8	0,2	7.992	2,4	3.668	3,6	3.691	5,0
São Paulo	7,6	-1,5	66,7	-0,5	24.102	1,8	13.777	4,8	3.721	3,9
Sul	4,7	-0,8	65,7	-0,4	15.762	1,0	8.313	4,6	3.336	3,4
Paraná	4,9	-0,9	64,5	-1,2	5.879	0,6	3.077	3,4	3.263	3,6
Santa Catarina	3,5	-0,4	67,5	-0,5	3.968	1,2	2.463	3,2	3.406	3,4
Rio Grande do Sul	5,3	-0,8	65,7	0,4	5.914	1,2	2.774	2,8	3.363	3,1
Centro-Oeste	6,0	-1,1	67,5	0,0	8.627	3,0	4.048	2,6	3.561	6,2
Mato Grosso do Sul	4,2	-0,8	67,2	0,7	1.440	4,4	654	5,5	3.367	5,0
Mato Grosso	3,5	-0,8	66,4	-0,2	1.802	2,6	918	5,2	3.327	5,3
Goiás	6,1	-1,0	67,3	0,3	3.778	3,1	1.522	4,7	3.080	10,1
Distrito Federal	9,8	-1,5	69,1	-1,4	1.608	1,8	955	4,2	5.125	2,7

Fontes: IBGE, MTE e BC

² Rendimento médio habitual real de todos os trabalhos.

Tabela A.2.2 – Taxa de desocupação

Discriminação	Peso ¹ (2023)	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	100,0	12,4	12,0	13,8	13,2	9,3	8,0
Norte	8,1	12,2	12,0	12,5	13,1	9,2	8,2
Rondônia	0,8	9,2	8,1	10,6	9,0	4,9	2,9
Acre	0,3	13,7	14,8	15,4	15,3	11,7	8,0
Amazonas	1,8	14,0	14,2	16,0	15,0	10,7	9,7
Roraima	0,3	12,5	15,1	16,8	12,1	6,1	6,6
Pará	3,8	11,2	10,9	10,6	12,6	9,6	8,6
Amapá	0,4	20,4	17,5	15,0	16,6	12,4	12,9
Tocantins	0,7	10,7	11,0	12,0	13,3	6,4	6,2
Nordeste	23,2	15,0	14,7	17,1	17,1	12,6	11,2
Maranhão	2,6	14,7	14,5	16,2	15,8	10,4	8,1
Piauí	1,3	12,9	13,1	13,2	13,6	10,1	10,3
Ceará	3,7	11,4	11,1	13,4	13,4	9,5	9,0
Rio Grande do Norte	1,4	13,8	13,3	16,1	14,8	11,6	10,2
Paraíba	1,6	11,3	11,8	15,0	14,8	11,9	10,1
Pernambuco	3,9	16,9	15,6	17,2	19,9	14,2	13,4
Alagoas	1,3	17,3	15,1	18,9	17,8	11,2	9,6
Sergipe	1,0	16,8	15,2	18,8	17,9	12,9	10,8
Bahia	6,5	17,2	17,4	20,3	19,5	15,4	13,5
Sudeste	44,9	13,0	12,3	14,4	13,6	9,3	7,8
Minas Gerais	10,5	10,8	10,1	12,8	11,7	7,2	6,1
Espírito Santo	2,0	11,7	11,1	12,9	11,1	7,9	6,0
Rio de Janeiro	8,3	15,1	14,8	17,6	16,9	12,8	11,0
São Paulo	24,1	13,5	12,6	14,1	13,4	9,1	7,6
Sul	15,3	8,0	7,8	8,7	7,8	5,5	4,7
Paraná	5,7	8,9	8,7	9,6	8,4	5,8	4,9
Santa Catarina	3,8	6,4	6,2	6,3	5,5	3,9	3,5
Rio Grande do Sul	5,8	8,2	8,1	9,3	8,7	6,1	5,3
Centro-Oeste	8,5	9,4	10,3	12,1	10,7	7,1	6,0
Mato Grosso do Sul	1,4	7,6	8,1	10,2	8,6	5,0	4,2
Mato Grosso	1,7	8,0	8,0	9,9	8,0	4,3	3,5
Goiás	3,7	9,3	10,7	12,7	11,3	7,1	6,1
Distrito Federal	1,7	12,8	13,5	14,9	14,0	11,3	9,8

Fonte: IBGE

¹ Peso percentual na força de trabalho.

Tabela A.2.3 – Taxa de participação

Discriminação	Peso ¹ (2023)	%					
		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	100,0	63,2	63,6	59,3	61,3	62,4	61,8
Norte	8,4	60,6	61,0	57,9	60,0	61,1	59,8
Rondônia	0,9	63,1	63,6	60,7	61,4	60,6	56,4
Acre	0,4	57,2	55,1	52,0	56,2	53,8	48,1
Amazonas	1,8	61,8	63,7	60,6	62,6	63,0	61,0
Roraima	0,3	63,4	64,3	59,4	61,8	59,3	60,7
Pará	3,9	59,9	59,6	56,8	58,6	61,0	60,1
Amapá	0,4	61,6	63,1	56,6	59,2	61,4	62,3
Tocantins	0,7	59,9	60,0	57,6	61,1	61,8	62,8
Nordeste	26,5	55,9	56,1	51,4	54,0	54,8	54,0
Maranhão	3,2	50,5	49,5	46,4	49,4	50,8	50,7
Piauí	1,5	56,3	57,9	51,7	54,7	54,5	52,9
Ceará	4,3	57,0	57,6	51,8	52,1	52,5	52,7
Rio Grande do Norte	1,7	55,3	55,2	51,8	52,4	53,6	51,2
Paraíba	1,8	54,7	53,6	49,8	50,2	52,5	52,5
Pernambuco	4,5	56,5	56,2	50,5	55,0	55,4	54,1
Alagoas	1,5	45,1	46,9	45,9	51,5	51,6	51,5
Sergipe	1,1	58,5	60,6	56,5	59,3	58,9	57,2
Bahia	7,0	59,5	59,8	54,7	57,6	58,7	57,5
Sudeste	42,9	66,6	67,0	62,1	64,1	65,1	64,7
Minas Gerais	10,1	65,6	65,8	62,2	64,1	64,6	63,9
Espírito Santo	1,9	66,5	68,1	64,2	65,1	64,5	63,4
Rio de Janeiro	8,4	62,0	62,3	57,3	60,1	60,6	60,8
São Paulo	22,4	68,9	69,3	63,7	65,7	67,2	66,7
Sul	14,4	65,9	66,6	63,6	64,5	66,1	65,7
Paraná	5,5	65,9	66,7	64,3	64,8	65,7	64,5
Santa Catarina	3,5	67,2	67,3	63,9	65,5	68,0	67,5
Rio Grande do Sul	5,4	65,1	66,2	62,6	63,6	65,3	65,7
Centro-Oeste	7,8	67,0	68,2	64,4	65,6	67,5	67,5
Mato Grosso do Sul	1,3	67,9	68,1	63,6	65,6	66,5	67,2
Mato Grosso	1,6	66,4	68,9	66,9	66,6	66,6	66,4
Goiás	3,4	66,8	67,8	63,3	64,2	67,0	67,3
Distrito Federal	1,5	67,5	68,7	64,8	67,8	70,5	69,1

Fonte: IBGE

¹ Peso percentual na população em idade de trabalho.

Tabela A.2.4 – População ocupada

Discriminação	Peso (2022)	Variação % anual					
		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	100,0	1,7	2,2	-7,7	5,0	7,4	1,4
Norte	8,2	2,5	2,3	-3,9	4,9	8,0	0,4
Rondônia	0,9	1,7	3,4	-6,3	6,3	4,7	-3,0
Acre	0,3	4,4	-1,8	-4,4	10,6	1,1	-5,2
Amazonas	1,8	3,9	4,3	-4,1	5,4	7,0	0,3
Roraima	0,2	5,8	0,5	-6,3	13,9	7,1	3,6
Pará	3,8	1,4	1,3	-2,9	3,0	8,9	0,9
Amapá	0,4	0,1	8,6	-4,6	6,2	10,5	4,5
Tocantins	0,8	5,7	0,9	-4,2	5,9	12,4	1,8
Nordeste	22,5	1,0	1,7	-10,2	6,0	7,9	0,8
Maranhão	2,5	-3,3	-0,1	-7,5	8,2	10,9	4,0
Piauí	1,3	0,6	3,6	-10,7	7,4	3,8	-2,6
Ceará	3,7	4,2	2,1	-11,2	1,4	7,2	0,8
Rio Grande do Norte	1,4	2,9	0,2	-7,9	5,0	6,8	-2,5
Paraíba	1,5	1,7	-1,7	-10,7	1,8	9,5	2,4
Pernambuco	3,7	4,3	1,8	-10,9	5,0	9,5	0,1
Alagoas	1,2	-4,4	7,3	-7,2	15,0	9,0	1,9
Sergipe	1,0	-0,5	7,4	-9,7	7,9	5,6	-0,7
Bahia	6,1	-0,4	1,2	-11,0	7,5	7,2	0,9
Sudeste	44,9	2,1	2,5	-8,6	5,4	7,4	1,7
Minas Gerais	10,8	3,1	1,9	-7,9	4,6	7,0	0,7
Espírito Santo	2,0	4,1	4,1	-5,8	4,5	4,2	1,6
Rio de Janeiro	8,0	1,4	1,7	-10,0	6,4	6,4	2,4
São Paulo	24,1	1,7	2,9	-8,7	5,5	8,1	1,8
Sul	15,9	0,5	2,2	-4,4	3,0	5,6	1,0
Paraná	6,0	1,0	1,9	-3,2	2,6	5,0	0,6
Santa Catarina	4,0	2,1	1,5	-3,0	3,0	6,3	1,2
Rio Grande do Sul	6,0	-0,9	2,8	-6,5	3,4	5,8	1,2
Centro-Oeste	8,5	3,4	2,1	-6,4	4,5	8,9	3,0
Mato Grosso do Sul	1,4	4,1	1,0	-8,2	5,7	7,3	4,4
Mato Grosso	1,8	5,2	4,1	-3,4	2,1	5,3	2,6
Goiás	3,7	2,2	1,7	-7,3	4,8	11,2	3,1
Distrito Federal	1,6	3,6	1,9	-6,1	5,7	9,1	1,8

Fonte: IBGE

Tabela A.2.5 – Estoque de empregos formais

Discriminação	Peso (2022)	Variação % anual					
		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	100,0	0,9	1,4	-1,1	5,4	6,1	3,8
Norte	4,9	1,3	1,6	1,3	7,4	7,6	4,8
Rondônia	0,6	1,6	1,0	-0,3	4,7	6,9	4,8
Acre	0,2	-0,5	-0,1	1,5	6,6	9,4	5,7
Amazonas	1,1	1,5	2,7	0,2	7,3	9,3	5,1
Roraima	0,2	1,3	1,6	4,8	9,1	11,3	8,8
Pará	2,1	0,9	1,5	2,5	8,4	6,4	4,0
Amapá	0,2	2,4	0,8	0,0	7,1	10,2	5,5
Tocantins	0,5	2,4	1,1	0,7	7,0	7,1	5,9
Nordeste	16,5	1,1	1,0	-1,1	5,6	6,9	4,4
Maranhão	1,4	2,0	1,8	1,8	6,8	7,8	4,9
Piauí	0,7	1,6	1,0	-1,4	4,8	5,7	5,1
Ceará	2,9	1,6	0,8	-0,7	5,7	6,7	4,4
Rio Grande do Norte	1,1	0,4	1,1	-1,2	5,3	6,1	4,5
Paraíba	1,0	0,7	1,1	-0,6	6,4	7,4	3,8
Pernambuco	3,2	0,7	-0,1	-1,4	5,4	6,5	4,0
Alagoas	0,9	0,5	0,3	-1,0	6,7	7,2	5,2
Sergipe	0,7	0,6	0,2	-1,7	3,5	5,1	4,0
Bahia	4,5	1,2	1,9	-1,8	5,6	7,7	4,6
Sudeste	51,1	0,6	1,4	-1,6	4,8	5,8	3,7
Minas Gerais	10,5	1,5	2,0	-0,8	6,0	5,7	3,6
Espírito Santo	1,9	1,3	2,8	-0,9	6,4	6,7	4,8
Rio de Janeiro	8,1	-0,8	0,3	-3,8	2,4	6,4	4,6
São Paulo	30,6	0,7	1,3	-1,4	4,9	5,6	3,4
Sul	18,5	1,2	1,7	-0,6	5,9	5,2	2,9
Paraná	6,8	1,1	1,7	0,1	5,9	5,3	3,2
Santa Catarina	5,5	2,0	3,0	0,5	7,9	5,6	2,8
Rio Grande do Sul	6,2	0,5	0,6	-2,4	4,3	4,8	2,6
Centro-Oeste	8,8	1,7	2,1	-0,3	5,7	7,3	4,8
Mato Grosso do Sul	1,4	-0,4	1,0	-0,0	5,6	7,0	5,5
Mato Grosso	2,0	3,0	3,2	1,0	6,5	8,0	5,2
Goiás	3,3	2,0	1,7	-0,3	6,5	7,6	4,7
Distrito Federal	2,1	1,6	2,2	-1,6	3,9	6,5	4,2

Fontes: BC e MTE

Tabela A.2.6 – Rendimento médio real habitualmente recebido de todos os trabalhos

Discriminação	Peso ¹ (2022)	Variação % anual					
		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	100,0	1,5	0,4	4,4	-7,0	-1,0	5,2
Norte	7,9	0,5	-1,2	4,5	-5,0	3,2	5,5
Rondônia	0,8	8,0	-1,5	-1,4	-4,8	6,9	6,0
Acre	0,3	-3,5	4,8	2,4	-1,5	0,1	-1,3
Amazonas	1,7	-7,3	-1,7	8,1	-12,9	5,7	3,3
Roraima	0,3	2,9	-0,4	1,5	-14,6	2,1	8,3
Pará	3,7	4,1	-0,8	6,2	-3,3	2,0	7,1
Amapá	0,4	-12,5	-5,6	4,1	-1,1	-1,3	6,7
Tocantins	0,8	2,1	-2,4	-0,1	3,6	2,7	4,0
Nordeste	22,3	2,2	-0,1	3,0	-7,7	-1,7	6,0
Maranhão	2,5	2,7	-0,3	1,0	-3,2	1,7	7,2
Piauí	1,3	-3,1	1,2	1,4	-2,6	9,2	13,9
Ceará	3,7	4,9	4,3	0,8	-5,7	-4,5	4,2
Rio Grande do Norte	1,4	-0,2	6,0	5,7	-6,7	-3,2	3,6
Paraíba	1,5	1,8	0,2	8,6	-12,4	1,1	5,8
Pernambuco	3,7	-0,5	-1,7	-0,8	-7,1	-4,0	8,0
Alagoas	1,2	8,0	1,6	-2,7	-0,6	-1,3	4,3
Sergipe	1,0	-2,4	-3,6	8,4	-4,6	-4,9	4,3
Bahia	6,0	3,3	-3,1	6,0	-12,4	-1,6	5,3
Sudeste	45,3	1,7	0,3	6,0	-8,2	-2,0	5,2
Minas Gerais	10,8	1,7	-1,2	3,9	-4,2	-0,6	9,7
Espírito Santo	2,0	-1,3	1,9	0,7	-3,2	3,9	3,0
Rio de Janeiro	8,1	4,8	5,2	10,6	-7,0	-3,6	5,0
São Paulo	24,4	1,2	-0,8	5,6	-10,2	-2,3	3,9
Sul	15,9	0,5	2,1	2,3	-4,6	-0,7	3,4
Paraná	6,0	1,7	2,9	1,8	-7,2	-1,2	3,6
Santa Catarina	4,0	0,6	1,0	3,7	-2,8	-1,0	3,4
Rio Grande do Sul	5,9	-0,7	2,0	1,8	-3,2	0,1	3,1
Centro-Oeste	8,6	1,2	-1,1	1,4	-4,0	3,1	6,2
Mato Grosso do Sul	1,4	2,3	0,2	0,6	-5,2	6,9	5,0
Mato Grosso	1,8	2,3	-1,3	2,9	-7,2	9,5	5,3
Goiás	3,8	-1,3	-0,6	2,4	-3,3	1,7	10,1
Distrito Federal	1,6	2,8	-2,4	-0,4	-2,7	-0,8	2,7

Fonte: IBGE

¹ Peso percentual na população ocupada com rendimento, apenas para referência. Esses pesos não servem para agregação das variações do rendimento médio.

Tabela A.2.7 – Massa real de rendimentos do trabalho

Discriminação	Peso (2022)	Variação % anual					
		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	100,0	3,3	2,7	-3,7	-2,4	6,9	6,9
Norte	6,2	3,9	0,7	0,1	0,3	12,1	6,6
Rondônia	0,8	9,8	1,3	-6,8	1,6	14,3	3,5
Acre	0,3	0,3	4,0	-2,0	10,4	1,4	-6,0
Amazonas	1,3	-2,4	2,1	2,4	-7,5	14,4	3,8
Roraima	0,2	9,3	-0,8	-4,4	-2,4	10,0	12,3
Pará	2,7	6,6	0,5	2,6	0,4	10,9	9,2
Amapá	0,3	-11,8	0,6	1,8	5,0	9,2	11,9
Tocantins	0,7	8,2	-2,4	-4,5	9,5	17,5	5,9
Nordeste	15,0	3,4	1,8	-7,4	-2,4	6,7	7,3
Maranhão	1,5	0,1	-0,1	-6,3	4,9	13,5	11,4
Piauí	0,9	-2,3	4,2	-8,9	5,8	14,3	12,2
Ceará	2,4	9,2	6,7	-10,3	-4,2	3,3	5,3
Rio Grande do Norte	1,1	2,4	6,7	-2,1	-2,3	3,4	1,9
Paraíba	1,1	3,3	-1,0	-2,2	-10,9	11,4	8,0
Pernambuco	2,5	3,9	0,0	-11,5	-2,7	5,1	8,5
Alagoas	0,8	4,5	8,2	-10,3	14,3	8,5	6,2
Sergipe	0,7	-2,0	3,8	-1,3	2,5	0,6	3,6
Bahia	3,9	3,0	-1,8	-6,1	-6,3	6,3	7,1
Sudeste	51,3	3,7	2,9	-3,2	-3,3	5,8	7,1
Minas Gerais	9,6	4,8	0,6	-4,2	0,3	7,4	10,7
Espírito Santo	2,0	2,7	6,7	-6,0	2,0	9,5	4,4
Rio de Janeiro	9,7	6,3	7,0	-0,6	-1,2	2,9	7,6
São Paulo	30,0	2,7	2,2	-3,5	-5,4	6,1	5,9
Sul	17,5	1,2	4,5	-2,4	-1,8	5,4	4,8
Paraná	6,4	2,7	5,0	-1,6	-4,8	4,3	4,8
Santa Catarina	4,5	2,7	2,6	0,3	0,2	6,1	4,9
Rio Grande do Sul	6,6	-1,3	5,3	-4,9	-0,1	6,0	4,7
Centro-Oeste	9,9	4,5	1,1	-5,0	0,3	12,7	9,4
Mato Grosso do Sul	1,6	6,4	1,4	-7,8	0,2	15,7	9,3
Mato Grosso	2,0	7,3	2,6	-0,4	-5,1	16,1	8,3
Goiás	3,6	0,9	1,1	-4,8	1,2	13,3	13,7
Distrito Federal	2,8	6,1	-0,1	-6,8	3,1	8,3	4,7

Fonte: IBGE

Tabela A.3.1 – Resumo dos indicadores de crédito - 2023

Discriminação	Saldo de crédito						Taxa de inadimplência	
	Peso (%)	Variação (%)					Nível (%)	Var. (p.p.)
		Total	PF Liv	PF Dir	PJ Liv	PJ Dir		
Brasil	100,0	7,8	8,7	12,8	1,1	9,3	3,0	0,3
Norte	5,3	14,1	11,9	18,8	13,3	14,1	3,6	0,4
Rondônia	0,9	13,3	9,7	17,4	8,5	17,9	2,7	0,5
Acre	0,3	17,5	13,9	24,3	11,4	23,9	3,4	0,4
Amazonas	1,0	10,8	7,5	13,5	13,1	15,0	4,3	0,2
Roraima	0,2	17,4	19,9	22,4	13,5	4,0	3,7	0,7
Pará	2,0	13,7	11,7	19,0	15,0	10,8	3,9	0,4
Amapá	0,2	14,4	14,8	13,9	12,1	14,8	4,2	0,6
Tocantins	0,7	18,6	18,1	22,1	13,8	17,7	2,7	0,3
Nordeste	13,8	9,0	7,6	12,0	8,7	9,3	4,1	0,1
Maranhão	1,5	11,9	10,2	16,1	10,5	11,1	4,1	0,6
Piauí	0,8	13,9	11,3	8,0	29,7	9,5	3,4	-0,1
Ceará	2,2	7,0	8,7	10,5	9,2	-5,0	4,1	0,1
Rio Grande do Norte	0,9	7,1	8,1	8,1	0,8	7,1	4,3	-0,0
Paraíba	1,0	8,6	6,1	10,7	5,1	21,3	4,2	-0,3
Pernambuco	2,3	5,9	5,0	12,9	-1,2	9,3	4,6	0,1
Alagoas	0,8	12,5	8,0	10,4	21,0	29,2	4,0	-0,2
Sergipe	0,6	10,7	11,1	11,0	8,6	11,4	4,0	0,2
Bahia	3,8	9,7	6,7	13,1	9,5	14,4	4,0	0,0
Sudeste	47,8	5,7	7,4	12,0	-1,2	7,3	3,0	0,3
Minas Gerais	9,1	7,9	9,8	12,4	0,1	10,2	2,7	0,3
Espírito Santo	1,6	11,0	11,8	15,1	6,1	12,5	2,8	0,1
Rio de Janeiro	8,2	4,4	3,0	9,9	3,1	4,4	3,6	0,0
São Paulo	28,9	5,1	7,9	12,0	-2,7	8,1	2,9	0,5
Sul	20,1	7,7	10,1	11,7	-1,9	13,3	2,4	0,3
Paraná	7,6	7,3	11,9	9,2	-1,8	12,2	2,5	0,2
Santa Catarina	5,5	8,6	10,7	14,2	0,7	12,3	2,5	0,5
Rio Grande do Sul	7,0	7,3	8,0	13,0	-4,4	15,9	2,4	0,3
Centro-Oeste	13,0	12,4	11,3	15,2	10,9	9,8	2,6	0,2
Mato Grosso do Sul	2,0	14,0	12,1	14,4	22,7	5,7	2,6	0,4
Mato Grosso	3,7	15,2	12,5	16,2	16,0	19,2	2,0	0,4
Goiás	4,6	13,4	13,3	16,9	2,1	18,0	3,0	0,2
Distrito Federal	2,6	5,9	6,3	8,7	8,6	1,5	2,8	0,1

Tabela A.3.2 – Saldo de crédito

Discriminação	Peso (2023)	Variação % anual					
		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	100,0	5,6	6,7	16,1	16,3	14,3	7,8
Norte	5,3	7,7	13,2	17,9	27,1	22,8	14,1
Rondônia	0,9	13,3	17,5	18,6	32,1	22,9	13,3
Acre	0,3	8,2	10,5	14,1	19,9	23,3	17,5
Amazonas	1,0	6,5	15,2	20,9	19,4	17,9	10,8
Roraima	0,2	4,0	6,8	13,0	23,6	26,1	17,4
Pará	2,0	8,4	13,6	17,8	29,5	25,2	13,7
Amapá	0,3	1,7	7,7	12,7	18,8	17,0	14,4
Tocantins	0,7	5,1	9,5	17,7	33,9	24,2	18,6
Nordeste	13,8	4,8	9,0	12,1	18,6	18,2	9,0
Maranhão	1,5	4,0	11,4	12,6	24,7	23,0	11,9
Piauí	0,8	2,6	13,6	13,3	27,5	18,1	13,9
Ceará	2,2	2,1	7,6	13,5	14,2	16,8	7,0
Rio Grande do Norte	0,9	5,0	4,1	10,4	17,9	14,8	7,1
Paraíba	1,0	7,8	9,7	12,6	20,6	15,7	8,6
Pernambuco	2,3	3,9	4,4	9,8	17,0	19,9	5,9
Alagoas	0,8	3,9	10,2	13,4	20,5	19,6	12,5
Sergipe	0,6	3,4	7,4	9,0	21,9	15,2	10,7
Bahia	3,8	7,4	12,4	12,8	17,3	18,0	9,7
Sudeste	47,8	4,0	4,1	15,6	14,9	10,9	5,7
Minas Gerais	9,1	3,4	6,1	18,1	19,4	14,4	7,9
Espírito Santo	1,6	5,2	7,3	12,6	19,2	15,0	11,0
Rio de Janeiro	8,2	1,6	-3,0	12,4	0,9	7,8	4,4
São Paulo	28,9	5,1	6,1	16,2	18,1	10,5	5,1
Sul	20,1	8,6	8,7	19,1	15,6	16,0	7,7
Paraná	7,7	7,6	8,9	19,8	18,3	16,2	7,3
Santa Catarina	5,5	10,2	9,1	18,2	20,8	13,4	8,7
Rio Grande do Sul	7,0	8,4	8,1	19,1	9,1	17,9	7,3
Centro-Oeste	13,0	9,0	10,0	17,3	17,4	17,8	12,4
Mato Grosso do Sul	2,0	8,4	8,4	16,7	20,7	19,1	14,0
Mato Grosso	3,7	16,3	15,5	21,8	15,1	21,3	15,2
Goiás	4,6	10,1	10,0	17,6	22,4	19,0	13,4
Distrito Federal	2,7	1,7	5,6	12,4	11,2	11,1	5,9

Tabela A.3.3 – Taxa de inadimplência

%

Discriminação	Peso (2023)	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	100,0	2,6	2,7	1,9	2,1	2,7	3,0
Norte	5,3	3,2	3,6	2,2	2,5	3,2	3,6
Rondônia	0,9	2,3	2,5	1,8	1,9	2,3	2,8
Acre	0,3	2,5	3,1	2,2	2,3	2,9	3,4
Amazonas	1,0	3,3	3,3	2,3	2,8	4,2	4,3
Roraima	0,2	5,3	3,1	2,4	2,4	3,0	3,7
Pará	2,0	3,4	4,6	2,5	2,8	3,5	3,9
Amapá	0,3	3,0	3,1	2,5	2,7	3,6	4,2
Tocantins	0,7	3,4	3,1	2,0	1,9	2,4	2,7
Nordeste	13,8	3,2	3,7	2,7	3,1	4,0	4,1
Maranhão	1,5	3,2	3,3	2,9	2,8	3,5	4,1
Piauí	0,8	2,8	3,2	2,3	2,9	3,5	3,4
Ceará	2,2	2,7	2,9	2,1	2,8	3,9	4,1
Rio Grande do Norte	0,9	3,3	3,5	2,9	3,3	4,3	4,3
Paraíba	1,0	3,4	4,2	3,2	3,3	4,5	4,2
Pernambuco	2,3	3,4	4,3	3,0	3,6	4,5	4,6
Alagoas	0,8	3,8	4,0	3,2	3,3	4,3	4,0
Sergipe	0,6	4,2	3,2	2,5	2,9	3,8	4,0
Bahia	3,8	3,1	3,9	2,5	2,9	3,9	4,0
Sudeste	47,8	2,6	2,6	1,9	2,1	2,7	3,0
Minas Gerais	9,1	2,5	2,3	1,6	1,8	2,4	2,7
Espírito Santo	1,6	3,1	3,9	1,8	2,1	2,6	2,8
Rio de Janeiro	8,2	2,4	2,4	2,1	2,8	3,6	3,6
São Paulo	28,9	2,6	2,6	1,9	1,9	2,5	2,9
Sul	20,1	2,2	2,2	1,6	1,7	2,1	2,4
Paraná	7,7	2,4	2,5	1,7	1,8	2,3	2,5
Santa Catarina	5,5	1,7	1,8	1,3	1,5	2,0	2,5
Rio Grande do Sul	7,0	2,3	2,3	1,6	1,7	2,1	2,4
Centro-Oeste	13,0	2,6	2,4	1,7	1,8	2,3	2,6
Mato Grosso do Sul	2,0	3,2	3,2	1,8	1,7	2,2	2,6
Mato Grosso	3,7	2,1	2,0	1,4	1,5	1,6	2,0
Goiás	4,6	3,2	2,6	1,9	2,0	2,8	3,0
Distrito Federal	2,7	2,0	1,9	1,6	1,9	2,7	2,8

Tabela A.4.1 – Resumo dos indicadores de comércio exterior - 2023

US\$ bilhões

Discriminação	Saldo		Exportações				Importações			
	Valor	Dif.	Valor	Valor (var. %)	Preço (var. %)	Quantum (var. %)	Valor	Valor (var. %)	Preço (var. %)	Quantum (var. %)
Brasil	98,9	37,4	339,7	1,7	-6,3	9,0	240,8	-11,7	-9,7	-2,1
Norte	12,3	3,1	29,4	2,8	-5,6	9,2	17,1	-11,8	-13,8	1,9
Rondônia	1,5	-0,1	2,5	8,2	-12,7	25,1	1,1	47,3	-9,4	63,2
Acre ¹	0,0	0,0	0,0	-15,7	-12,9	-2,5	0,0	-0,4	-	-
Amazonas	-11,7	1,6	0,9	2,1	0,2	3,1	12,6	-10,9	-11,3	1,2
Roraima	0,3	-0,1	0,4	-13,4	-7,5	-5,1	0,0	-21,8	-4,8	-4,0
Pará	20,4	1,6	22,3	3,6	-3,6	6,8	1,9	-30,2	-19,6	-12,8
Amapá	-1,0	-0,4	0,2	-14,4	-0,7	-13,8	1,1	48,5	-16,5	74,6
Tocantins	2,7	0,5	3,0	-2,4	-10,7	11,0	0,3	-69,1	-28,2	-59,8
Nordeste	-2,0	4,8	24,9	-10,2	-8,8	-0,9	26,9	-22,1	-16,3	-7,0
Maranhão	0,6	2,4	5,5	-4,5	-10,0	7,6	4,9	-35,3	-26,0	-11,1
Piauí	1,1	-0,3	1,7	1,5	-10,7	17,0	0,5	115,3	-31,0	268,9
Ceará	-1,1	1,5	2,0	-13,1	-6,8	-5,8	3,2	-35,6	-15,5	-24,0
Rio Grande do Norte	0,1	-0,2	0,8	6,1	-9,3	26,9	0,7	58,0	-3,1	47,1
Paraíba	-0,9	0,0	0,2	29,1	-0,1	29,3	1,1	4,4	-19,8	33,8
Pernambuco	-5,0	0,4	2,1	-14,2	-4,4	-10,5	7,1	-9,7	-12,6	3,9
Alagoas	0,2	0,4	0,9	60,4	22,1	34,4	0,7	-10,0	-16,8	9,1
Sergipe	0,1	0,3	0,3	185,1	40,1	97,2	0,2	-31,1	-15,7	-24,7
Bahia	2,8	0,2	11,3	-18,7	-10,7	-8,4	8,5	-25,0	-13,3	-14,0
Sudeste	45,1	14,6	168,0	2,1	-5,8	8,5	122,9	-8,2	-3,5	-4,9
Minas Gerais	24,7	2,1	40,2	0,1	-4,3	5,0	15,5	-11,8	-11,9	0,6
Espírito Santo	-0,3	0,1	9,5	4,4	-14,3	21,5	9,8	3,3	-7,5	11,8
Rio de Janeiro	20,9	0,7	46,7	2,7	-13,6	17,8	25,8	2,0	-2,1	3,6
São Paulo	-0,3	11,6	71,5	2,7	0,1	2,8	71,8	-12,0	-2,9	-9,3
Sul	-1,5	9,2	59,2	4,4	-4,3	9,7	60,7	-9,9	-11,9	2,6
Paraná	7,1	7,4	25,3	14,2	-6,7	23,3	18,2	-18,8	-12,7	-6,3
Santa Catarina	-17,2	-0,2	11,6	-3,2	-3,7	0,8	28,8	-0,8	-8,7	8,6
Rio Grande do Sul	8,5	1,9	22,3	-1,1	-1,7	1,0	13,8	-13,9	-15,3	3,1
Centro-Oeste	43,9	6,1	57,1	3,4	-9,0	14,5	13,2	-24,3	-0,8	-23,4
Mato Grosso do Sul	7,7	2,8	10,6	29,2	-5,0	36,3	3,0	-10,8	-17,0	7,7
Mato Grosso	29,0	2,3	32,2	-1,0	-9,9	10,5	3,2	-44,3	-36,4	-6,8
Goiás	9,1	0,9	14,0	-1,3	-10,4	11,5	4,9	-18,4	9,0	-24,9
Distrito Federal	-1,8	0,2	0,4	1,1	-6,2	7,0	2,2	-9,2	83,7	-57,3
Outros ²	1,1	-0,4	1,1	-	-	-	0,0	-	-	-

Fonte: MDIC/Secex, BC

1/ Não foi possível calcular os índices de preço e quantum de importação para o Acre, pela pequena quantidade de dados.

2/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

Tabela A.4.2 – Exportações - FOB

US\$ bilhões

Discriminação	Peso (2023)	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	100,0	231,9	221,1	209,2	280,8	334,1	339,7
Norte	8,7	19,0	21,4	24,7	34,6	28,5	29,4
Rondônia	0,7	1,2	1,3	1,4	1,7	2,3	2,5
Acre	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Amazonas	0,3	0,7	0,7	0,8	0,9	0,9	0,9
Roraima	0,1	0,0	0,2	0,2	0,3	0,4	0,4
Pará	6,6	15,6	17,8	20,6	29,5	21,5	22,3
Amapá	0,1	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2
Tocantins	0,9	1,2	1,1	1,4	1,8	3,1	3,0
Nordeste	7,3	18,7	16,9	16,1	21,2	27,7	24,9
Maranhão	1,6	3,8	3,5	3,4	4,4	5,7	5,5
Piauí	0,5	0,7	0,5	0,6	0,9	1,7	1,7
Ceará	0,6	2,3	2,3	1,9	2,7	2,3	2,0
Rio Grande do Norte	0,2	0,3	0,4	0,3	0,5	0,7	0,8
Paraíba	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2
Pernambuco	0,6	2,0	1,5	1,6	2,1	2,5	2,1
Alagoas	0,3	0,5	0,3	0,4	0,4	0,6	0,9
Sergipe	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,3
Bahia	3,3	8,9	8,2	7,8	9,9	13,9	11,3
Sudeste	49,5	113,3	108,5	96,4	135,5	164,5	168,0
Minas Gerais	11,8	24,3	25,1	26,3	38,3	40,2	40,2
Espírito Santo	2,8	8,6	7,1	5,0	9,8	9,1	9,5
Rio de Janeiro	13,7	28,0	27,6	22,6	33,3	45,5	46,7
São Paulo	21,0	52,5	48,6	42,5	54,1	69,6	71,5
Sul	17,4	45,6	42,6	38,4	50,5	56,7	59,2
Paraná	7,4	18,1	16,4	16,3	19,0	22,1	25,3
Santa Catarina	3,4	9,3	9,0	8,1	10,3	12,0	11,6
Rio Grande do Sul	6,6	18,2	17,3	14,1	21,1	22,6	22,3
Centro-Oeste	16,8	30,0	29,7	32,4	38,1	55,2	57,1
Mato Grosso do Sul	3,1	5,8	5,2	5,8	6,9	8,2	10,6
Mato Grosso	9,5	16,4	17,2	18,2	21,7	32,5	32,2
Goiás	4,1	7,5	7,1	8,1	9,3	14,1	14,0
Distrito Federal	0,1	0,3	0,2	0,2	0,3	0,4	0,4
Outros ¹	0,3	5,3	1,9	1,1	0,9	1,5	1,1

Fonte: MDIC/Secex, BC

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

Tabela A.4.3 – Importações - FOB

US\$ bilhões

Discriminação	Peso (2023)	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	100,0	185,3	185,9	158,8	219,4	272,6	240,8
Norte	7,1	12,5	12,7	12,0	16,5	19,3	17,1
Rondônia	0,5	0,9	1,0	0,6	0,6	0,7	1,1
Acre	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amazonas	5,2	10,0	10,2	9,7	13,2	14,2	12,6
Roraima	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
Pará	0,8	1,2	1,2	1,2	1,5	2,7	1,9
Amapá	0,5	0,2	0,1	0,2	0,4	0,8	1,1
Tocantins	0,1	0,2	0,2	0,3	0,6	0,9	0,3
Nordeste	11,2	22,1	21,5	15,5	25,2	34,5	26,9
Maranhão	2,0	3,1	3,6	2,0	4,2	7,5	4,9
Piauí	0,2	0,1	0,3	0,3	0,5	0,2	0,5
Ceará	1,3	2,5	2,4	2,4	3,9	4,9	3,2
Rio Grande do Norte	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,7
Paraíba	0,5	0,5	0,6	0,5	0,6	1,0	1,1
Pernambuco	2,9	6,9	6,2	4,4	6,6	7,9	7,1
Alagoas	0,3	0,6	0,7	0,7	0,8	0,8	0,7
Sergipe	0,1	0,2	0,7	0,2	0,2	0,4	0,2
Bahia	3,5	7,9	6,9	5,0	8,1	11,4	8,5
Sudeste	51,0	99,3	99,5	85,9	109,2	133,9	122,9
Minas Gerais	6,4	9,2	9,2	8,3	13,1	17,6	15,5
Espírito Santo	4,1	5,0	5,8	5,1	6,5	9,5	9,8
Rio de Janeiro	10,7	20,0	20,5	18,5	22,4	25,4	25,8
São Paulo	29,8	65,1	64,0	54,1	67,2	81,5	71,8
Sul	25,2	40,8	41,7	35,6	53,6	67,4	60,7
Paraná	7,6	14,1	14,4	11,9	17,0	22,4	18,2
Santa Catarina	12,0	15,4	16,9	16,1	24,9	29,0	28,8
Rio Grande do Sul	5,7	11,3	10,3	7,6	11,7	16,0	13,8
Centro-Oeste	5,5	9,0	9,2	8,4	14,9	17,5	13,2
Mato Grosso do Sul	1,2	2,8	2,4	1,9	2,6	3,3	3,0
Mato Grosso	1,3	1,6	2,0	1,8	3,1	5,8	3,2
Goiás	2,0	3,6	3,6	3,3	5,6	6,0	4,9
Distrito Federal	0,9	1,0	1,1	1,3	3,6	2,4	2,2
Outros ¹	0,0	1,6	1,5	1,5	0,0	0,0	0,0

Fonte: MDIC/Secex, BC

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

Tabela A.4.4 – Saldo comercial - FOB

US\$ bilhões

Discriminação	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	46,6	35,2	50,4	61,4	61,5	98,9
Norte	6,6	8,8	12,7	18,2	9,2	12,3
Rondônia	0,4	0,3	0,8	1,1	1,6	1,5
Acre	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amazonas	-9,3	-9,4	-8,9	-12,4	-13,3	-11,7
Roraima	0,0	0,1	0,2	0,3	0,4	0,3
Pará	14,4	16,6	19,4	28,0	18,8	20,4
Amapá	0,1	0,1	0,1	-0,1	-0,6	-1,0
Tocantins	1,0	0,9	1,1	1,2	2,2	2,7
Nordeste	-3,4	-4,6	0,6	-4,0	-6,8	-2,0
Maranhão	0,7	0,0	1,4	0,2	-1,8	0,6
Piauí	0,6	0,3	0,3	0,3	1,4	1,1
Ceará	-0,2	-0,1	-0,6	-1,1	-2,6	-1,1
Rio Grande do Norte	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,1
Paraíba	-0,4	-0,4	-0,4	-0,5	-0,9	-0,9
Pernambuco	-4,9	-4,8	-2,8	-4,5	-5,4	-5,0
Alagoas	-0,1	-0,3	-0,2	-0,3	-0,2	0,2
Sergipe	-0,1	-0,7	-0,1	-0,1	-0,2	0,1
Bahia	1,0	1,2	2,9	1,9	2,6	2,8
Sudeste	14,0	9,0	10,5	26,3	30,5	45,1
Minas Gerais	15,0	15,9	18,1	25,3	22,6	24,7
Espírito Santo	3,6	1,3	-0,1	3,3	-0,4	-0,3
Rio de Janeiro	7,9	7,2	4,2	10,9	20,2	20,9
São Paulo	-12,5	-15,4	-11,6	-13,2	-11,9	-0,3
Sul	4,7	1,0	2,9	-3,2	-10,7	-1,5
Paraná	4,0	2,0	4,4	2,1	-0,3	7,1
Santa Catarina	-6,2	-8,0	-8,0	-14,6	-17,0	-17,2
Rio Grande do Sul	6,9	6,9	6,5	9,4	6,6	8,5
Centro-Oeste	21,0	20,6	24,0	23,2	37,8	43,9
Mato Grosso do Sul	3,0	2,8	3,9	4,3	4,9	7,7
Mato Grosso	14,8	15,2	16,4	18,5	26,7	29,0
Goiás	3,9	3,5	4,8	3,7	8,2	9,1
Distrito Federal	-0,7	-0,9	-1,2	-3,3	-2,0	-1,8
Outros ¹	3,6	0,4	-0,3	0,9	1,5	1,1

Fonte: MDIC/Secex, BC

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

Tabela A.5.1 – Resumo dos indicadores de inflação - 2023

Discriminação	Peso	IPCA	Média de núcleos	Alimentação no domicílio	Bens Industriais	Variação %	
						Serviços	Administrados
Brasil	100,0	4,62	4,34	-0,52	1,10	6,22	9,12
Norte	4,45	4,80	4,23	-1,47	2,01	6,77	11,22
Rio Branco	0,51	4,62	3,53	-0,67	2,46	5,42	11,29
Belém	3,94	4,83	4,33	-1,56	1,94	6,95	11,21
Nordeste	15,79	3,91	3,73	-1,64	1,14	5,68	8,59
São Luís	1,62	1,69	2,16	-2,51	0,46	4,83	4,28
Aracaju	1,03	3,95	3,81	-2,36	1,74	5,40	8,26
Fortaleza	3,23	4,88	4,17	-0,12	2,40	5,99	9,69
Recife	3,92	3,17	3,68	-2,33	1,31	5,87	5,66
Salvador	5,99	4,47	3,59	-1,64	0,43	5,61	11,02
Sudeste	53,26	4,86	4,59	0,24	1,06	6,29	9,10
Belo Horizonte	9,69	5,05	4,29	-0,96	1,40	5,49	12,39
Grande Vitória	1,86	5,10	4,89	-2,29	1,18	8,04	8,86
Rio de Janeiro	9,43	4,30	3,77	-0,14	1,29	4,63	8,25
São Paulo	32,28	4,95	4,73	0,92	0,89	6,86	8,41
Sul	16,70	4,41	3,85	-1,00	0,79	5,96	9,66
Curitiba	8,09	4,17	3,72	0,10	0,23	5,41	9,89
Porto Alegre	8,61	4,63	3,99	-2,02	1,40	6,46	9,46
Centro-Oeste	9,80	4,67	4,13	-0,91	1,00	6,87	8,23
Campo Grande	1,57	4,76	4,85	-2,20	2,12	6,84	9,45
Goiânia	4,17	3,83	3,59	-0,65	0,27	6,05	7,77
Brasília	4,06	5,51	4,61	-0,52	1,42	7,52	8,19

Fontes: IBGE e BC

Tabela A.5.2 – IPCA

Discriminação	Peso ¹	Variação % anual					
		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	100,0	3,75	4,31	4,52	10,06	5,79	4,62
Norte	4,45	3,13	5,35	4,79	8,50	5,59	4,80
Rio Branco	0,51	-	3,81	6,12	11,42	5,72	4,62
Belém	3,94	3,00	5,51	4,61	8,13	5,57	4,83
Nordeste	15,79	3,40	4,12	5,08	10,53	6,02	3,91
São Luís	1,62	-	4,28	5,70	9,89	6,09	1,69
Aracaju	1,03	-	4,10	4,15	10,15	6,02	3,95
Fortaleza	3,23	2,91	5,01	5,76	10,62	5,76	4,88
Recife	3,92	2,83	3,71	5,68	10,40	5,79	3,17
Salvador	5,99	4,03	3,93	4,31	10,80	6,27	4,47
Sudeste	53,26	3,89	4,35	4,46	9,48	6,21	4,86
Belo Horizonte	9,69	4,01	4,20	5,00	9,58	4,65	5,05
Grande Vitória	1,86	4,17	3,29	5,13	11,50	5,04	5,10
Rio de Janeiro	9,43	4,29	4,07	4,07	8,57	6,64	4,30
São Paulo	32,28	3,67	4,58	4,37	9,59	6,62	4,95
Sul	16,70	4,02	4,02	4,09	11,84	4,42	4,41
Curitiba	8,09	3,38	3,96	3,94	12,75	5,25	4,17
Porto Alegre	8,61	4,61	4,08	4,23	10,99	3,63	4,63
Centro-Oeste	9,80	3,08	4,20	4,36	10,01	5,45	4,67
Campo Grande	1,57	2,97	4,65	6,84	10,93	5,18	4,76
Goiânia	4,17	3,16	4,36	4,34	10,30	4,77	3,83
Brasília	4,06	3,04	3,75	3,43	9,36	6,25	5,51

Fontes: IBGE e BC

¹ Pesos regionais na estrutura do IPCA baseada na POF 2017/2018, a partir de 2020.

Tabela A.5.3 – IPCA e segmentos

IPCA	Peso	Variação % anual					
		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	100,0	3,75	4,31	4,52	10,06	5,79	4,62
Média dos núcleos	-	2,89	3,18	2,80	7,42	9,12	4,34
Alimentação no domicílio	13,48	4,52	7,82	18,16	8,23	13,21	-0,52
Bens industriais	23,25	1,14	1,69	3,18	12,00	9,59	1,10
Industriais núcleo	15,51	1,04	1,93	2,26	8,71	14,00	2,34
Serviços	37,13	3,35	3,52	1,73	4,75	7,58	6,22
Serviços subjacente	21,53	3,10	3,55	2,55	5,91	8,91	4,82
Administrados	26,14	6,22	5,53	2,63	16,90	-3,83	9,12
Norte	100	3,13	5,35	4,79	8,50	5,59	4,80
Média dos núcleos	-	2,61	3,81	2,13	6,09	8,31	4,23
Alimentação no domicílio	18,97	1,98	8,92	20,03	4,08	12,08	-1,47
Bens industriais	26,96	1,10	2,20	1,74	7,17	10,47	2,01
Industriais núcleo	21,26	1,18	2,81	0,97	5,23	12,36	2,50
Serviços	27,02	2,52	4,07	1,09	4,33	5,89	6,77
Serviços subjacente	16,76	1,88	4,01	1,43	5,03	7,18	5,17
Administrados	27,05	7,36	6,35	0,83	17,71	-3,94	11,22
Nordeste	100	3,40	4,12	5,08	10,53	6,02	3,91
Média dos núcleos	-	3,15	3,14	2,83	7,46	9,10	3,73
Alimentação no domicílio	15,56	3,47	6,86	18,38	10,80	12,17	-1,64
Bens industriais	24,76	1,55	0,96	2,34	9,70	10,90	1,14
Industriais núcleo	18,60	1,49	1,26	1,54	7,59	14,05	1,49
Serviços	33,50	3,37	3,17	2,28	4,88	7,04	5,68
Serviços subjacente	19,52	3,07	2,85	3,01	5,58	8,46	4,24
Administrados	26,18	5,30	6,24	3,35	18,29	-3,29	8,59
Sudeste	100	3,89	4,35	4,46	9,48	6,21	4,86
Média dos núcleos	-	3,33	3,48	2,89	7,10	9,12	4,59
Alimentação no domicílio	12,61	4,64	7,85	18,26	7,95	13,47	0,24
Bens industriais	21,77	0,89	1,83	3,74	13,25	9,18	1,06
Industriais núcleo	13,92	0,93	2,02	2,97	9,70	14,73	2,58
Serviços	39,80	3,42	3,60	1,66	4,53	8,01	6,29
Serviços subjacente	23,00	3,29	3,80	2,25	5,62	9,33	5,15
Administrados	25,82	6,74	5,64	2,65	14,67	-2,64	9,10
Sul	100	4,02	4,02	4,09	11,84	4,42	4,41
Média dos núcleos	-	3,29	3,09	2,78	8,82	8,02	3,85
Alimentação no domicílio	13,70	6,68	7,29	17,20	7,89	14,21	-1,00
Bens industriais	25,07	1,17	1,69	2,91	12,76	8,93	0,79
Industriais núcleo	16,11	0,92	2,06	2,14	9,95	12,07	2,66
Serviços	34,72	3,24	3,38	1,52	5,68	6,55	5,96
Serviços subjacente	19,99	2,87	3,20	3,06	7,46	7,58	4,39
Administrados	26,51	6,28	5,04	1,81	21,35	-7,18	9,66
Centro-Oeste	100	3,08	4,20	4,36	10,01	5,45	4,67
Média dos núcleos	-	3,16	3,27	2,74	6,62	9,29	4,13
Alimentação no domicílio	11,98	4,45	10,68	17,43	8,20	13,11	-0,91
Bens industriais	24,11	1,53	1,33	2,48	9,81	9,88	1,00
Industriais núcleo	15,56	0,92	1,95	1,26	5,87	14,66	2,14
Serviços	37,16	3,26	3,55	1,92	4,54	8,04	6,87
Serviços subjacente	21,58	2,56	3,52	3,22	5,87	9,78	4,36
Administrados	26,75	3,46	4,03	3,60	18,62	-4,88	8,23

Fontes: IBGE e BC

¹ Pesos regionais na estrutura do IPCA baseada na POF 2017/2018, a partir de 2020.

Administração do Banco Central do Brasil

Diretoria Colegiada

Roberto de Oliveira Campos Neto

Presidente

Ailton de Aquino Santos

Diretor de Fiscalização

Carolina de Assis Barros

Diretora de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta

Diogo Abry Guillen

Diretor de Política Econômica

Gabriel Muricca Galípolo

Diretor de Política Monetária

Otávio Ribeiro Damaso

Diretor de Regulação

Paulo Picchetti

Diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos

Renato Dias de Brito Gomes

Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução

Rodrigo Alves Teixeira

Diretor de Administração

Siglas

a.a.	Ao ano
BC	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC	Benefícios de Prestação Continuada
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
Cofins	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
Covid-19	Doença Coronavírus
Depec	Departamento Econômico
EGAER	Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBCR	Índice de Atividade Econômica Regional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibre	Instituto Brasileiro de Economia
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
MRT	Massa de Rendimentos do Trabalho
Novo Caged	Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
p.p.	Pontos percentuais
PAM	Produção Agrícola Municipal
PEAC	Programa Emergencial de Acesso ao Crédito
PF	Pessoa física
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PIM	Pesquisa Industrial Mensal
PIS	Programa de Integração Social
PIT	População em idade de trabalhar
PJ	Pessoa jurídica
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PMS	Pesquisa Mensal de Serviços
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Pronampe	Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
RI	Relatório de Inflação
RNDBF	Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias
SCR	Sistema de Informações de Crédito
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SGS	Sistema Gerenciador de Séries Temporais
TP	Taxa de participação
UF	Unidade da Federação
VAB	Valor Adicionado Bruto



BANCO CENTRAL DO BRASIL

